

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA INTERUNIDADES DE DOUTORAMENTO EM ENFERMAGEM**

AUREA CHRISTINA DE PAULA CORRÊA

**PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: VIVÊNCIAS E
SIGNIFICADOS NO OLHAR DE HOMENS QUE A
EXPERIMENTARAM**

**RIBEIRÃO PRETO
2005**

AUREA CHRISTINA DE PAULA CORRÊA

**PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: VIVÊNCIAS E
SIGNIFICADOS NO OLHAR DE HOMENS QUE A
EXPERIMENTARAM**

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor pelo Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem. Área de Concentração: Saúde, Sociedade e Enfermagem.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria das Graças
Bonfim Carvalho

**Ribeirão Preto
2005**

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Corrêa, Aurea Christina de Paula

Paternidade na adolescência: vivências e significados no olhar de homens que a experimentaram. Ribeirão Preto, 2005.

140p.:il., 30cm

Tese de Doutorado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP – Área de concentração: Saúde, Sociedade e Enfermagem.

Orientadora: Ferriani, Maria das Graças Carvalho

1. Paternidade na adolescência 2. Paternidade 3. Adolescência 4. Gravidez na adolescência

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aurea Christina de Paula Corrêa
Paternidade na Adolescência: vivências e significados
no olhar de homens que a experimentaram

Tese apresentada ao Programa
Interunidades de Doutorado em
Enfermagem da Escola de Enfermagem
de Ribeirão Preto/USP para a obtenção
do título de Doutor.
Área de Concentração: Saúde,
Sociedade e Enfermagem

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Profª Drª Maria das Graças Bonfim Carvalho

(Presidente/Orientadora)

Instituição: EERP-USP

Assinatura: _____

Profª Drª Ana Márcia Spanó Nakano

Instituição: EERP-USP

Assinatura: _____

Profª Drª Ana Maria de Almeida

Instituição: EERP-USP

Assinatura: _____

Profª Drª Edir Nei Teixeira Mandú

Instituição: FAEn-UFMT

Assinatura: _____

Profª Drª Elza Maria Lourenço Ubeda

Instituição: UFSCar

Assinatura: _____

À minha mãe, com meu amor e gratidão. In memoriam de meu pai e minha avó, exemplos de vida, retidão e determinação.

Agradecimentos

- *A Deus pelas inúmeras oportunidades e possibilidades em minha caminhada.*
- *À Prof^ª Dr^ª Maria das Graças Bonfim Carvalho pela orientação e apoio ao longo do desenvolvimento deste estudo e principalmente pelo acolhimento e compreensão sempre presentes nos momentos de crise.*
 - *À Prof^ª Dr^ª Ana Márcia Spanó Nakano pelas contribuições e colaboração fundamentais, oferecidas no processo de defesa.*
- *À Prof^ª Dr^ª Ana Maria de Almeida pelas contribuições e colaboração oferecidas no processo de defesa e principalmente pela participação, fundamental, em meu processo de reconhecimento da importância das discussões em torno das questões de gênero.*
 - *À Prof^ª Dr^ª Edir Nei Teixeira Mandú, exemplo de profissional, de amizade e companheirismo, pelos incansáveis momentos em que participou efetivamente na elaboração deste estudo.*
 - *À Prof^ª Dr^ª Elza Maria Lourenço Ubeda pelas contribuições e colaboração oferecidas no processo de defesa.*
 - *À Prof^ª Dr^ª Marli Mamede pelas importantes contribuições oferecidas a meu processo de reconhecimento de gênero como categoria de análise.*
- *Aos sujeitos deste estudo pela disposição em abrir suas vidas e compartilhar suas histórias.*
- *À Faculdade de Enfermagem da UFMT pela oportunidade de realização de meu programa de doutorado.*
 - *À CAPES pela disponibilização da bolsa de estudos.*
- *À querida amiga Prof^ª Roseanne Montargil Rocha companheira solidária dos momentos difíceis deste processo, uma verdadeira irmã. A você o meu carinho e gratidão! Muito Obrigada!*

- *Aos queridos colegas e companheiros da pós-graduação: Nelsi Tonini, Sílvia (Severina), Amanda Márcia, Mariza Almeida, Ruth Trindade, Clícia Gradin, Jael, Regina Célia de Oliveira, Adriana Néri, Adriana Moraes, Luiz Santiago, Solange Salomé, Rosa Lúcia, Laura Filomena.*
- *Aos funcionários da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, em especial à Deolinda, Lourdes e Marta pessoas muito especiais! Muito Obrigada!*
- *Às colegas da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, em especial a Prof^a Dr^a Maria Aparecida M. Gaíva pela solidariedade e companheirismo, uma grande profissional.*
- *A meus irmãos, sobrinhos e cunhada pelo apoio.*
- *A meus queridos amigos: Iron e Iraíde pelas inúmeras demonstrações de amor ao longo de nossas caminhadas. Mabel, Maria Joaquina, Simone, Antônio César, Adelino e Lindsay nossa amizade tem sido fundamental. Ana Carla e Camila novas amigas que participaram deste estudo com apoio e disponibilidade até mesmo de pesquisa. A todos, o meu amor e muito obrigada!*
- *À minha nova família: Rafael, Gabriela, Rosanna, Renato, João Rocha, Creuza, Fred e Pingo pelo acolhimento em seus lares e, principalmente, em suas vidas. A vocês o meu amor e gratidão! Muito Obrigado!*
- *Aos meus queridos amigos Carlinhos, Marcelo e Ronaldo, companheiros de bons e maus momentos. A querida família Ana Lúcia, Marcelo e Nicole pelo acolhimento e solidariedade. Muito obrigada!*

“Pai”

*Pai, pode ser que daqui a algum tempo
Haja tempo pra gente ser mais
Muito mais que dois grandes amigos, pai e filho talvez
Pai, pode ser que daí você sinta, qualquer coisa entre esses vinte ou trinta
Longos anos em busca de paz....
Pai, pode crer, eu tô bem eu vou indo, tô tentando vivendo e pedindo
Com loucura pra você renascer...
Pai, eu não faço questão de ser tudo, só não quero e não vou ficar mudo
Pra falar de amor pra você
Pai, senta aqui que o jantar tá na mesa, fala um pouco tua voz tá tão presa
Nos ensine esse jogo da vida, onde a vida só paga pra ver
Pai, me perdoa essa insegurança, é que eu não sou mais aquela criança
Que um dia morrendo de medo, nos teus braços você fez segredo
Nos teus passos você foi mais eu
Pai, eu cresci e não houve outro jeito, quero só recostar no teu peito
Pra pedir pra você ir lá em casa e brincar de vovô com meu filho
No tapete da sala de estar
Pai, você foi meu herói meu bandido, hoje é mais muito mais que um amigo
Nem você nem ninguém tá sozinho, você faz parte desse caminho, que hoje eu
sigo em paz !!!!!*

Fábio Jr.

RESUMO

CORRÊA, A.C. de P. **Paternidade na Adolescência: vivências e significados no olhar de homens que a experimentaram**. 2005. 130 f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

O presente estudo teve como objetivo conhecer e analisar as vivências e os significados em torno da paternidade, durante a adolescência, para homens que vivenciaram esse fenômeno, buscando identificar os significados atribuídos por esses homens a essa vivência, reconhecer em suas vivências relativas à sexualidade e à reprodução como se operam as relações de gênero e distinguir como percebem as influências familiares frente ao processo de gravidez e paternidade adolescentes. A pesquisa foi realizada com sete homens na faixa etária de 21 a 34 anos de idade que foram pais entre 14 e 19 anos, moradores de bairros periféricos de Cuiabá-MT, no período de março a maio de 2004. Considerando o objeto de estudo, foi utilizado o recurso da pesquisa qualitativa empregando a técnica de história de vida para realizar o levantamento de dados. Ao final da coleta de informações, tínhamos aproximadamente 200 folhas de informações que foram trabalhadas com a aplicação da técnica de análise de conteúdo baseada na proposta de Romeu Gomes. Com a técnica de análise de conteúdo, identificamos três núcleos temáticos que são: paternidade na adolescência: vivências e significados atribuídos; adolescência: vivências e exercício da sexualidade e reprodução a partir das relações de gênero; influências familiares nas vivências relativas aos processos da gravidez e paternidade na adolescência. Após a análise dos dados, concluímos que o exercício da paternidade por adolescentes conforma-se como uma experiência positiva, plena de emoções, e que, se vivenciada em sua plenitude, cultivando os afetos, vivenciando o cuidar, o educar e o tocar resultará em uma relação transformadora para jovens em processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: paternidade, paternidade na adolescência, adolescência, gravidez na adolescência, título.

ABSTRACT

CORRÊA, A.C. de P. **Adolescents fathers: meanings for men who had this experience.** 2.005. 123 f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2.005.

The author aimed at learning about the meanings of fatherhood during adolescence for men who had this experience. This study looked at identifying the meanings for men who had this experience, the meanings they give to this phenomenon, identifying their experiences related to sexuality and reproduction as well as their gender relations and how they perceive the family influences regarding the pregnancy process and fatherhood. Seven men from 21 to 34 years of age who were fathers from 14 to 19 years of age participated in the study. They lived in a suburb of the city of Cuiabá-MT. Data were collected from March to May, 2004. Considering that the object of this study was used as a resource of a qualitative research, the author used the life history technique in order to collect data. In the end of the data collection process, the author had 200 pages of information that were analyzed based on the content analysis technique proposed by Romeu Gomes. The content analysis resulted in three thematic groups: fatherhood in adolescence: experiences and meanings; adolescence: experiences, sexuality and reproduction considering gender relations; family influences in experiences related to pregnancy and fatherhood in adolescence. Findings showed that the fatherhood in adolescence can be a positive experience, full of emotions if completely experienced, enabling men to experience the care, education and touch resulting in a relation of transformation for adolescents who are in a developing process.

Key words: fatherhood, fatherhood in adolescence, adolescence, pregnancy in adolescence.

RESUMEN

CORRÊA, A.C. de P. **Paternidad en la Adolescencia: significados en el mirar de los hombres que vivieron esta experiencia.** 2.005. 123 f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2.005.

Este estudio tuvo como objetivo analizar las vivencias y significados relacionados a la paternidad durante la adolescencia para hombres que vivieron ese fenómeno, buscando identificar los significados atribuidos por esos hombres a esta vivencia, identificar en sus vivencias relativas a la sexualidad y reproducción como son las relaciones de género e identificar como perciben las influencias familiares frente a los procesos de embarazo y paternidad adolescente. La investigación fue realizada con siete hombres entre 21 y 34 años que fueron padres entre 14 y 19 años, que viven en un barrio de la ciudad de Cuiabá-MT, en el período de marzo hasta mayo de 2.004. Considerando el objeto de estudio, fue utilizado el recurso de la investigación cualitativa empleando la técnica de historia de vida para recolección de los datos. La recolección de informaciones resultó en 200 hojas de informaciones que fueron trabajadas con la aplicación de la técnica de análisis de contenido basada en la propuesta de Romeu Gomes. Con la técnica de análisis de contenido fueron identificados tres núcleos temáticos: paternidad en la adolescencia: vivencias y significados; adolescencia: vivencias y ejercicio de la sexualidad y reproducción con base en relaciones de género; influencias familiares en las vivencias relativas al proceso de embarazo y paternidad en la adolescencia. Después del análisis de datos, la autora concluyó que el ejercicio de la paternidad por adolescentes es una experiencia positiva, plena de emociones, cuando vivenciada en su plenitud, cultivando amor, vivenciando el cuidar, educar y tocar, resultando en una relación de transformación para jóvenes en proceso de desarrollo.

Términos clave: paternidad, paternidad en la adolescencia, adolescencia, embarazo en la adolescencia.

Lista de Ilustrações

- Tabela 1** - Distribuição dos estudos produzidos na América Latina sobre paternidade na adolescência, segundo ano de publicação e tipo de produção científica. 1994 a 2004 6
- Tabela 2** - Distribuição das características demográficas e conjugais dos sujeitos da pesquisa. Cuiabá-MT. 2004 63
- Tabela 3** - Distribuição dos dados sociais dos sujeitos da pesquisa. Cuiabá-MT. 2004 64

SUMÁRIO

1. Apresentando o objeto de pesquisa:	01
motivação e lente observacional	
1.1 O tema de estudo e sua impotância	05
2. Perspectiva, pressupostos e conceitos básicos do estudo	16
2.1 Relações sociais de gênero: conceitos fundamentais às análises da paternidade na adolescência	19
2.2 Rede familiar: transformações ao longo da história no cenário mundial e no Brasil. Espaço relacional de construção social de papéis materno e paterno	22
2.3 As inter-relações paternidade adolescente, gênero e sexualidade	33
3. Objetivos do estudo	47
4. Referencial metodológico, trajetória e operacionalização do estudo	49
4.1 Abordagem usada no desenvolvimento do estudo	50
4.2 Campo de estudo	51
4.3 Sujeitos do estudo	53
4.4 A coleta de dados	55
4.5 Organização e análise dos dados	57
5. Apresentação e análise dos dados	61
5.1 Perfil dos sujeitos participantes do estudo	61
5.2 Paternidade na adolescência: vivências e significados atribuídos	68
5.2.1 Ambigüidade de sentimentos	68
5.2.2 Construindo-se no papel paterno: vivências de caminhos e descaminhos	72
5.2.3 Paternidade adolescente: implicações para o futuro	76
5.3 Adolescência: vivências e exercício da sexualidade e reprodução, a partir das relações de gênero	81
5.3.1 O exercício da sexualidade e reprodução	81
5.3.2 Gravidez e aborto na adolescência	89
5.3.3 O relacionamento com a mãe da criança	92
5.3.4 Outras vivências	95
5.4 Influências familiares nas vivências relativas aos processos de gravidez e paternidade na adolescência	97
5.4.1 Família de origem: influências no processo de assumir e vivenciar a paternidade na adolescência	99
5.4.2 Interferência familiar na relação do casal e criação do filho	103
6. Uma última reflexão	107
7 Considerações finais	114
Referências Bibliográficas	122
Apêndices	128
Anexos	139

1 - APRESENTANDO O OBJETO DE PESQUISA: motivação e lente observacional

Para a realização do presente estudo, fez-se necessária a compreensão inicial do conceito de paternidade adolescente como elemento-base para a discussão que segue, dessa forma o conceito aqui utilizado é que, a paternidade na adolescência “corresponde ao fato de um indivíduo tornar-se pai antes de completar 20 anos de idade. [...] define-se na independência etária da parceira envolvida na reprodução sexual” (REIS, 1997: 70).

No entanto, realizar uma reflexão acerca da paternidade adolescente, necessariamente, remete à questão da gravidez na adolescência, já tão extensiva e profundamente estudada¹ e discutida no meio científico (LEVANDOWSKI, 2001) e pelo senso comum.

A visão de gravidez na adolescência utilizada em diversos estudos é a que tem como foco de observação a mulher que a vivencia, havendo, na atualidade, inúmeros trabalhos científicos que abordam a questão (LEVANDOWSKI, 2001), sendo que tal discussão não se fecha a nível científico,

¹ Essa afirmação pode ser constatada através de consultas às bases de dados ADOLEC, MedLine e LILACS com o uso do descritor – gravidez na adolescência.

pois a temática vem sendo amplamente discutida, também, através da mídia que tem chamado a atenção para a magnitude da temática.

A maternidade na adolescência, desde a década de 1970, tem sido considerada e identificada enquanto um problema de saúde pública, problema esse que, segundo Medrado e Lyra² (1999), seria resolvido através da educação sexual, do acesso a métodos contraceptivos e até mesmo pelo aborto. Na atualidade, observa-se que a taxa de fecundidade tem aumentado nas classes etárias de 15 a 19 anos, sendo ainda mais intenso esse crescimento na faixa de 10 a 14 anos de idade (DÍAZ e DÍAZ, 1999).

Essa visão da gravidez na adolescência, como um problema, é contraposta por Stern e Garcia³ (1996 apud MEDRADO e LYRA, 1999: 14) que afirmam que a mortalidade e morbidade materno-infantil associada à gravidez na adolescência são menos relacionadas à idade da mulher do que às desigualdades sociais e à pobreza que grupos menos favorecidos enfrentam.

A gravidez adolescente patologizada e esquadrihada enquanto problema, de alguma forma, vem sendo amparada pelos serviços de saúde, mesmo que raros, serviços esses que se respaldam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê em seu Título II, Capítulo I, Art. 8º - “É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal” (BRASIL, 2001: 9).

O ECA somente garante a assistência à saúde da gestante adolescente, sendo a forma de organização e a dinâmica dos serviços de saúde estabelecidas

² Jorge Lyra em seus trabalhos científicos utiliza Lyra e Lyra da Fonseca como referência bibliográfica.

³ STERN, C. y GARCIA, E. Hacia un nuevo enfoque en el campo del embarazo adolescente. Seminario Internacional sobre avances en la salud reproductiva y sexualidad. México, 18 a 21 de noviembre de 1996.

pelo modelo assistencial vigente no município e até mesmo pela maneira local de organização da unidade, pois cada unidade de saúde acaba por imprimir ao serviço uma identidade própria, advinda das concepções dos trabalhadores envolvidos no processo.

Discussões que ocorreram no Seminário Gravidez na Adolescência, no Rio de Janeiro, em 1998, apontaram para o fato de, na sociedade contemporânea, a gravidez, maternidade e paternidade, durante a etapa da vida em evidência, serem consideradas indesejáveis, segundo o senso comum e também na literatura científica, por gerarem conseqüências negativas para a vida do adolescente. Entretanto, ressalta-se a necessidade de elaboração de propostas políticas de aconselhamento para adolescentes que engravidam e tornam-se mães e pais, visando à redução de “impactos indesejáveis da ‘patologização’ da gravidez, maternidade/paternidade adolescente” (ROSENBERG, 1998: 93).

No que diz respeito ao município de Cuiabá-MT, onde o presente estudo foi desenvolvido, no ano de 2002, segundo dados do DATASUS⁴, 24,5% das gravidezes ocorreram com mulheres adolescentes.

Assim, apesar de a gravidez na adolescência vir sendo tratada como fenômeno crescente frente aos altos índices estatísticos identificados e, por tal razão, vir gerando um certo alarmismo em torno da temática, a paternidade adolescente permanece praticamente inexplorada no meio científico, em geral, e socialmente pouco abordada.

1.1 O tema de estudo e sua importância

⁴ DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

Estudo analítico da produção de teses de doutorado em enfermagem acerca da saúde dos adolescentes, elaboradas no Brasil ao longo da década de 1990, realizado sob a forma de dissertação de mestrado possibilitou visualizar a necessidade de estudos no campo da sexualidade e reprodução na adolescência sob novos ângulos (CORRÊA, 2000).

Entre as doze teses de doutorado em enfermagem analisadas que tratam do tema adolescência, quatro abordam questões relativas à gravidez e maternidade na adolescência como processo eminentemente feminino, duas tratam de questões relativas a adolescentes em situação de rua e institucionalizados, duas discutem programas de atendimento à saúde do grupo, duas realizam reflexões sobre o sentido de existir na adolescência, uma faz análise de dissertações produzidas sobre a temática e uma toma como objeto de investigação a educação sexual na escola (CORRÊA, 2000).

Esse estudo permitiu a identificação de um vazio de pesquisas, na enfermagem, em torno de questões relacionadas à sexualidade e reprodução na adolescência de homens, uma vez que as teses analisadas se concentram na temática da gravidez na adolescência e suas implicações, tendo como foco de investigação a jovem que a vivencia.

Estudo que realizou uma revisão de literatura, em 2001, teve como objetivo revisar artigos publicados internacionalmente sobre a temática paternidade na adolescência, no período de 1990 a 1999, a partir da base de dados Psyclit⁵, constatou que é gritante a diferença entre o número de artigos e

⁵ Base de dados que congrega estudos da área da psicologia social.

livros publicados sobre maternidade e sobre paternidade, afirmando que o “pai parece ter sido esquecido, por muito tempo, como figura importante para o desenvolvimento psicológico da díade mãe-criança” (LEVANDOWSKI, 2001: 196).

Reportando-se a outro universo – as bases de dados ADOLEC e LILACS⁶ da BIREME/OPS/OMS, constatou-se que poucos foram os trabalhos produzidos, nos últimos dez anos, que tiveram como temática a questão da paternidade adolescente (Apêndice A), o que pode ser observado na Tabela 1 abaixo, representativo do total de estudos realizados nos últimos dez anos na América Latina.

Tabela 1 – Distribuição dos estudos produzidos na América Latina sobre paternidade na adolescência, segundo ano de publicação e tipo de produção científica. 1994 a 2004

Ano Publ.	1994 a 1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		
	Br	Int	Br	Int	Br	Int	Br	Int	Br	Int	Br	Int	Br	Int	Br	Int	Br	Int	
Tipo Publ.																			
Diss./Tese	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-
Art. Rev.	-	-	01	-	-	01	-	01	-	-	01	-	01	-	01	-	01	-	-
Manual/Normat. Trab. Apres. Congr./ Sem. Etc.	-	-	-	-	-	-	01	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral por Ano	00		01		03		02		02		01		03		01		01		01

Legenda: ano publ. – ano da publicação; tipo publ. – tipo de publicação; diss./tese – dissertação e tese; art. rev. – artigo em revista; manual / normat. – manual e normatização; trab. apres. Congr./ sem. – trabalho apresentado em congressos e seminários; Br – Brasil / Int – Internacional.

Segundo as conclusões de Levandowski (2001: 198),

fica evidente em todos os descritores relacionados ao tema da maternidade e paternidade adolescentes, a incidência superior de estudos sobre maternidade adolescente. Esse achado confirma a tendência apontada pela literatura existente sobre paternidade adolescente [...]. Em geral, estas têm levado em conta apenas a gestante/mãe adolescente, ignorando aspectos como preocupações de pais adolescentes, impacto da gestação e da paternidade, interação com o bebê, dentre outros.

⁶ ADOLEC - base de dados do Centro Latinoamericano e do Caribe de Informações de Ciências da Saúde que funciona em conjunto com a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde, abordando exclusivamente a temática adolescência.

Lyra (1997), em sua dissertação de mestrado, afirma que a paternidade adolescente, em geral, não é tematizada, e quando aparece como objeto de preocupação, surge a partir de uma abordagem preventiva ou punitiva, ou seja, associada ao entendimento de que a paternidade nesta etapa da vida deveria ser evitada, e caso esta ocorra, que o jovem deve “reparar o erro” cometido através do casamento.

Com tal constatação, esse autor, observa que a paternidade adolescente constitui “um não lugar na sociedade brasileira ...” (LYRA, 1997: 10). Esse não lugar da paternidade seria decorrente do fato de, em nossa sociedade, o filho ser percebido como sendo da mãe e ao fato de o adolescente ser reconhecido, sobretudo, no papel de filho.

Posteriormente, esse mesmo autor afirma que existe um silêncio social em relação à paternidade na adolescência, pois a sociedade não oferece ao adolescente uma estrutura que favoreça o exercício da paternidade, dificultando o desempenho desse papel por considerá-lo não apropriado para esse momento de sua vida (LYRA da FONSECA, 1998).

Existe uma relação perversa entre o adulto e o adolescente, na qual, ao se anular socialmente a paternidade adolescente, o adulto acaba por legitimar a ausência paterna, uma vez que gera dificuldades para o jovem “pensar, prevenir ou assumir sua condição de pai real ou virtual” (LYRA, 1998: 120). Em contrapartida, a maternidade adolescente é, não só, socialmente reconhecida como legalmente amparada pelo ECA.

Assim, para além do lugar que ocupam os estudos e a tematização do assunto, essa é uma questão social que vem emergindo sob a forma de demanda

aos serviços de assistência a adolescentes. Demanda essa que, de maneira geral, tem encontrado respostas em meio à visão social que se tem acerca do processo reprodutivo, tratado como pertinente ao universo feminino, negando-se sua dimensão relacional.

Outra razão para as respostas limitadas a essa demanda pode ser o fato de os serviços de saúde estarem organizados de maneira a atender a políticas e às normas ministeriais que, no caso da saúde do adolescente, têm no Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) sua normatização.

O PROSAD tem como “finalidade promover, integrar, apoiar e incentivar práticas que visem à saúde dos adolescentes nos locais de implantação de serviços, visando à interação com outros setores, oferecendo tratamento adequado e reabilitação de adolescentes de forma integral, multisetorial e interdisciplinar” (BRASIL, 1996: 6).

Nas bases programáticas do PROSAD, há uma rápida referência ao adolescente do sexo masculino no que diz respeito à saúde reprodutiva, da seguinte forma – “É importante ressaltar que no processo de saúde reprodutiva a atenção deverá contemplar os adolescentes do sexo masculino” (BRASIL, 1996: 22), não havendo qualquer especificação de que tipo de assistência deve ser prestado ao adolescente do sexo masculino e acerca do rapaz que experimenta o processo de gestação e paternidade durante essa etapa de sua vida.

Para Ubeda (1996: 15)

a implementação de uma política de atenção à saúde do adolescente em serviços de saúde evidencia-se como uma proposta social e de saúde efetivada por diferentes sujeitos sociais e, como tal, obedece injunções não só dos determinismos histórico-sociais, mas também dos conjunturais.

Segundo as bases programáticas do PROSAD, o desenvolvimento da atenção à saúde do adolescente está diretamente associado a princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a indicações dele decorrentes, como: a integralidade das ações de saúde; a multidisciplinaridade e multiprofissionalidade no atendimento de problemas; a integração intersetorial e interinstitucional.

Seguindo tais princípios, o PROSAD, no que tange à saúde sexual e reprodutiva, propõe ações educativas voltadas à promoção da consciência corporal tendo em vista a saúde sexual através da prevenção de doenças de transmissão sexual (DSTs) e da AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida); prevenção de gravidezes indesejadas; intervenção em traumas psicossociais; assistência pré-natal em nível ambulatorial.

Dessa forma, é possível concluir que, efetivamente, o PROSAD não apresenta propostas concretas de assistência à saúde do adolescente homem que experimenta a gravidez e paternidade, apesar de pontuar a necessidade em suas bases programáticas.

Lyra da Fonseca (1997, 1998), em sua dissertação de mestrado e em seus estudos subseqüentes, vem sinalizando para a não-existência sistemática de serviços que assistem ao jovem adolescente que vivencia a gravidez juntamente com sua parceira e, especificamente, ao homem adolescente que passará a exercer a função de pai.

Os serviços de saúde que prestam assistência à gravidez adolescente, em geral, são voltados, para o atendimento às adolescentes mulheres, seja através do pré-natal convencional, elaborado nos moldes propostos pelo modelo

clínico de atenção à saúde, seja através de serviços que apontam novas propostas de assistência a esta parcela da população.

O modelo clínico de atenção à saúde apresenta a tendência de medicalizar a saúde e a doença, tendo, suas ações, o objetivo de resolver os problemas de saúde relacionados ao ser biológico, desconsiderando as subjetividades do indivíduo, devido à valorização absoluta da racionalidade biológica e administrativa para resolução de problemas.

Assim, como bem observa Campos (1997: 168)

[...] a validação do serviço público certamente passará pela admissão de que [...] elementos distorcidos, uma vez incorporados ao mundo dos desejos e expectativas dos pacientes e da comunidade, não poderão ser simplesmente descartados.

Dessa forma, considera-se que a organização de serviços de saúde, em linhas gerais, não vem sendo estruturada de forma a inserir o pai adolescente na assistência pré-natal proposta, de maneira que o pai adolescente, de modo geral, permanece em segundo plano frente ao processo de gravidez e paternidade.

Conceber a paternidade na adolescência como parte integrante do processo gestacional favoreceria o surgimento de serviços que prestassem atendimentos a questões gerais que envolvem a vida de adolescentes homens que apresentam necessidades específicas relativas ao processo gestacional e à paternidade, considerados os desdobramentos para sua vida.

A partir da década de 1970, a movimentação de mulheres pela igualdade entre os sexos determinou uma revisão paradigmática, o que vem acontecendo, também, com relação aos homens que passaram a manifestar o desejo de alcançar direitos iguais no mundo privado. Apesar de iniciais, já existe a

proposta de inclusão do homem e masculinidade enquanto objeto de reflexões sob um olhar relacional, que favorece a compreensão e interpretação da dinâmica social na construção de papéis masculino e feminino (LYRA da FONSECA, 1998) e, portanto, de pai e mãe.

Na atualidade, começam a circular novos valores relativos aos direitos dos homens, para além dos relacionados, exclusivamente, ao universo das coisas públicas, como também aqueles relacionados ao universo das coisas do mundo privado, como a chamada guarda compartilhada, a responsabilização pela saúde sexual e reprodutiva do casal e o efetivo exercício da paternidade enquanto um novo conceito.

Apesar de configurar-se como uma movimentação inicial, não é possível desconsiderá-la, pois, também, o movimento feminista em seu princípio teve, e ainda hoje tem inúmeras dificuldades para fazer-se ouvir e respeitar.

Dessa forma, para a realização do presente estudo será utilizado gênero como categoria analítica segundo proposta de Scott (1995), que considera gênero como elemento existente nas relações sociais, e, portanto, na construção dos papéis sociais paterno e materno que se estabelecem em relação, e frente a outras relações que acontecem no interior dos núcleos familiares.

Em síntese, a paternidade adolescente, enquanto objeto de estudos e resposta à demanda de assistência aos serviços de saúde, permanece pouco privilegiada, uma vez que os estudos atuais apresentam abordagens que valorizam populações e vivências femininas, assim como os serviços de saúde, comumente, estão voltados para a assistência à adolescente em período

gestacional e não ao casal adolescente que vivencia a gestação - maternidade e paternidade.

No entanto, a lógica de organização de serviços de assistência à saúde predominante e a não-eleição da temática, enquanto objeto de estudo, não significam que a questão permaneça no esquecimento e ignorada, apenas demonstra a pequena visibilidade da questão.

A interpretação da gravidez na adolescência como um problema que merece uma educação coercitiva para a sua prevenção significa negar o direito de escolha da/o adolescente, negando também a responsabilidade da sociedade e do setor saúde, particularmente, no oferecimento de suporte para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que lhes possibilite questionar, propor e apoiar ações voltadas ao resgate da cidadania e ao desenvolvimento de comportamentos seguros e desejados para a busca e manutenção de sua saúde sexual e reprodutiva (MANDÚ, 2000).

Essa autora propõe que se recoloca a questão da gravidez adolescente

para além do rótulo de problema, apresentando-se como alternativa à orientação das ações profissionais em torno da questão; através desse olhar valoriza-se a individualidade e a sociabilidade do grupo e a construção de elementos para sua participação autônoma e comprometida nas questões que lhes dizem respeito, incluindo a concepção/contracepção (MANDÚ: 2000: 97).

Lyra da Fonseca (1998) aponta para a necessidade da construção de um lugar social para a paternidade adolescente através da abertura de canais para que suas vozes se façam ouvir, denunciando seus desejos, necessidades e

anseios, o que favoreceria a participação do adolescente na construção de seu destino, enquanto ser humano e social.

Na atualidade, os conhecimentos acerca dos universos masculino e feminino e suas interligações, assim como a crítica e reconstrução na vivência social de papéis sociais estabelecidos, poderiam oferecer ênfase na questão de apoiar homens adolescentes que têm o desejo de vivenciar a paternidade em sua plenitude.

Embora as informações acerca da paternidade na adolescência ainda sejam restritas, o lugar do homem na família tem emergido como forma de promover a equidade de gênero, assim,

a maior participação das mulheres na vida pública deve corresponder maior participação do homem na vida privada: responsabilidade pela vida sexual e reprodutiva, criação dos filhos, partilha das atividades domésticas (MEDRADO E LYRA, 1990: 240).

Dessa maneira, faz-se fundamental o estudo acerca da paternidade na adolescência, enquanto campo de conhecimentos carente de investimentos teóricos e práticas que se apresentam à medida que a questão ganha visibilidade social.

A temática – paternidade adolescente - merece atenção e investimentos políticos e técnico-científicos, no sentido de melhor compreendê-la enquanto questão social que ora se coloca. A nova perspectiva acerca de paternidade que surge, na atualidade, gera a necessidade de criação de novos conhecimentos e práticas e novas políticas sociais que ofereçam suporte para essa nova forma de exercício da paternidade.

Para Levandowski (2001: 206):

No caso da paternidade adolescente, nota-se a necessidade de realização de estudos que investiguem principalmente aspectos subjetivos de futuros pais e/ou pais adolescentes, tais como suas expectativas, sentimentos, percepções e vivências, seja sobre si mesmos e/ou sobre seu bebê.

A compreensão dos sentimentos, expectativas, percepções e vivências de adolescentes homens que experimentam um momento especial de suas vidas – a gravidez e a paternidade - favorece a criação de novas políticas e normas para organização de serviços, de maneira a introduzir a figura do homem adolescente, com suas subjetividades e especificidades, enquanto demanda para os serviços de saúde.

Para além da questão científica que delineia um vazio acerca da paternidade adolescente, enquanto objeto de estudos e reflexões teóricas, da inexistência de propostas oficiais de assistência a esses homens, questiona-se, também, quais apoios oferecem suporte a esse jovem que experimenta a gestação e a paternidade precocemente.

A família tem papel fundamental, enquanto suporte emocional e financeiro, independente das condições de vida a que esteja exposto o núcleo familiar, mas o silêncio social, observado por Lyra (1997), traduz a paternidade adolescente como um problema a ser vivido e resolvido em família, e em geral, sem outras forma de apoio.

Assim, propõe-se esta investigação para compreender as vivências e os significados atribuídos à paternidade durante a adolescência por homens que a experimentaram, partindo de um olhar de gênero, visando à ampliação dos conhecimentos científicos que embasam e possibilitam a aproximação entre os

serviços de saúde e sua clientela, através do respeito às subjetividades dos sujeitos a serem atendidos.

2 - PERSPECTIVA, PRESSUPOSTOS E CONCEITOS BÁSICOS DO ESTUDO

O objeto de pesquisa proposto, a vivência e os significados da paternidade adolescente, remete às suas inter-relações com o meio sociocultural e, especificamente, com a construção cultural de gênero e sexualidade, destacando-se suas influências na trajetória de vida adolescente, e sua mediação, particular, através da instituição família.

A análise da paternidade vivenciada por adolescentes requer a compreensão situada desse exercício, resgatando-se suas relações com o contexto e as influências deste na trajetória de vida familiar e pessoal de cada envolvido.

Assim, com base na literatura visitada, com a qual construiu-se o referencial teórico para/no desenvolvimento deste estudo, partiu-se de um pressuposto inicial que se desdobra em outros que lhe dão maior especificidade:

O exercício da paternidade não ocorre de maneira uniforme em distintos momentos da história, nas diversas sociedades contemporâneas, nos diferentes grupos e entre os homens de maneira geral. A vivência da paternidade, em especial de adolescentes, é resultado de concretas condições de vida e de apoio social encontrados, da conjugação de valores culturais globais, locais e familiares (em relação à reprodução, sexualidade e adolescência) incorporados ao longo da peculiar trajetória de vida dos envolvidos.

A paternidade, segundo os moldes da sociedade contemporânea ocidental, é uma construção histórica e relacional, profundamente marcada pelas relações sociais capitalistas e pelas relações culturais de gênero, que, ao ocorrer durante a adolescência, expressará e, ao mesmo tempo, imprimirá na vida do jovem adolescente as marcas dessa sociedade.

Essa perspectiva que releva a dimensão sociocultural, nas interpretações em torno de significados e vivências do ser pai durante a adolescência, implica em considerar que homens e mulheres são produzidos em contextos partilhados e dinamizados por relações de gênero.

Assim, é preciso evidenciar a rede histórica de instituições e relações sociais que produzem, geram normas e controlam lugares onde homens e mulheres vivem suas vidas e processos diversos, conjunta ou separadamente.

Desse modo, destaca-se, a seguir, primeiramente, a perspectiva adotada de construção social das relações de gênero e, na seqüência, dá-se especial ênfase à historicidade da instituição familiar e seu papel mediador na construção dessas relações e de dadas condições econômico-sociais de vida.

De igual modo, busca-se estabelecer as conexões entre o fenômeno social da paternidade e a vida e exercícios de sexualidade adolescentes, em meio a relações generificadas, uma vez que, neste estudo, utiliza-se sobretudo esta lente observacional.

De modo que, na seqüência, enfocam-se: as relações sociais de gênero; a compreensão social e antropológica da instituição família, no mundo e no Brasil, com especial ênfase na constituição da estrutura patriarcal; as inter-relações paternidade adolescente, gênero e sexualidade.

2.1 – **RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: conceitos fundamentais às análises da paternidade na adolescência**

Luz e Berni (2000) observam que, em nossa cultura, desde a infância, o indivíduo é direcionado, pela família e outros grupos sociais de pertencimento, ao desempenho de determinados papéis de gênero, sendo homens e mulheres condicionados a assumirem padrões comportamentais do cotidiano como algo “natural” para o sexo masculino e feminino.

De acordo com essas estudiosas, a formação da identidade dos indivíduos, no contexto coletivo, decorre das inúmeras vivências no meio social de inserção, que resultam na construção de dadas identidades sociais, em meio a ações exercidas nos diversos círculos sociais e grupos de pertencimento.

No que diz respeito à questão de gênero, isso significa que mulheres e homens, ao longo de sua existência, no interior das várias instituições sociais (em que se destaca o núcleo familiar), são produzidos e se produzem enquanto identidades generificadas no âmbito de redes sociais de poder.

Essas redes de poder implicam em um processo de diferenciação de gêneros a partir de referências construídas, para homens e mulheres, que passam a funcionar como normas e padrões, delineando suas subjetividades e comportamentos.

De acordo com Scott (1995: 86), gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre sexos”; é, também, “uma forma primária de dar significação às relações de poder”. Essa forma de significar as relações de poder é traduzida, pela autora, da seguinte forma: “gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995: 88).

Dessa maneira, para Scott (1995: 89):

gênero, [...], fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Com base em Scott, Meyer (1998) observa que transformações nas formas de organização das relações sociais “correspondem sempre a mudanças nas representações do poder”, ressaltando que estas relações não são unidirecionais, uma vez que o poder não se refere a um poder social unificado, coerente e centralizado.

Lançando mais luz à questão, Louro (1997) evidencia a importância de considerar que os pólos masculino/feminino não constituem unidades separadas ou não se opõem permanentemente.

Nessa perspectiva, Meyer (1998) configura gênero como um conceito que busca a compreensão de construções históricas e sociais em torno do sexo. Esse conceito visa a explicar as subordinações e desigualdades existentes entre homens e mulheres, deslocando o foco que se centrava na mulher dominada e enfatizando a “dimensão da construção relacional e da organização social das diferenças entre os sexos, desestabilizando, [...], o determinismo biológico e/ou econômico” (p. 1).

Para essa estudiosa das questões de gênero, a utilização dessa categoria analítica “introduziu as noções de relação, multiplicidade, diferença e heterogeneidade” (p. 2) o que contribui à problematização dos referenciais teórico-analíticos, permitindo a emergência de novas posições teórico-metodológicas e políticas.

Segundo essa autora, mulheres e homens são produzidos e se produzem enquanto identidades generificadas no âmbito das redes de poder, o que implica em um processo de diferenciação dos gêneros, considerando que, diferenciação e identificação implicam em relações de poder que agem na linguagem e instituem o diferente segundo um determinado referente, passando a funcionar como norma e padrão.

O conceito de gênero está relacionado com a construção social dos sujeitos, enquanto sujeitos em relação e na relação, o que para Louro (1996) significa supor que existam conceitos de masculino e feminino, social e historicamente diversos.

Para essa autora, conceber gênero como construção social implica na aceitação da concepção de que existem diferentes sociedades, com diferentes concepções de mulher e homem, e que tais concepções são diversas no interior das sociedades. Isso, realçando que a essência dos sujeitos também influencia nesse processo de construção histórico-social, ocorrendo, para tanto, o envolvimento dos próprios sujeitos nessa construção e em suas modificações.

Com base nessas interpretações, tem-se como pressuposto que o fenômeno da paternidade não se descola dos papéis de gênero cultural e tradicionalmente estabelecidos, e de suas implicações frente ao processo sexual e reprodutivo. Tal pressuposto considera, também, a dinamicidade entre os pólos feminino e masculino, face ao seu caráter relacional, a mobilidade social dos papéis de gênero em nossa sociedade e a participação dos sujeitos em torno da construção/reconstrução de papéis.

2.2 - REDE FAMILIAR: transformações ao longo da história no cenário mundial e no Brasil. Espaço relacional de construção social de papéis materno e paterno

Cabe, a princípio, realizar a necessária definição do conceito de família conforme concebida na atualidade e, especificamente, na sociedade brasileira, visando a uma maior liberdade em sua utilização. Para sua compreensão no momento atual, se faz imprescindível o conhecimento de momentos-chave de sua formação histórica.

A palavra família surgiu em Roma, no início da civilização, derivada do termo *famulus*, que significava servidor e designava o conjunto de escravos e servidores que viviam sob o mesmo teto, sendo o termo, posteriormente, utilizado para designar o conjunto formado pela mulher, filhos e serviçais, que viviam sob o domínio de um senhor (ARIÈS, 1981; DURHAM, 1983; ENGELS, 2000).

Posteriormente, a palavra família passou a designar *agnati* e *cognati* que significavam, respectivamente, parentes paternos e maternos, ou seja, o conjunto de consangüíneos e que, ainda hoje, designam a constituição de famílias.

Uma análise antropológica aponta que o senso comum concebe as relações sociais estáveis como formas “naturais” de organização da vida coletiva. O que pode ser aplicável à construção do conceito de família, uma vez que, nesse caso, a tendência à naturalização é também reforçada pela regulamentação das atividades sexuais e reprodutivas que assumem papel fundamental dentro da estrutura familiar (DURHAM, 1983).

Para essa autora, é necessário abandonar a prática de naturalização da família para concebê-la como criação e composição humana mutável, sendo uma questão central a maneira como a família é reconhecida enquanto grupo,

constituindo uma unidade doméstica e residencial, formando uma unidade de relações de parentesco.

Segundo Durham (1983), se há na sociedade um grupo natural, esse grupo seria o formado por uma mulher com sua prole, quando ainda imatura, uma vez que a convivência prolongada favorece a sociabilidade entre os membros do grupo. Partindo de tal visão, essa estudiosa considera que o estabelecimento de relações sexuais não representa, necessariamente, a criação de vínculos duradouros, não gerando, obrigatoriamente, estruturas familiares.

Dessa perspectiva, as famílias humanas são estabelecidas

a partir de vínculos sociais entre os filhos de uma mulher e homens determinados, vínculos esses criados através de representações incorporadas nas noções de parentesco e instrumentalizadas pelo casamento (DURHAM, 1983).

Engels, prefaciando sua obra “A origem da família, da propriedade e do Estado”, em sua primeira edição, em 1884, já apontava que,

a ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por duas espécies de produção (a saber: a dos meios de existência e a de continuação da espécie): pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (ENGELS, 2000: 2).

Portanto, as transformações ocorridas na organização da sociedade se fazem acompanhar da estruturação/reestruturação do regime familiar, estabelecido a partir das relações de propriedade.

Engels, referenciando Morgan⁶ (autor de “A sociedade antiga”, considerado por ele o mais coerente estudo da história da família) afirma que:

família é o elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado (2000: 30).

⁶ MORGAN, L.H. *Ancient society*. In: *Savagery through Barbarism to Civilization*. Londres: Mac Millan and Co., 1877.

Partindo das observações de Morgan, Engels (2000) aponta a existência de três diferentes fases no estabelecimento da estrutura denominada família durante a pré-história.

A primeira fase estruturou-se com a chamada família consangüínea, onde ascendentes e descendentes eram excluídos dos direitos e deveres relativos ao matrimônio, sendo que entre irmãos e primos pressupunha-se a existência de relações carnais.

A segunda fase do processo de estruturação da família na sociedade humana foi a denominada família punalua ou sistema americano em que ocorreu a exclusão da participação de irmãos em relações carnais. Essa forma de família foi a primeira a expressar com maior exatidão os graus de parentesco, entretanto, somente se conhecia com certeza quem eram as mães, determinando, dessa forma, somente o reconhecimento da linhagem materna – feminina, o que representava uma valorização social da mulher.

A terceira fase corresponde à família sindiásmica, que se caracterizava pela união entre um homem e uma mulher para viverem juntos, mantendo, no entanto, a prática da poligamia e infidelidade conjugal como direito do homem, exigindo-se a fidelidade feminina, enquanto durasse a vida em comum, sendo o adultério severamente punido. No entanto, o vínculo conjugal podia dissolver-se facilmente por ambas as partes, sendo que os filhos pertenciam exclusivamente à mãe.

Engels (2000: 49) afirma que:

a evolução da família nos tempos pré-históricos [...] consiste numa redução constante no círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por aliança, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o

casal, unido por vínculos ainda frágeis – essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. Isso prova quão pouco tem a ver a origem da monogamia com o amor sexual individual [...].

No Velho Mundo, a domesticação e criação de animais surgiram como fontes de riquezas, gerando novas relações sociais, uma vez que essas novas riquezas precisavam ser cuidadas e vigiadas com vistas a sua reprodução. Esse trabalho era executado por escravos e prisioneiros de guerra, sendo essas riquezas convertidas em propriedades particulares das famílias (ENGELS, 2000).

A acumulação de riqueza, pelo homem, dava-lhe maior importância na família em relação à mulher, brotando o desejo da transmissão de heranças em favor de seus filhos, sendo, conseqüentemente, abolido o direito materno, substituído pelo direito hereditário paterno. Esse fato deu ao homem o poder de direção da casa, sendo a mulher convertida em servidora, mero instrumento de reprodução para o homem.

O primeiro efeito do poder exclusivo do homem pôde ser observado na forma intermediária de família patriarcal, caracterizada pela organização de um número de indivíduos livres e não livres em uma família, subordinados ao poder paterno de seu chefe, tendo como traço essencial a incorporação de escravos e o domínio paterno. Esta forma de família constituiu um estágio de transição entre o direito materno, fruto do matrimônio por grupos, e a monogamia moderna.

O surgimento de novas forças na ordem social, durante o período da barbárie, determinou a evolução dessa forma de família para uma estrutura mais estável, com o estabelecimento da monogamia, sendo este um dos primeiros sinais da civilização (ENGELS, 2000). Vale ressaltar que tal monogamia existia, como ainda hoje, para as mulheres, sendo que aos homens se resguardava o direito (hoje velado) à manutenção de outros relacionamentos com outras mulheres.

Da mulher exigia-se a total fidelidade, uma vez que sua função passou a ser essencialmente reprodutiva, cabendo a ela a geração dos herdeiros dos bens dos homens, a função de administrar a vida doméstica e gerenciar o cuidado com a casa e escravos.

Parafrazeando Engels (2000: 71)

foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. (...) o casamento era para eles uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir. Em Atenas, a lei não apenas impunha o matrimônio como, ainda, obrigava o marido a um mínimo determinado do que se chama de obrigações conjugais.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre homens e mulheres e, menos ainda, como forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito, inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim⁷, encontro a seguinte frase: 'A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para procriação dos filhos'. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classes, como opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, na qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de um se verificam às custas da dor e repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem o pleno desenvolvimento nessa sociedade.

Da monogamia resultou o amor sexual individual moderno, até então desconhecido, o que não significava que tal amor fosse mútuo entre os cônjuges, sendo necessário lembrar a, já então presente, supremacia masculina, excluindo, sobremaneira, a possibilidade do amor mútuo. Dessa forma, o matrimônio continuou como uma conveniência arranjada pelos pais.

⁷ Do "Ideologia Alemã".

Para Engels (2000: 75)

a primeira forma de amor sexual aparecia na história, o amor sexual como paixão, e por certo como paixão possível para qualquer, [...], como paixão que é a forma superior de atração sexual, essa primeira forma, [...], não foi, [...], amor conjugal.

A partir do século XIV, surgiram os primeiros sinais da estruturação da família moderna, coincidindo com a progressiva e lenta degradação da posição da mulher no lar e com o crescente empoderamento do homem, culminando com a maior valorização da família enquanto célula social, base do Estado e fundamento do poder monárquico.

Para Ariès (1981), a organização da família sentimental moderna passa a ocorrer a partir do estabelecimento da igualdade entre irmãos, uma vez que, até então, o primogênito tinha a primazia em relação à herança familiar em detrimento dos demais filhos, passando a existir relações familiares baseadas na afeição.

Esse autor pontua que, com a criação de espaços privados para as relações familiares, fortaleceu-se o sentimento de família, graças ao surgimento das novas zonas de intimidade, superando a sociabilidade que até então imperava como regra de boas maneiras.

Dessa forma, nas grandes casas rurais e urbanas, de homens ricos e importantes, desenvolveu-se o ambiente propício para a consolidação da família moderna, formada pela família conjugal, pelos servidores, amigos e protegidos.

Somente no século XVI, surgiu a idéia de duração da vida através da hierarquia de família, com o aparecimento do sentimento de família que, segundo historiadores, formava dois laços de sangue distintos, embora concêntricos: a família ou mesnie, que poderia ser comparada à família conjugal moderna e à linhagem que era constituída pelos descendentes de um mesmo ancestral (ARIÈS, 1981).

Essa forma de família, formada por casais e outros componentes que residiam juntos, em propriedades que recusavam dividir, agrupava-se em torno dos pais, filhos, sobrinhos ou primos solteiros, dando origem às teorias sobre a família patriarcal.

No século XVIII, ocorre não somente a reorganização das habitações como também dos costumes favorecendo maior intimidade, “preenchida pela família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluía os criados, os clientes e amigos” (ARIÈS, 1981: 267), estando esta forma de organização e sentimentos ainda presentes nos tempos atuais.

Com o surgimento da família proletária, que apresentava grande semelhança com a denominada família burguesa, evidenciaram-se os papéis sexuais dentro daquela estrutura, cabendo ao homem a função de prover bens materiais, em meio público, enquanto à mulher coube a responsabilidade pelo cuidado com a casa e filhos, em meio privado.

Tal divisão de papéis acabou por gerar conhecida equação, ainda hoje característica em diversas sociedades, onde ao homem cabia/cabe o domínio do espaço público enquanto que à mulher cabia/cabe o espaço privado. Essa equação cultural acabou por gerar a naturalização dos papéis sexuais, reforçando a idéia da existência de dependência da mulher em relação ao homem.

Na história do patriarcado, no Brasil, fica nítida a primazia do homem em relação à mulher, como se por origem houvesse uma oposição natural. Ao homem cabia, como ainda hoje cabe, exercer sua superioridade, força e virilidade necessárias ao uso da violência. Em contraste, a mulher ocupava uma posição social inferior e deveria apresentar-se bela, desejável e sujeita à dominação masculina do patriarca. Tal diferenciação social entre os sexos prestou-se a

legitimar e reforçar a aparente ordem natural da hierarquia de gênero (PARKER, 1991).

Essa organização de gênero estabelecida acabou por fortalecer a liberdade masculina, no que diz respeito aos prazeres do corpo, limitando cada vez mais as possibilidades do prazer físico da mulher. Por um lado, que tinha como obrigação lhe servir como marido, nos trabalhos domésticos, na procriação, criação e educação dos filhos, satisfazendo seus desejos sexuais quando solicitada. Por outro lado, das amantes e concubinas, que também deveriam aguardar pela manifestação dos seus desejos.

A exemplo do processo de constituição da família, visto no Velho Mundo e na América, ocorreu também no Brasil, por ocasião da escravidão, desde a época do Brasil colônia, a inclusão dos escravos ao convívio do núcleo familiar.

Freyre em seu livro “Casa-Grande e Senzala” (1983: 352) diz que:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos (...). Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravo, mas o de pessoa da casa (...).

O modelo clássico da família patriarcal, vindo do período colonial consistia de um núcleo formado pelo patriarca, sua mulher e filhos legítimos, vivendo todos sob o mesmo teto na casa-grande da fazenda. Na periferia desse núcleo, situavam-se indivíduos que tinham diferentes vínculos com o patriarca – as concubinas e amantes, filhos ilegítimos, escravos, amigos, clientes, dentre outros (PARKER, 1991).

O patriarca, figura central desse sistema familiar, efetivava a ligação entre o núcleo e a periferia, formando uma unidade singular e funcional dominante, o que se manteve por longo período. Vale ressaltar que, o poder ilimitado e centralizador do patriarca estabelecia distâncias intransponíveis entre os membros do grupo,

determinando uma hierarquia quase que absoluta, sendo que o patriarca tinha todos os direitos, inclusive, ao uso da força e violência.

Para Parker (1991: 57)

o significado da violência (muito freqüentemente exercida na realidade) é crucial para a completa compreensão das relações entre homens e mulheres no Brasil patriarcal. Talvez em nenhum outro lugar tenha sido a distância entre os sexos, que caracterizou a estrutura patriarcal, mais claramente articulada que em suas imagens de macho e fêmea.

A família patriarcal brasileira, cujos traços encontram-se ainda presentes, era permeada por dois mundos. O primeiro, o mundo masculino, onde aconteciam atividades relativas às esferas social e política e às relações além do âmbito familiar. O segundo, o mundo feminino, relativo à esfera doméstica, onde as mulheres deveriam limitar suas vidas e atividades. Nessa organização familiar, todos os membros de seu núcleo encontravam-se sob o controle do patriarca.

Essa forma de organização familiar atendia ao ideal cristão de família monogâmica, o que assegurava a continuidade econômica e política através das linhas de herança aos filhos legítimos do patriarca e através dos casamentos arranjados entre as famílias patriarcais.

Na estrutura familiar patriarcal vigente no Brasil, àquela época, a filha mulher deveria casar-se entre os 12 e 14 anos de idade com um membro bem posicionado da classe patriarcal, passando a ser controlada por ele. Com relação ao filho homem, esperava-se que, no contato com as escravas, tivesse sua iniciação sexual precocemente, o que promoveria a comprovação de sua masculinidade, ou seja, o filho homem deveria ser a imagem do patriarca.

Para Parker (1991: 63)

[...] uma visão socialmente constituída da família patriarcal [...] continuou a afetar o pensamento brasileiro, as maneiras pelas quais os brasileiros visualizam não apenas sua própria história, mas também seu atual meio social. E talvez em nenhuma outra área o

impacto da ideologia patriarcal tenha sido mais poderosamente sentido que na construção de gênero – em interpretações de masculinidade e feminilidade e compreensões dos relacionamentos que deveriam existir entre homens e mulheres na vida social contemporânea. Essas compreensões foram transformadas de diversas maneiras no curso de muitos anos, mas permanece uma visão patriarcal que ainda tem de ser confrontada como, pelo menos, uma fundação importante para o pensamento contemporâneo brasileiro.

Seguindo o pensamento de Parker (1991), considera-se, então, que a estrutura familiar brasileira contemporânea traz as marcas da história da construção social da família e da própria história do Brasil, enraizadas em uma base social assimétrica no que se relaciona aos valores, direitos e deveres de homens e mulheres.

Ainda hoje, mesmo frente aos avanços sociais alcançados nas últimas décadas, ocorre a busca pela igualdade de direitos entre cidadãos, independentemente de cor, raça, etnia e gênero. É patente a possibilidade da identificação, nas diferentes camadas sociais (evidentemente que guardando suas especificidades nas diversas regiões do país), de famílias estruturadas de forma a remeter à organização da família patriarcal.

Entretanto, nas sociedades capitalistas “a família desenvolve estratégias de sobrevivência que incluem a participação da mulher na força de trabalho, o controle de fecundidade e o significado do filho é transformado” (GIFFIN, 1998: 75).

No Brasil, a família constituiu a base organizadora da produção e da reprodução e, por tal razão, homens, mulheres e crianças participavam da produção em um processo contínuo. Com o movimento de industrialização, a família deixou de ter o controle sobre a produção que passou a pertencer à esfera pública, permanecendo na família o controle biológico e social da reprodução (GIFFIN, 1998).

Para Giffin (1998), a sociedade brasileira atual mantém as leis da sociedade patriarcal, uma vez que, o poder masculino ainda prevalece sobre o feminino, apesar de o fortalecimento da esfera pública ter gerado a fragilização da família, base do poder patriarcal, o que teria ocorrido em conseqüência:

- do homem, na atualidade, não responder como provedor único da família;
- das mulheres, agora, participarem da esfera pública;
- das crianças não participarem mais da produção (oficialmente), apresentando novas características que exigem uma nova figura paterna;
- da fragmentação dos laços familiares que fizeram com que o homem assuma cuidados com os filhos.

Assim, um outro pressuposto deste estudo considera as influências da família na produção e vivência da paternidade adolescente, em meio a tradicionais relações de poder em que o masculino ainda prevalece sobre o feminino, apesar de suas transformações.

Para além das características do patriarcado, ainda presentes na organização familiar, no processo de paternidade adolescente também é preciso considerar que famílias contemporâneas brasileiras vivem diferentes condições presentes em nossa estrutura capitalista e têm diferentes comportamentos e valores desta assimilados, relacionados a condições e bens materiais ou culturais.

Essas condições e valores se refletem de modo especial nas camadas populares, que se caracterizam pela baixa renda familiar. A baixa renda das populações de camadas pobres da sociedade brasileira determina que o poder de compra e o acesso a bens materiais e culturais sejam pequenos ou praticamente inexistentes, dificultando até mesmo o acesso a bens de primeira necessidade,

como a alimentação e educação, gerando diferenças sociais gritantes na sociedade como um todo e repercussões particulares na vida de cada um.

Assim, tem-se como pressuposto que a falta de acesso a condições apropriadas de vida, as de sobrevivência e/ou as valorizadas socialmente, também se encontra na base do fenômeno social da paternidade na adolescência, em sua ocorrência e no modo como esta é experimentada e significada por quem a vivencia.

A dificuldade de acesso aos bens de consumo necessários à manutenção da vida e saúde dos seres humanos de forma a atender suas necessidades básicas gera conflitos internos ao núcleo familiar, conflitos sociais e pessoais, levando o indivíduo a buscar outras formas de satisfação pessoal como a valorização e priorização das práticas sexuais. A falta de acesso a serviços de saúde, a seus recursos, a bens culturais, como à educação sexual, podem gerar desconhecimento e não-adoção de medidas favoráveis ao planejamento gestacional.

De igual modo, a formação de novo núcleo familiar na adolescência, face à gravidez não planejada e muitas vezes não desejada, pode redundar em negação e/ou contribuir para agravar condições vividas de pobreza, acentuando diferenças sociais e dificultando ainda mais o acesso a bens de consumo.

2.3 - AS INTER-RELAÇÕES PATERNIDADE ADOLESCENTE, GÊNERO E SEXUALIDADE

Considerando as inter-relações entre paternidade, o contexto sociocultural, a trajetória de vida e a construção da subjetividade de sujeitos sociais, faz-se necessário considerar também o caráter sociocultural da própria adolescência e sexualidade.

Uma concepção ampla e situada da paternidade na adolescência considera a historicidade do ser humano, uma vez que “os homens são tempo e espaço humanos” (GROSSMAN e CARDOSO, 1997: 4).

Oliveira e Egry (1997) lembram Severino⁸ ao afirmarem que é no tempo histórico que nos constituímos genuinamente humanos: “no tempo denso, de criação, em que somos responsáveis pelo que somos”, quando nos constituímos seres históricos concretos via nossa intencionalidade.

Para ir além de um entendimento da adolescência que a tipifica em torno de mudanças somáticas e transformações psicossociais ocorridas no intervalo de tempo entre a infância e a vida adulta, tornando-a fenômeno universal, unívoco e a-histórico, a proposta de Oliveira e Egry de adolescência a aponta como uma construção histórico-social,

que implica pensá-la como um conceito necessariamente plural, de tal forma que diferentes sociedades teriam conceitos diferentes e que, mesmo em uma dada sociedade, em um determinado momento histórico, haveria concepções diferenciadas de adolescente – segundo a classe social, a religião, a etnia, o gênero – concepções essas em permanente transformação (1997: 19).

O adolescer ocorre em sociedades concretas e, como parte do viver humano, acontece com base nas diferenças coletivas e também nas individuais, sendo marcado pelo tempo e espaço.

Acata-se, portanto, a proposição dessas autoras de deslocar a ênfase dada à essência da adolescência enquanto definição cronológica, relacionada a processos somáticos universalizados e padronizados, buscando resgatar processos relacionados à sua construção histórica, social e particular.

⁸ Severino, AJ Desenvolvimento histórico da educação, situação atual e perspectivas. Aula proferida em 17/03/1998 na Escola de Enfermagem da USP como parte da disciplina Temas de Investigação em Saúde Coletiva do Curso de Pós-Graduação em nível de mestrado. In: Oliveira MA de C, Egry EY A adolescência como um constructo social. Rev. Bras. Cresc. e Desenv. V. 7(2) Jul-Dez. 1997.

É preciso ter a clareza de que os fatos relacionados à adolescência não são universais, mas sim circunscritos historicamente. Tal visão implica na aceitação de que a adolescência é permeada por questões biológicas, mas que não se restringe aos limites do corpo orgânico.

Assim, parafraseando Mandú (2001: 61):

é no concreto da vida, na construção/reconstrução e apropriação ou não de seus bens e valores materiais e culturais, e na interação destes com processos somáticos, genéticos e físico-ambientais, que se definem os diversos modos de vida adolescente.

Portanto, ao tratar do fenômeno da paternidade na adolescência, é necessário estabelecer suas conexões com o contexto, relevando sua historicidade, influências e espaços coletivos que interferem na construção da identidade de adolescentes, em seus comportamentos, valores, percepções e modos sociais e peculiares de encaminhar a vida e lidar com a sexualidade.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a compreensão do adolescente como sujeito, com potencialidades e graus de autonomia e participação na construção da vida social e própria, como parte de uma sociedade dinâmica que, portanto, deve envolvê-lo na busca de soluções para os problemas que a ele se apresentam.

Assim, parte-se do pressuposto de que os adolescentes, a despeito das influências socioculturais da nossa sociedade, são sujeitos em processo de edificação, que buscam a construção de sua cidadania na concretude da vida, em meio à interação de processos somáticos e genéticos próprios e aspectos sociais materiais e não materiais. Dessa forma, compreende-se que esse cidadão adolescente responde a questões da vida que se apresentam a ele, como a paternidade, de acordo com condições orgânicas e aspectos socioculturais com os quais interagem ao longo de sua trajetória de vida.

Ao chegar à adolescência, o indivíduo traz consigo as marcas de inúmeras vivências individuais e coletivas, desde a concepção; vivências essas que têm por base valores recebidos ou trocados em seu núcleo familiar, e valores dos novos grupos com os quais passa a interagir, em seu processo de socialização.

Os grupos que participam do processo de socialização dos indivíduos influenciam de diferentes formas o exercício de suas sexualidades, determinando padrões comportamentais, valores e sentimentos diversos em torno dessa experiência humana.

A dimensão da sexualidade não diz respeito apenas à reprodução e ao exercício da atividade sexual, mas também aos componentes afetivos e de bem-estar pessoal. A sexualidade incorpora aspectos psicológicos e fatores culturais do comportamento humano

engloba os sentimentos de feminilidade, masculinidade, desejo, satisfação, amor, perda, dor, intimidade, solidão, cuidados, compartilhamento, toques, ciúmes, rejeição, auto-estima e felicidade (RODRIGUES JÚNIOR, 1997: 29).

Como mencionam Bruns, Grassi e França (1995), a vivência da sexualidade é possibilitada às pessoas segundo as normas, valores e regras de cada sociedade ao longo do processo histórico-cultural.

Vale ressaltar que é na família o lugar por excelência onde o indivíduo aprende o exercício da sexualidade, aprende a amar e odiar, e a importância da solidariedade, do compartilhar e do individualismo. É na família, também, que se vivenciam disputas, rancores e conflitos, vivências estas que fazem parte do processo de desenvolvimento humano.

É na família que se inicia o aprendizado sobre o exercício da sexualidade e é na infância que acontecem os primeiros sinais de realização sexual e afetiva no

contato com os pais ou substitutos, através de relações que geram as primeiras sensações de prazer e desprazer.

Além do espaço familiar, ainda nos primeiros anos de vida, conforma-se o contato com a escola, a igreja, os encontros com os amigos da rua, vizinhos, e outros espaços de socialização. A partir desses diferentes meios de socialização e troca desenvolve-se o indivíduo, que chega à adolescência com uma história pessoal que determina sua maneira particular de vivenciar a sexualidade e de colocar-se frente ao fenômeno da paternidade.

É preciso considerar a incorporação de novos elementos no exercício da sexualidade na adolescência, como a capacidade reprodutiva, a atividade sexual, o envolvimento amoroso entre os pares, entre outros aspectos que implicam no surgimento de novas vivências. Nessas novas vivências, estão correlacionados modos construídos e em construção de pensar e valorar esse universo, o que compõe subjetividades peculiares.

A compreensão do contexto sociocultural em que os distintos adolescentes encontram-se inseridos favorece o reconhecimento de seus valores e significações, e de comportamentos vividos no campo da sexualidade, assim como sobre elementos relativos às trocas que estabelecem.

Para Lalinde, Saldarriga e Vélez (1998: 92):

... los grandes problemas que se presentan en los adolescentes son los relacionados con la evolución de su sexualidad, el manejo de esta y sus consecuencias. La sexualidad en la adolescencia no puede ser considerada em forma aislada, debe ser vista como intimamente ligada e integrada con todo el proceso biopsicosocial de esta etapa de la vida y com base en lo acontecido en la niñez. La sexualidad bien es una identificación, una actividad, un proceso biológico y emocional, una perspectiva y una expresión de si mismo; influenciada por las creencias sociales y personales, y que a su vez influye fuertemente tanto en las creencias como en la conducta.

Dessa forma, é possível afirmar que no campo da sexualidade

los hombres asocian su identidad sexual y se ‘bautizan’ como tales solo cuando ejercen las relaciones sexuales. La genitalidad, o mejor dicho la expresión biológica de ella, es lo que define como hombres en forma inmediata ... (GARCIA, 2000: 362).

Entender o universo da sexualidade e sua configuração social e particular, segundo trajetórias vividas, possibilita a melhor compreensão do fenômeno que vem se configurando como de grande relevância – a paternidade na adolescência. O fenômeno da paternidade está estreitamente relacionado à vivência da sexualidade.

Evidenciando-se esse fenômeno, é preciso reconhecer que ele tem causas diversas. Porém, partindo de sua dimensão relacional, vinculada ao exercício da sexualidade, é possível considerá-lo em sua conexão com as mudanças da prática sexual ocorridas em nossa sociedade, organizada com base em valores machistas.

Por um lado, em nossa sociedade, adolescentes precisam comprovar suas masculinidades, dentre outras formas, através da iniciação sexual precoce, que nem sempre ocorre de forma segura e de maneira a garantir a manutenção da saúde, a preservação da vida e a prevenção de eventuais gravidezes.

Em geral, no caso de populações de baixa renda, adolescentes, por terem acesso limitado a bens de consumo e por apresentarem atitudes concernentes aos valores culturais locais, têm o desejo de busca de outras formas de realização pessoal, sendo a prática sexual uma delas.

Na sociedade brasileira, na atualidade, ainda é nítida a valorização de estereótipos, sendo socialmente esperado que mulheres e homens tenham comportamentos apropriados segundo o sexo. Dessa maneira, espera-se que homens, desde a infância, tenham atitudes e comportamentos considerados masculinos. O agir como homem, na adolescência (assim como em outras etapas da vida), implica em atitudes consideradas masculinas, como a utilização da força física

para a resolução de conflitos e o estabelecimento de relações sociais e de amizade com homens que mantenham o padrão esperado de masculinidade. Implica, também, em ter afinidade por esportes que dependam de força física e em ter uma iniciação sexual o mais precocemente possível, uma vez que esta é tida como prova definitiva de masculinidade.

Apesar de a mídia reforçar dia a dia a necessidade do exercício da sexualidade com responsabilidade e segurança, ainda, assim, o número de casos de gravidezes adolescentes e de contaminação por DSTs/AIDS (Doenças de Transmissão Sexual e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), entre outros problemas, é crescentes entre os jovens.

Por outro lado, como Cabral (2003: S290) concluiu em sua pesquisa, com jovens pais de uma favela do Rio de Janeiro, a paternidade na adolescência em comunidades pobres promove a ascensão do rapaz à vida adulta e sua redefinição em termos de 'homem sério', 'viril' e 'maduro', especialmente perante seus pares e familiares.

De maneira geral, jovens membros de famílias de classes populares, com renda familiar baixa, têm suas vivências restritas a espaços como a escola, as ruas e praças do bairro onde vivem, a associações comunitárias e, por vezes, igrejas, que se configuram como espaços de compartilhamento de experiências e informações. Nesses espaços ocorrem trocas de informações e, também, cobranças acerca do que é socialmente esperado em seu comportamento, havendo, para o rapaz, a cobrança de este 'aja como homem'.

Na América Latina, em geral, é possível afirmar que:

la paternidad consagra la hombría. Ser padre e jefe de familia es ser el eje y protagonista de um nuevo núcleo social; el vínculo padre-hijo, donde está la verdadera dimensión de la hombría, debe trascender a través del reconocimiento público (GARCIA, 2000: 363).

Para Garcia (2000), a paternidade é uma das formas sociais de reconhecimento da masculinidade, pois a prática sexual heterossexual é pré-requisito para a ocorrência da gravidez.

É certo que a paternidade configura-se muito mais como uma atribuição socialmente esperada na vida do homem adulto. Em geral, a geração de um ou mais filhos na adolescência é socialmente recriminada e/ou renegada pela família.

Contudo, não se pode desconsiderar que no caso do adolescente homem, essa função biológica e social comprova sua capacidade reprodutiva, pois através da paternidade este adquire o *status* de macho e passa a ser considerado verdadeiramente homem.

Associada à idéia de reprodutor da espécie, ainda é socialmente conferido ao homem o reconhecimento de sua masculinidade por sua postura frente à reprodução e, também, por assumir funções de chefe de família, ou seja, de chefe de um novo núcleo social.

Para Cabral (2003: S289), na visão dos jovens, assumir a paternidade significa ter responsabilidade e assumir as conseqüências de suas atitudes, reafirmando o papel de homem, “assumir adquire o significado de ‘dou conta’, ‘sou homem’, atendo às expectativas sociais de gênero que modelam atitudes dos sujeitos”.

Como dito, as modificações nos modos de os adolescentes exercitarem suas sexualidades vêm determinando, cada vez mais precocemente, as ocorrências de casos de paternidade adolescente.

Dentre os novos comportamentos incorporados, encontra-se a manutenção de relações sexuais fugazes, sem que haja, necessariamente, qualquer

vínculo afetivo envolvido. Essas relações têm como objetivo saciar desejos, nos novos tempos, tanto de homens como de mulheres, embora permaneça em relação à questão maior restrição social à mulher e permissão ao homem.

Em relação ao homem, essas relações eram/são estabelecidas não somente por solteiros mas, também, por homens casados e, nem sempre, as conseqüências dessas relações eram/são assumidas por esses homens, como no caso da gravidez.

Frente ao fato de que ao homem culturalmente coube/cabe o domínio do universo do público, enquanto à mulher coube/cabe o universo privado, justifica-se a idéia de que, no que diz respeito à mulher, é no interior das relações familiares o lugar onde deve acontecer o processo reprodutivo. No entanto, com relação ao homem não existia/não existe cobrança social que o leve a exercer a paternidade somente no âmbito familiar. Pelo contrário, a este ainda é facultado o direito de escolha por vivê-la, ou não, a partir da criação de um novo núcleo familiar, e mesmo o direito de negar a paternidade.

A negação da paternidade é uma possibilidade basicamente masculina, uma vez que as cobranças sociais exigem da mulher posturas maternas, ou seja, que esta não somente assuma a gravidez como desempenhe inquestionavelmente as funções socialmente estabelecidas como maternas.

As construções de gênero em torno da vida de homens e mulheres provocaram a expropriação do homem do exercício da paternidade de forma próxima, afetiva, empática, gerando, de maneira geral, o distanciamento do homem dessa forma de relação.

O estreito vínculo criado entre mãe e filho, produto de determinantes psicológicos e histórico-sociais, associa-se à identidade feminina, enquanto o mesmo não ocorre com relação à identidade masculina (MUZIO, 1998).

A história mostra que o exercício do cuidar paterno era realizado, em comunidades primitivas, pelos tios maternos ou outros homens da comunidade, sendo que o pai biológico não exercia socialmente esse cuidado. Com base nessa argumentação, Minayo (1998), prefaciando a obra “Exercício da Paternidade”, organizada por Paulo Silveira, aponta que:

a paternidade ademais de ser uma atribuição biológica de quem gera o ser humano, acrescida pela atribuição das leis sociais que lhe exigem responsabilidade por seu ato, é também uma construção social que pode tomar formas e dimensões múltiplas prescindindo dos vínculos biológicos (p. xvii).

Seguindo esse raciocínio, Silveira (1998: 27) afirma que “nem todo progenitor irá se constituir em pai de sua cria, bem como nem todo pai será capaz de manter uma relação com seu filho na qual fique caracterizado o exercício da paternidade”, uma vez que isso ocorrerá a partir de exercícios relacionais entre pai e filho.

A constituição da sociedade atual nos leva a crer que “o exercício da paternidade surge como decorrência da existência de um homem e de sua cria” (SILVEIRA, 1998: 30). Entretanto, é possível ir além dos limites biológicos, com o estabelecimento de relações paternais independentes da existência de vínculos consangüíneos, através de laços afetivos.

Esse autor aborda o exercício da paternidade como uma relação em que a importância da participação é reconhecida e desejada pelos indivíduos que dela fazem parte. Assim, os lugares do pai e filho são conseqüências das relações interpessoais estabelecidas, pois o fato de um homem ser genitor não significa que

ele estabelecerá uma relação com sua cria, uma vez que “as relações são marcadas pelas vivências afetivas que nela ocorrem” (SILVEIRA, 1998: 31).

Para Romanelli (1995), é evidente que as relações estabelecidas entre pai e filhos apresentam um caráter social, que se sobrepõe aos aspectos biológicos, por serem relações culturalmente determinadas, a partir de um conjunto de regras culturais.

Conclui-se, então, que o exercício da paternidade é uma “relação múltipla por ser cultural, circunstancial, temporal, específica e interpessoal, o que impede o estabelecimento de verdades a seu respeito” (SILVEIRA, 1998: 36).

A gravidez, em nossa sociedade, ainda é predominantemente interpretada como relativa à mulher, como se o homem não tivesse qualquer participação e responsabilidade pelo processo e pelo filho gerado. Isso, apesar de hoje a mulher também desempenhar o papel de provedora. Mas é justamente a dupla responsabilização que se busca promover na atualidade, de modo que homens e mulheres compartilhem do processo gestacional e da maternidade/paternidade, hoje denominada pelo direito de família como paternidade compartilhada.

Como dito anteriormente, em nossa sociedade, a paternidade é vivenciada e significada como resultante de construções sociais dinâmicas de gênero, pois a normatização que atribui à mulher a obrigação pelo cuidado oferecido aos filhos determinou um esquecimento de que tal norma é passível de transformação.

Embora ainda imperem valores patriarcais, através dos quais se estabelecem que cabe ao homem o papel de provedor e gerenciador da instituição familiar, enquanto à mulher cabe o papel de cuidadora e mediadora de relações, o conceito e a vivência da maternidade e paternidade vêm sendo transformados ao

longo da história, sendo essa transformação importante à ampliação desses papéis, no sentido de possibilitar seu exercício efetivo por homens e mulheres.

O exercício da paternidade, hoje, para muitos homens, vai para muito além do sentido convencional atribuído em nossa história patriarcal remota, embora este ainda permaneça presente.

A paternidade, hoje, em alguma medida, também incorpora a busca da participação ativa desde o processo gestacional, estendendo-se aos cuidados básicos da(s) criança(s), do acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento, de seu sustento e de tudo mais que lhe(s) diga respeito.

Para Parceval (1986), os comportamentos paterno e materno são enganos resultantes da representação que se tem de seus papéis sociais uma vez que, de maneira geral, homens e mulheres assumem os papéis socialmente construídos sem implementarem questionamentos, permanecendo a ordem vigente, que “organiza a vida social em função da desigualdade de gênero” (LYRA da FONSECA, 1998: 193).

Considera-se, então, o pressuposto de que há um processo de transição no que diz respeito à função social do pai que vem determinando mudanças que possibilitam o surgimento de novas formas de estabelecer relações entre pais e filhos. Essas relações, instituídas sobre novas bases, vêm incorporando a vivência de afetos, carinho, empatia e respeito.

A ruptura ocorrida com o ideal de família patriarcal tradicional, que mantinha rígida estrutura hierárquica, proporcionou maior participação da mulher no mercado de trabalho e no controle de natalidade, e, dessa estrutura familiar, entre outros aspectos, emergiram formas particulares de ser mulher e mãe (ou como um só papel mulher-mãe) e de ser homem e pai (como papéis desvinculados).

Para Muzio (1998: 166):

a cultura patriarcal promoveu um modelo de mãe em tempo integral, (...), assim como um modelo de paternidade representante da autoridade, provedor, que sustenta a família, portador do *status* social com uma relação periférica e intermitente com os filhos.

Tal ordem social vem sendo alterada por impactos sociais, que provocaram/provocam a transformação dos papéis e funções de pai e mãe. De maneira que, hoje, ser pai implica na apropriação, mas também na reconstrução de “papéis construídos historicamente por uma cultura e uma estrutura social de poder que localiza o homem dentro de um mandato de ser a partir do ter” (MUZIO, 1998:166) que empodera o homem frente ao fenômeno da paternidade.

Assim, Muzio (1998), após realização de pesquisas, aponta três formas de paternidade. São elas:

- Pai tradicional: que assume o papel tradicional de macho (segundo o padrão de masculinidade vigente na sociedade), ficando expropriado de exercer a paternidade de forma terna, próxima e envolvida;
- Pai com manifestações de mudança: que recupera elementos expropriados como a ternura e algumas responsabilidades que fundamentalmente assume, exerce as atribuições do pai tradicional e acrescenta outras como o banho, a alimentação, acompanhamento de tarefas escolares entre outras:
- Pai não tradicional: recupera o exercício da paternidade de maneira próxima e empática, compartilhando com a mãe funções e responsabilidades de forma complementar e/ou suplementar.

Para Engle e Breaux (1994), a ampliação dos cuidados prestados pelo pai ao filho favorece ao homem que desenvolva maior facilidade para atender às necessidades da criança e apreenda elementos necessários para que possa

oferecer outros tipos de cuidados, além dos físicos, o que contribui sobremaneira para o estabelecimento de uma relação afetiva e mais próxima.

Em síntese, pode-se assumir, portanto, o pressuposto de que o exercício da paternidade não constitui uma relação estanque, igual em todas as sociedades, entre todos os homens, sendo constituída a partir da cultura local, de valores incorporados ao longo da existência, por experiências relativas à sexualidade, guardando pois uma relação com as subjetividades dos indivíduos nela envolvidos.

3 – OBJETIVOS DO ESTUDO

Objetivo geral:

“Conhecer e analisar as vivências e significados em torno da paternidade durante a adolescência para homens que vivenciaram esse fenômeno”.

E como objetivos específicos:

- Identificar os significados atribuídos por estes homens às vivências relativas a paternidade, durante o período de sua adolescência;
- Identificar nas vivências relativas à sexualidade e reprodução destes homens como se operam as relações de gênero, na ocasião da adolescência;
- Identificar como estes homens percebem a influência de suas famílias nas vivências relativas aos processos de gravidez e paternidade.

4 – REFERENCIAL METODOLÓGICO, TRAJETÓRIA E OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO

4.1 – A abordagem usada no desenvolvimento do estudo

O presente estudo é de natureza qualitativa apoiada na compreensão de que este tipo de abordagem favorece a busca de respostas a questões particulares, que não podem ser quantificadas por estarem relacionadas com o universo dos significados, valores, crenças, atitudes e das relações humanas. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” (MINAYO, 2001: 22), universo, esse, não apreensível e perceptível através de equações matemáticas.

Essa autora aponta as “Metodologias de Pesquisa Qualitativa [...] como aquelas capazes de incorporar questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais” (1994: 10), sendo, portanto, a modalidade mais apropriada para a realização do presente estudo, que se propõe a refletir sobre os significados e as vivências acerca da paternidade durante a adolescência.

Tendo o objeto de pesquisa em ciências sociais um caráter histórico, é possível afirmar que

as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicos. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído.

Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social (MINAYO, 2001: 13)

Dessa forma, propõe-se a utilização de uma abordagem qualitativa que busca a compreensão do objeto de pesquisa a partir do contexto, do espaço e tempo, acatando a proposta de Triviños (1987: 117) que afirma ser preciso conhecer “a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos”.

4.2 – Campo de estudo

O presente estudo foi realizado em Cuiabá, município situado na região Centro-Oeste, capital do estado de Mato Grosso, com um território de 3.971km² e densidade demográfica de 124 habitantes por km²⁹.

Este estudo foi realizado em dois bairros do município, o bairro Pedra 90 e o bairro Tijucal. O bairro Pedra 90 está situado na região sul, próximo ao complexo industrial, ao anel viário e ao complexo penitenciário. Esse bairro encontra-se localizado a aproximadamente 30 minutos do centro comercial da cidade e surgiu sob a forma de loteamento, situado atrás do bairro Pascoal Ramos, seguindo em direção ao pé da Serra de São Vicente, via de acesso da região sul do estado com toda a região norte. O acesso de pessoas que nele residem ao centro da capital somente é feito através de ônibus e carros, pela Rodovia 364, sua área territorial é de 659,6 hectares e sua população é de aproximadamente 18.648 habitantes¹⁰.

O bairro Pedra 90 apresenta infra-estrutura básica, contando com um Centro de Saúde, duas escolas sendo uma municipal e outra de cunho público e filantrópico, um posto da polícia militar, coleta de lixo e sistema de água encanada

⁹ Relatório de Gestão 2002 da Secretaria Municipal de Saúde- Prefeitura Municipal de Cuiabá, abril 2003.

¹⁰ Dados levantados junto ao Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU) da Prefeitura Municipal de Cuiabá (PMC), informações mais detalhadas podem ser encontradas no site: www.cuiaba.mt.gov.br.

não disponíveis a toda população, e rede de esgoto precária, somente a sua rua principal tem pavimentação asfáltica.

O bairro foi construído em duas etapas de implantação, sendo que as habitações construídas na primeira etapa, de maneira geral, são de alvenaria, mas com acabamento precário e as casas edificadas na segunda etapa são, na grande maioria, barracos de madeira com péssimas condições de moradia, geralmente, com esgoto a céu aberto.

O bairro Tijucal localiza-se, também, na região sul da capital, mas a aproximadamente 20 minutos do centro; localizado às margens da BR 364, possui uma das maiores concentrações populacionais de Cuiabá, com 16.774 habitantes em uma área de 188,48 hectares¹¹.

Esse bairro foi construído com incentivo da Companhia Habitacional (COHAB), com casas de alvenaria, rede satisfatória de água e esgoto, coleta seletiva de lixo fixa e postos de policiamento comunitário. Seu Centro de Saúde, por suas amplas instalações e infra-estrutura, serve de referência para as populações dos bairros circunvizinhos e adjacências. Toda essa infra-estrutura lhe confere grande autonomia em relação às demandas de sua população.

Vale ressaltar que apesar de o bairro Tijucal contar com excelente infra-estrutura, o mesmo não ocorre nos bairros adjacentes, que de maneira geral, apresentam deficiências básicas, como a falta de asfalto, de segurança e de serviços de saúde.

4.3 – Sujeitos do estudo

¹¹ Fonte: Anuário Estatístico 2003, IPDU-PMC no site: www.cuiaba.mt.gov.br capturado em: 25/06/2005.

Foram eleitos como sujeitos desse estudo homens adultos que passaram pela experiência da paternidade ao longo de suas adolescências. Tal opção ocorreu por considerar que o distanciamento daquela vivência em específico (a paternidade precoce) favorece a avaliação do processo de forma mais racional, com menos impacto das emoções que eventualmente envolvam aquela experiência.

Optou-se por abordar homens adultos que vivenciaram a paternidade durante a adolescência, hoje moradores dos Bairros Pedra 90 e Tijucal, devido a facilidade de acesso às equipes profissionais dos serviços de saúde desses bairros.

Os critérios de inclusão dos sujeitos do estudo foram:

- ser homem com idade superior aos 20 anos e inferior a 35 anos de idade, favorecendo o levantamento de informações de homens que já têm uma avaliação distanciada da experiência e, por outro lado, dados identificados juntos a homens que ainda estão vivenciando os reflexos imediatos da paternidade precoce;
- ter vivenciado uma gravidez e paternidade entre os 12 e 19 anos de idade, atendendo ao critério da OMS, que considera adolescente a pessoa nessa faixa etária;
- ser morador da área de abrangência dos Centros de Saúde dos bairros Pedra 90 e Tijucal, devido a cooperação das equipes de agentes comunitários, das duas unidades de saúde, que se dispuseram a localizar homens que se enquadravam nos critérios anteriores e realizar a articulação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa.

Os sujeitos foram identificados e localizados por intermédio dos agentes comunitários dos Centros de Saúde dos bairros Pedra 90 e Tijucal. No primeiro momento, realizaram-se contatos com as gerências dos dois serviços de saúde, que

facilitaram nossa entrada na área de abrangência desses Centros de Saúde, favorecendo a identificação de homens que se enquadrassem nos critérios de inclusão.

Os agentes comunitários desses dois Centros de Saúde tiveram importância fundamental no processo, uma vez que coube a eles o primeiro contato com os homens que vivenciaram a paternidade durante a adolescência, momento esse em que solicitavam a permissão para que ocorresse uma primeira aproximação entre os homens e a pesquisadora.

É preciso ressaltar a grande dificuldade que enfrentada para conseguir qualquer contato com homens que se enquadrassem nos critérios de inclusão. Apesar de inicialmente mostrarem-se abertos para qualquer aproximação, no momento da realização dos encontros, apresentavam as mais diversas justificativas para a suspensão do mesmo. As justificativas estavam sempre vinculadas ao surgimento de serviços extras que seriam fonte de rendimentos para a família.

Estabelecer os contatos com esses homens exigiu a flexibilização de horários, de maneira que a pesquisadora estivesse liberada a qualquer momento que mostrassem disponibilidade para o contato.

Dessa forma, foram sujeitos deste estudo oito homens que se dispuseram a falar de suas vidas, sendo que, a primeira entrevista foi considerada como teste-piloto e por tal razão não faz parte dos dados utilizados no processo de análise. Utilizou-se, para a coleta de dados, o critério de saturação conforme proposta de Minayo (1994).

Para Minayo (1994: 102), “numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão”, dessa forma a amostra foi considerada completa quando apresentou

reincidência das informações, delineando o quadro empírico da pesquisa. Dessa maneira, neste estudo preocupou-se menos com o pequeno número de homens que compôs a amostra e mais com o aprofundamento da conversa, sendo que cada encontro inicial teve a duração média de duas horas.

No sentido de dar maior clareza aos sujeitos do estudo, elaborou-se uma breve biografia de cada um que pode ser encontrada no Apêndice C. Ainda com relação aos sujeitos da pesquisa, doravante serão identificados por apelidos muito usados em grupos de adolescentes, apelidos esses também relacionados no Apêndice C.

4.4 - A coleta de dados

O trabalho de campo é uma etapa determinante na pesquisa qualitativa, sendo a interação entre o pesquisador e o sujeito social essencial para seu bom desenvolvimento, e fundamental que sua execução fosse realizada com base no referencial teórico e objetivos assumidos no projeto.

A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre março e maio do ano de 2004, sendo que empregamos a técnica de história de vida e diário de campo. Utilizou-se o recurso da história de vida, que é um dos mais apropriados para o levantamento de significados e vivências, por favorecer ao sujeito da pesquisa a exposição de tudo o que pensa e sente acerca da temática em discussão.

Segundo Minayo (1994), a história de vida pode ser considerada uma entrevista prolongada na qual o pesquisador interage com o informante, havendo a

combinação da observação e captação de relatos introspectivos de lembranças relacionadas a determinado tema.

A entrevista, recurso utilizado para o desenvolvimento da técnica de história de vida, pode ser considerada uma conversa entre duas pessoas, mas que tem como objetivo coletar informações sobre determinado tema científico (CRUZ NETO, 2001). Para a implementação da entrevista, foi utilizado um roteiro norteador de questões a serem abordadas (Apêndice B).

Ao optar pela realização da técnica da história de vida com os sujeitos de pesquisa, buscou-se identificar suas “atitudes, valores e opiniões” (MINAYO, 1994: 108), ou seja, objetivou-se levantar dados subjetivos através de seu discurso livre acerca do tema proposto, no caso, as vivências e significados da paternidade durante a sua adolescência.

Para a sistematização dos dados, solicitou-se o consentimento do informante para a gravação em fitas K-7, que foram transcritas, favorecendo o retorno, quantas vezes se fizesse necessário, às fontes.

Outra forma de coleta de informações foi a utilização do diário de campo, que é um instrumento básico de registro para o pesquisador, onde são registrados toda e qualquer observação, experiência e sentimentos percebidos e não verbalizados ao longo dos encontros realizados com os sujeitos que participaram da pesquisa (VÍCTORA et al., 2000).

No diário de campo, foram feitos registros subjetivos e objetivos de cada visita ao campo, mantendo-se uma lógica nos registros, segundo uma ordem cronológica das atividades desenvolvidas.

Para realização da coleta de dados, os sujeitos foram devidamente informados sobre: quem era a pesquisadora; o porquê da realização desta pesquisa;

a temática da pesquisa; a importância dos resultados da pesquisa para a comunidade. Os participantes a qualquer momento poderiam solicitar que os dados informados por eles deixassem de fazer parte do estudo e a manutenção de seu anonimato foi assegurada. Após serem realizados os esclarecimentos e orientações necessários, solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento (Apêndice D).

A presente pesquisa foi desenvolvida segundo a normatização da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que prevê a utilização da Resolução 196/96, Cap. VI, do Conselho Nacional de Saúde em pesquisas que envolvem seres humanos e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Muller (Anexo A).

4.5 – Organização e análise dos dados

A fase de análise dos dados tem as finalidades de: “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte” (GOMES, 2001: 69).

Para a realização desta etapa da pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977: 42) é:

um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção destas mensagens.

Para Minayo (1994: 200), “a análise de conteúdo clássica tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade da subjetividade”, o que reforça sua adequação enquanto técnica eleita para a análise aqui proposta.

A análise de conteúdo utilizada em pesquisas de cunho qualitativo visa a ultrapassar a mera descrição do conteúdo da mensagem, através da aplicação de inferências que possibilitam uma interpretação mais aprofundada. A presente técnica busca “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação ...” (MINAYO, 1994: 203).

Na atualidade, a análise de conteúdo, no parecer de Gomes (2001: 74), se presta à “verificação de hipóteses e/ou questões (...) (e) a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências”. Para esse autor, essas funções são complementares e aplicáveis, a partir dos princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa.

No presente estudo, é utilizada a análise temática uma vez que, segundo Bardin (1977: 105) “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

Neste estudo, especificamente, utilizou-se a proposta de análise de conteúdo elaborada por Gomes (2001) que define três fases, sendo elas: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação, respectivamente.

Na primeira fase, a chamada etapa de pré-análise, o material colhido foi organizado tendo, como orientação os objetivos e objeto de pesquisa apresentados anteriormente, sendo, para tanto, fundamental valer-se da intuição. Nesse momento, foram realizadas leituras exaustivas do material, de forma a permitir à pesquisadora que se impregnasse de seu conteúdo, buscando identificar as unidades temáticas e registrar as impressões decorrentes dessa leitura.

A segunda fase foi o momento da exploração do material, quando foram sistematizadas as decisões tomadas durante a primeira fase. Nesse momento, foram realizadas as codificações em função das questões surgidas com a leitura do material.

E a terceira e última fase foi o momento de desvendar o conteúdo subjacente ao que estava manifesto. A busca voltou-se para “ideologias, tendências e outras determinações características” (GOMES, 2001: 76). Nesse momento, foram eleitos os núcleos temáticos e os subnúcleos que os compõem, de maneira a operacionalizar a apresentação dos dados identificados.

Para a implementação da interpretação dos dados, acatou-se Gomes (2001) referenciando a proposta de Minayo (1994) quando aponta que o primeiro nível de interpretação a ser realizado é o das determinações fundamentais, que diz respeito à “conjuntura sócio-econômica e política do qual faz parte o grupo social a ser estudado; história desse grupo e política que se relaciona a esse grupo” (GOMES, 2001: 77).

Assim, após o processo de identificação dos núcleos temáticos, operacionalizou-se a análise propriamente dita, momento que teve como objetivo realizar uma articulação entre os dados coletados através da técnica de história de vida e os referências teóricos da pesquisa (GOMES, 2001).

Tal articulação possibilitou estabelecer relações entre a teoria e a prática, tendo como pano de fundo reflexões acerca de paternidade na adolescência e família, balizadas pela categoria analítica de gênero.

A utilização de gênero, como referencial teórico útil para o presente estudo, viabilizou reflexões acerca da maneira como se configuram os papéis sociais de pai e mãe na sociedade contemporânea, considerando que tais papéis se

definem em relação e não isoladamente, e que por tal razão requerem compreensão ampla.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS IDENTIFICADOS

A aplicação da Técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta de Gomes (2001), possibilitou a identificação, frente aos dados levantados junto aos sujeitos desta pesquisa, de três grandes núcleos temáticos, são eles: paternidade na adolescência: vivências e significados atribuídos; adolescência: vivências e exercício da sexualidade e reprodução a partir das relações de gênero; influências familiares nas vivências relativas aos processos da gravidez e paternidade na adolescência.

Para a melhor compreensão de quem são os atores sociais participantes do presente estudo, serão apresentados: o perfil dos sujeitos da pesquisa e os núcleos temáticos, de forma a possibilitar a compreensão da riqueza de informações levantadas durante o estudo.

5.1 – Perfil dos sujeitos participantes do estudo

Como visto anteriormente, para implementação deste estudo foram estabelecidos contatos com os sujeitos da pesquisa, possibilitando a compreensão e análise das vivências e significados acerca da paternidade adolescente para quem vivenciou tal experiência.

Com base nos encontros realizados com esses homens, percebeu-se a importância que tiveram tais vivências em suas histórias pessoais, sendo a experiência da gestação e paternidade definidoras da trajetória assumida por cada um, com conseqüências para suas vidas atuais, reflexão esta que será realizada durante a discussão dos núcleos temáticos.

A população que participou do estudo foi composta por sete homens que tinham entre 21 e 34 anos de idade na época da realização das entrevistas e que foram pais pela primeira vez entre os 14 e 19 anos.

Vale ressaltar que as mulheres com as quais esses homens vivenciaram a gestação adolescente também se encontravam, na época, na faixa etária correspondente à adolescência, sendo que somente uma delas não era considerada namorada ou companheira pelo rapaz, sendo para este uma mulher com quem mantinha relações sexuais eventuais.

Uma síntese desse perfil pode ser identificada na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das características demográficas e conjugais dos sujeitos da pesquisa. Cuiabá-MT. 2004.

Ent.	Id. Pat.	Id. At.	Id. Mat. Gestação	Rel. Mãe Cça.	Nova Rel. Est.	Out. Filhos
Mano	15	34	14	Não	Sim	02
Kiko	17	29	16	Sim	-	01
Vico	14	28	18	Não	Sim	03
Pepe	19	28	19	Não	Não	00
Dan	19	21	18	Não	Não	00
Dog	18	23	16	Não	Não	00
Rick	18	29	15	Sim	-	01

Legendas: Ent. – Entrevista; Id. Pat. – Idade Paterna na 1ª Gravidez; Id. At. – Idade Atual; Id. Mat. Gestação – Idade Materna na Gestação; Rel. Mãe Cça. – Relação Estável com a Mãe do Filho da Adolescência; Nova Rel. Est. – Estabelecimento de Nova Relação Estável; Out. Filhos - Outros Filhos.

Dos sujeitos deste estudo, 71,4%, não mantêm união conjugal estabelecida com as mães de seus filhos gerados durante a adolescência. Dois

deles formaram novas famílias. E quatro desses homens, 57,1%, tiveram outros filhos, gerados na união com a primeira companheira e também de novos relacionamentos.

Com relação ao local de residência, entre os entrevistados três deles são moradores do bairro Pedra 90 e quatro residem na região do bairro Tijucal, o que pode ser constatado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Distribuição dos dados sociais dos sujeitos da pesquisa. Cuiabá-MT. 2004.

Ent.	Escolaridade	Emprego Fixo	Profissão	Serviços Eventuais	Bairro Moradia
Mano	1º Gr. Inc.	Não	Pintor	Sim	Pedra 90
Kiko	2º Gr. Inc.	Não	Pintor / Motorista	Sim	Pedra 90
Vico	1º Gr. Inc.	Não	Reparo de Eletrodomésticos	Sim	Pedra 90
Pepe	2º Gr. Inc.	Não	Digitador	Sim	Tijucal (adjacência)
Dan	1º Gr. Inc.	Não	Não Tem	Sim	Tijucal
Dog	1º Gr. Inc.	Não	Não Tem	Sim	Tijucal
Rick	2º Gr. Inc.	Sim	Aux. Esc.	Não	Tijucal (adjacência)

Legendas: Ent. – Entrevistado / 1º e 2º Gr. Inc. – 1º e 2º Grau Incompleto / Aux. Esc. – Auxiliar de Escritório.

Também em observação à Tabela 3, nota-se que entre os homens que participaram do estudo 57,1%, não completaram nem mesmo o primeiro grau e 42,9% não completaram o segundo grau.

Com relação à escolaridade desses homens, quando um deles foi questionado acerca da gravidez na adolescência, se havia interferido em seus planos de vida futura respondeu:

“Principalmente na minha escola, nos meus estudos. [...] Eu fiquei cinco anos sem estudar. Porque eu poderia estudar e ... trabalhar, só que é muito puxado, entendeu? Ai eu peguei, eu penso mais ... trabalhar, porque eu tenho uma família. Então eu tenho que me virar ... Então eu parei de estudar por causa disso aí” (Pepe).

Na atualidade, a escola é considerada como espaço de fundamental importância no processo de desenvolvimento e na vida de crianças e adolescentes,

uma vez que em seu interior ocorrem diferentes aprendizagens e relacionamentos entre as pessoas.

Estudiosos sobre a temática apontam o reconhecimento, por parte de adolescentes, família e sociedade, da importância da escola na vida de adolescentes no processo de formação de sua identidade, adquirindo consciência da sociedade da qual participa, percebendo os condicionantes sociais a que estão sujeitos, as diferenças existentes e refletindo internamente e com o mundo acerca das possibilidades de mudança (ROCHA, FERRIANI e SOUZA, 2001).

No grupo de homens estudados, a vivência escolar, apesar de aparecer como uma vivência comum a todos os homens entrevistados, não ocupa lugar central em suas vidas, pois a escola é citada como espaço freqüentado e não como local mobilizador de energias e emoções, apesar de, na atualidade, reconhecerem sua importância.

O abandono escolar aparece como a consequência mais comum entre os homens entrevistados. Segundo seus depoimentos, a vivência da gravidez e paternidade na adolescência levaram estes, então adolescentes, a dedicarem-se mais ao trabalho, deixando de lado os estudos, não havendo posterior retorno à escola.

“Eu fiquei 5 anos sem estudar, porque eu poderia estudar e ... e ... e trabalha, só que é muito puxado, entendeu? Aí que eu peguei, eu penso mais ... trabalha, porque eu tenho uma família. Então, eu tenho que me vira, entendeu? [...] Então, eu parei de estudar por causa disso aí. [...] Por causa do filho, né? Por causa da responsabilidade ... Então, atrapalha um pouco” (Pepe).

“... eu não concluí totalmente os meus estudos ... como ... eu larguei pelo fato de num ter, de conseguir associar o ... estudo e o serviço. Quando ela ficou grávida ... eu tive que trabalhar dobrado” (Rick).

A evasão escolar durante a adolescência é, de maneira geral, relacionada à busca pelo trabalho necessário ao sustento da nova família, que surge a partir da gravidez, havendo, diante de tal situação, a primazia do trabalho em relação à manutenção da vida escolar (CABRAL, 2003).

As afirmações, acima, vêm ao encontro das falas dos homens entrevistados, uma vez que a manutenção da vida escolar parece ser incompatível com o desempenho profissional, pois o trabalho passa a ter importância vital para seu sustento e de sua família e a escolarização passa a ocupar lugar secundário frente às suas novas necessidades.

Ainda em relação à Tabela 3, observa-se que somente um homem, atualmente, tem emprego fixo, ao passo que os demais participam da economia informal através da realização de trabalhos eventuais, que não exigem qualificação profissional formal, apesar de afirmarem ter profissões efetivas. Dessa maneira, vivem da renda de pequenos serviços, sobrevivendo com pequenos ganhos esporádicos.

As condições socioeconômicas da família de origem¹² do adolescente é elemento determinante do modo de viver destes. No grupo de homens desta pesquisa, tais condições geraram diferentes conseqüências, que levaram alguns a contribuírem efetivamente com a renda familiar.

O trabalho precoce é um ponto comum entre os entrevistados. Em razão da busca pela independência, e/ou enquanto contribuição à manutenção das necessidades básicas da família, o trabalho apareceu como de importância fundamental.

“Eu num tive adolescência. Eu num fui capaz de ... viver em festa, em baile ... Eu ... 15 ano eu conheci a mãe do meu menino mais velho [...] eu fui também um tipo de rapaz que

¹² Família de origem é aqui considerada a família onde o adolescente nasceu e foi criado.

nunca foi de viver preso num rabo de saia de pai e de mãe. [...] Desde cedo aprendi a trabalhar. [...] comecei minha vida [...] com 13 ano, gostei simplesmente de ... trabalha e ser independente, independente de pai cum mãe [...]” (Mano).

“Cum 13 ano já trabalhava, já tinha carteira assinada. Cum 15 ano eu fui promovido [...] Eu trabalhava e estudava” (Kiko).

Segundo o IBGE, 20% dos brasileiros começam a trabalhar antes mesmo de alcançarem os dez anos de idade e 65,7% antes dos 15 anos, servindo de mão-de-obra e tendo como remuneração média meio salário mínimo (RODRIGUES, 2005).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, com respaldo constitucional, proíbe o trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz. No entanto, na sociedade brasileira, historicamente, ele está presente, na maioria das vezes, sob forma de exploração, uma vez que constitui mão-de-obra barata que tem como finalidade a complementação da renda familiar e, por vezes, a renda exclusiva do sustento do núcleo familiar.

Para Cabral (2003), o trabalho é percebido pelo jovem das camadas populares como um universo moral fundamental para a construção de sua identidade masculina, ocorrendo, concomitantemente, a busca de autonomia financeira em relação aos pais e maior acesso a bens materiais.

Nos casos relatados pelos sujeitos de nosso estudo, tal explicação é reafirmada, pois o trabalho executado por esses homens em suas adolescências configuraram-se fundamentais para o sustento da família, uma vez que a maioria delas vivia abaixo da linha da pobreza, em condições precárias de vida.

Oliveira e Robazzi (2001: 86), ao realizarem uma discussão acerca dos determinantes do trabalho precoce na vida de adolescentes, afirmam que o trabalho infantil

é exercido no setor de serviços, classificado geralmente como de apoio, denominado como de menor complexidade, 'mais fácil', não sendo, contudo, trabalho específico para a categoria infanto-juvenil, [...] podendo ser exercido por adultos, não sendo menos leve, menos perigoso ou menos insalubre pelo fato de ser desenvolvido por adolescentes.

Entre os homens participantes deste estudo, aqueles que ainda não trabalhavam, inseriram-se no mercado de trabalho como forma de assumir a responsabilidade pela nova família, sujeitando-se às possibilidades de emprego possíveis e disponíveis no mercado, formal ou informal.

Para essas autoras,

o convívio com o subemprego, desemprego, rotatividade, condições precárias de trabalho, aliado a poucas oportunidades de aprendizado e treinamento, socializa a maioria dos menores para as piores atividades do mercado de trabalho e impõe barreiras adicionais para o acesso aos bons empregos (OLIVEIRA e ROBAZZI, 2005: 86).

Segundo essas autoras, o adolescente que se insere no mercado de trabalho precocemente, possivelmente, terão resumidas possibilidades de acesso a trabalhos que o valorizem socialmente e que lhe atribuam melhor remuneração, havendo uma espécie de condenação social pela necessidade de ampliar a renda familiar e até mesmo de buscar seu sustento precocemente.

Tal condenação ocorre pelo fato de que o adolescente que trabalha, geralmente, afasta-se dos estudos por diferentes razões face ao cansaço físico que dificulta seu comparecimento diário à escola, ao sono, pouca concentração, falta de tempo para estudar e realizar tarefas. Esse afastamento escolar também determina dificuldades de qualificação profissional (OLIVEIRA e ROBAZZI, 2005).

5.2 – Paternidade na adolescência: vivências e significados atribuídos

As trocas de informações ocorridas entre a autora e os sujeitos sociais que participaram deste estudo viabilizaram a identificação das vivências por eles experimentadas, assim como a aproximação dos significados por eles atribuídos a estas vivências.

Segundo Barsted (1998), homens e mulheres devem ter o direito em optar por serem, ou não, pais, uma vez que o exercício da paternidade deve ser desejado e não consequência do destino ou uma imposição da natureza. Portanto, também na adolescência, esse exercício deve ser considerado como uma opção pessoal, uma definição do jovem que se depara com uma situação inédita que requer maturidade e respaldo familiar e social para seu enfrentamento.

5.2.1 – Ambigüidade de sentimentos

A ocorrência da paternidade durante a adolescência aparece unanimemente como um fato gerador de prazer e satisfação pessoal. A chegada de um filho, nessa etapa da vida, parece despertar no adolescente o sentimento de satisfação pessoal, de reforço de sua masculinidade e o despertar para a necessidade de se responsabilizar pelas consequências dessa nova experiência.

“... eu me sentia feliz, aliás, eu me sentia feliz e me sentia mais homem. [...] e mais responsável, porque ... eu sabia que teria que trabalhar e procura dar de tudo pra ele” (Mano).

“... a gente fica emocionado também, quando a gente sabe, quando a gente vai ser pai pela primeira vez. É uma coisa que a gente se sente muito feliz, né? A gente saber que vai ter um filho pra gente cria, né?” (Vico).

Chama atenção a relação estabelecida entre paternidade e o sentir-se mais homem, revelando o entendimento que ter filhos representa a comprovação da

masculinidade do sujeito, evidenciando uma perspectiva de gênero em que há uma necessidade de reforço à imagem de homem como macho reprodutor.

O estudo de revisão de literatura, realizado por Levandowski (2001), aponta no mesmo sentido das falas apresentadas, pois nos artigos analisados percebe-se a referência ao desejo do adolescente de ser efetivamente pai, apesar das barreiras sociais colocadas frente ao surgimento da questão, dificultando seu envolvimento nos diversos aspectos que envolvem o exercício da paternidade.

Silveira (1998) afirma que gerar alguém não assegura o estabelecimento de uma relação entre o genitor e seu descendente e que essas relações, quando existentes, são marcadas pelas vivências afetivas ocorridas em seu interior, definindo os lugares de pai e filho, sendo os afetos produzidos que determinarão seus integrantes.

Assim, o tipo de paternidade que será exercido pelo adolescente depende, em grande parte, das vivências e dos sentimentos gerados a partir da ocorrência da gravidez e nascimento do filho, pois serão essas vivências e sentimentos que determinarão a qualidade da relação a ser estabelecida entre pai e filho.

A paternidade aparece como um elemento desencadeante de um novo tipo de vida, momento em que se pode experimentar o sonho de ter sua própria família e a autonomia que esse fato lhe confere.

“Pra mim foi uma experiência muito boa, porque ... eu gostei de ser pai de família, entendeu? De ter um filho, uma esposa. [...] Eu gostei e ... não tem receio, arrependimento” (Pepe).

O surgimento de sua própria família faz com que o adolescente sinta-se independente de seu núcleo familiar de origem, lhe favorecendo a sonhada independência, apesar de que, em quase todos os casos estudados, os homens permaneceram vinculados financeiramente a seus pais.

O que se identifica ao longo deste estudo é que, apesar dos jovens expressarem o desejo de vivenciar a paternidade em sua plenitude, o que lhes conferiria o *status* de macho por ter sua masculinidade reafirmada, também estava presente a possibilidade de ter sua independência familiar, através da criação de um novo núcleo onde poderia vivenciar a liderança por ser, socialmente, esperado que atuasse na condição de chefe de família.

Apesar dessa nova condição assumida pelo adolescente, financeiramente, no grupo de homens estudados, todos mantiveram a dependência de sua família de origem, pois a inserção precoce no mercado de trabalho não lhes possibilitou alcançar a sonhada independência, uma vez que passaram a exercer funções de baixa remuneração, como visto anteriormente.

Com relação aos sujeitos deste estudo, a independência não foi imediatamente alcançada por eles, pois apesar da inserção precoce no mercado de trabalho, continuaram dependentes de suas famílias de origem por não terem condições financeiras para organizarem moradias próprias e ainda sustentarem suas novas famílias. Tal fato os deteve sob a guarda de seus pais por longo período, até que pudessem autogerir suas vidas, havendo, portanto, a reprodução da vida familiar até então estabelecida com seus pais e a mescla com a nova vida que assumiram.

A paternidade na adolescência parece estar envolta em um turbilhão de sentimentos que se confundem, pois ao mesmo tempo em que se percebem tomados por um imenso sentimento de satisfação, também experimentam o sentimento de perda de sua liberdade, de deixar de viver e agir conforme sua vontade e seu desejo, percebendo-se obrigados a abrir mão de vivências que lhe davam prazer em função dessa nova vida que assumiram.

“Num certo ponto foi bom, né? E ... num outro ... foi assim, eu podia ter me prevenido, num ter jogado minha vida fora, num ter casado novo, deixado pra acontece mais ... mais tarde. [...] A gente poderia ter mais ... mais tempo, ter namorado mais, evitado mais essa gravidez. Porque quando ela engravidou, a gente já tava junto, já ... já tinha um ano e pouco ...” (Kiko).

“A gente fica muito emocionado por ser pai novo, porque é uma experiência muito boa pra gente que nunca teve um filho, a mulhe chega e fala: ‘eu vou te um filho’. Aquilo, pra gente, é uma coisa muito ... só que a gente não preocupa com o futuro, porque a cabeça é muito novo” (Vico).

“... essa idade não é uma, uma idade justa para ter um filho, porque se o ... acaba perdendo o melhor ... a melhor fase de sua vida. Tanto de, de ter experiência e estudar, principalmente, entendeu? ... atrapalha e muito viu? Como atrapalhou a minha, entendeu?” (Pepe).

(A experiência de ser pai adolescente) “Pra mim foi boa. Porque naquela época eu já tinha vontade de ser pai. [...] Ruim pelas conseqüências que vem depois. Ah! Primeiro financeiramente, eu queria ... eu tinha o pensamento de fazer muitas coisas pra ele, estaria ajudando, sendo presente, entendeu? Digo, assim, financeiramente não teve como. E depois pelo que aconteceu dos pais dela comigo e vários outros fatores” (Dog).

“Dessa experiência que eu tive de ser pa com 18 anos [...] no início, não foi muito legal ... pelo fato de eu deixar de fazer muitas coisas que eu queria te feito ... e não pude” (Rick).

Nas falas desses homens é comum a referência a sentimentos relativos à percepção de que perderam suas vidas em função da vivência da gravidez precoce, como se tivessem “jogado a vida fora” (Kiko), apesar de todos apontarem a paternidade adolescente como uma experiência realizadora e geradora de bons sentimentos.

As falas levam ao reconhecimento de um conflito pessoal em que o homem que vivenciou a paternidade na adolescência considera que é socialmente apropriado que conceba a vivência da paternidade, mesmo que precoce, como uma experiência positiva em suas vidas, mas também deixa transparecer que tal vivência

não foi necessariamente positiva, mas sim uma experiência que mescla sentimentos positivos e negativos.

É possível observar tal dualidade de sentimentos, pois apesar de afirmarem terem vivido fortes emoções pela participação na gravidez e no nascimento do filho, também deixam claro que essas experiências poderiam ter ocorrido em suas vidas em um momento posterior, depois que tivessem experienciado outras vivências que tinham como planos para suas vidas, que tivessem “aproveitado a vida” em festas, namoros, estudos, “curtições”, entre outras formas de lazer que lhe serviam, ou imaginavam, como fonte de prazer e satisfação pessoal.

5.2.2 – Construindo-se no papel paterno: vivências de caminhos e descaminhos

De acordo com Luz e Berni (2000), de maneira geral, as mulheres adolescentes assumem a gravidez e maternidade mesmo quando indesejada, ao passo que os rapazes fogem mais facilmente a essa responsabilidade ou assumem somente os aspectos legais da paternidade, ignorando outros aspectos fundamentais que envolvem a paternidade, como a participação no processo de cuidar, educar, criar e participar do crescimento e desenvolvimento de seu filho.

Neste estudo, assumir o papel paterno apresenta diferentes concepções para os homens estudados. Para uns, assumir o papel de pai é assumir a responsabilidade pela criação e sustento da criança; para outro ser pai é simplesmente legal, bonito, nada além disso. Para outros, assumir o papel paterno é estar ao lado da mãe da criança, enquanto ela presta cuidados ao filho.

“... eu pensava assim, que o meu papel de homem, [...] eu tinha aquela, aquela responsabilidade, aquela coisa que eu

casei [...] não só por ter engravidado ela ... mas pelo sentimento que eu tinha por ela, também” (Mano).

“Eu achava que se pai era um esporte [...] eu achava bonito” (Vico).

“Eu mesmo achava que tinha que ta ali, né? Que eu, também, num, num ... eu via ela ali, naquela situação, eu num deixava ela porque eu sentia mal se num tivesse ali ... do lado dela. Na minha consciência, eu tinha que ta junto com ela” (Rick).

Giffin (1998) afirma que parece universal o fato de mães cuidarem das crianças, sendo as mulheres, em nossa sociedade, as principais responsáveis por seus próprios filhos e pelos filhos de outros. Tal percepção social desloca o homem para uma posição distante de sua prole, característica do denominado pai tradicional, abordado na literatura, e que tem como principal função o sustento do filho, independentemente de qualquer relação afetiva.

Assumir o papel paterno, para os sujeitos de nossa pesquisa significou a responsabilização pela criança, principalmente no que diz respeito às questões materiais, pois em suas falas percebe-se claramente a preocupação com a manutenção material da nova família.

Nota-se uma variada percepção do que significa assumir o papel de pai na adolescência, pois embora a maioria aponte, enquanto sua função, a manutenção da estrutura familiar através do sustento, supervisão do cuidado físico oferecido pela mãe e, até mesmo, a realização de alguns poucos cuidados básicos, identificaram-se, também, aqueles que afirmam que, por vezes, é preciso ser pai e mãe.

“... às vezes você tem que ... ser pai e mãe porque ... sua mulhe, a minha mulhe, ela trabalha e estuda” (Kiko).

“O nenê chorava, fazia xixi, eu já corria, chamava ela, ela já vinha. Eu pegava no colo pra ela faze as coisa. [...] Só dava comida, ..., fralda eu não cheguei de troca não, sou meio enjoado pra esse negócio” (Vico).

(O papel do pai) “... é manter a estrutura da casa, manter a casa, a questão financeira, entendeu? É ... também moral , educar, entende? Conversa com o filho. [...] Cuida, geralmente, ficava pro lado da mãe” (Pepe)

“Eu dava aquele carinho, amor, afeto, me preocupava, ajudava a cuida, ajudava a da banho, trocava ele, trocava as fraldas, limpava ele, dava mamadeira. [...] Eu fazia por praze, gostava mesmo, me sentia bem” (Dog).

Aparentemente, existe uma ideologia de que o zelar pela família através das mais diferentes posturas e atitudes seja uma função masculina, o que explica a postura desses homens que se percebem responsáveis não só pelo sustento como pela manutenção da ordem familiar, apesar de participarem de forma coadjuvante nos cuidados e educação do filho.

Observa-se que os homens que participaram do presente estudo exerceram a paternidade de forma a responsabilizar-se efetivamente pelo sustento familiar, como figura voltada para a supervisão dos cuidados e educação oferecida aos filhos, ou seja, mantendo uma postura muito próxima ao chamado pai tradicional, apresentado por Muzio (1998), embora apresentassem alguns traços de mudança de comportamento, como na situação em que se ressalta a importância do sentimento que o une a seu filho, visto como fundamental em sua vida.

O relacionamento entre pai e filho é outro aspecto considerado, bastante elucidativo do grande benefício deste processo tão conturbado. Todos os homens, que vivenciaram a paternidade na adolescência, participantes desta pesquisa foram enfáticos ao afirmar que o positivo desta vivência é ver seu filho, hoje, crescido, sadio, e vivenciando uma relação de amor e carinho consigo.

“... eu olho e vejo ele, ... me centro logo nele ... o importante é ele. Hoje ele ta vivo, com 3 anos, um gurizão que eu gosto demais, eu amo muito meu filho” (Dog).

“... até agora eu vi minha filha uma vez só ... uma vez em sete meses, eu não queria que fosse assim ... eu queria ter participado da gravidez, eu queria acompanhá-la ...” (Dan)

As falas anteriores deixam claro que o filho acaba configurando-se a peça central de todas as experiências vividas relativas ao processo gravidez-paternidade na adolescência, e frente a um processo reflexivo toma o contorno de resultado positivo, produto efetivamente bom da situação vivenciada.

O amor paterno/materno é uma conquista acessível a todo aquele que se proponha a vivê-lo, apresentando características comuns a todos os que o vivenciam (GADOTTI, 1998). Vale lembrar que as relações entre pais e filhos são indissolúveis e únicas, embora haja a possibilidade de estabelecer regras válidas em geral.

Para o estudioso acima citado, autor da obra “A dialética do amor paterno”, criar seres livres é um ato de amor materno/paterno, sendo que a função do pai não é apresentar-se como exemplo a ser copiado por seus filhos, mas sim favorecer sua passagem para um mundo mais humano, justo e equitativo (GADOTTI, 1998).

O amor paterno (materno) não é simples e nem complicado. O amor paterno exige presença ativa, diálogos ... permanentes, intermináveis, mesmo quando os casamentos se desfazem. (...) é preciso ter tempo e disponibilidade para viver com os filhos. Amor paterno (materno) é presença ativa e atenção. É construção. Não é instintivo, genético. É conquista. Isso em nada diminui a importância e a necessidade do amor materno/paterno (GADOTTI, 1998: 109).

Como se pode observar no texto de Moacir Gadotti, o exercício da paternidade não possui regras ou padrão, certo ou errado, existe sim a necessidade de vivê-la com disponibilidade, uma construção diária da relação, na conquista constante e, acima de tudo, com amor para revitalizar a relação nas trocas diárias.

5.2.3 – Paternidade adolescente: implicações para o futuro

A paternidade nesta etapa da vida, segundo as entrevistas realizadas, aparece como um elemento modificador das condições de vida do casal que assumiu a gravidez e paternidade na adolescência, por gerar novas necessidades materiais.

“Passei por ... muita dificuldade, porque eu não gostava de ficar na casa dos pais e também num queria fica ... junto com sogra. [...] Minha família também é pobre, a dela também é pobre ... o que é difícil, que diz, eu ... tive que enfrenta grilo, né?” (Mano).

Tornar-se o provedor da nova família surgida, a partir do processo da gravidez adolescente, passa a ser um dever e uma necessidade de sobrevivência e, também, uma conquista, uma vez que a cobrança prioritária passa a ser feita ao homem,

desloca-se da *performance* sexo/genital para o âmbito do seu desempenho como provedor da família, para sua capacidade em participar ou fornecer sustento material para si e seu próprio grupo familiar (LOEWENSTEIN e BARKER, 1998: 159).

Segundo as falas dos homens entrevistados, é possível perceber que esses passaram a se sentir responsáveis pela manutenção das necessidades emocionais e materiais de seu filho e de sua companheira, passando a assumir a função de chefe de família.

Em nossa sociedade, estão incorporados, segundo o senso comum, os papéis feminino e masculino historicamente definidos: que à mulher cabe os cuidados e o processo de educar os filhos enquanto ao homem é atribuída a responsabilidade pelo sustento familiar. Essas características são encontradas em sociedades edificadas com base em valores machistas, não sendo apropriados ao homem o envolvimento e a demonstração de emoções, por serem esses atributos considerados femininos.

O nascimento do filho parece gerar no adolescente a necessidade de responsabilização pela satisfação das necessidades materiais da criança, parecendo despertar o desejo de proteção da criança através do possibilitar o acesso a tudo que, materialmente, ele necessitar.

“Hoje eu penso mais nela (a filha) em tudo o que eu vou fazer. To querendo estudar, eu nunca fui de estudo, parei na 3ª série, nunca gostei, hoje em dia eu já penso mais em voltar a estudar e me profissionalizar, pra mim garantir o futuro dela, pra mim ter mais condições financeiras para cuidar dela” (Dan).

Para Muzio (1998: 166), na sociedade brasileira, o homem localiza-se dentro de um “mandato de ser a partir do ter, do poder e do saber” o que o teria expropriado de exercer uma paternidade próxima, empática e nutrique, privando-o de conviver proximamente de seu filho, na busca por prover materialmente seu sustento. Isso que determina um distanciamento de vivências fundamentais para pai e filho, reduzindo-se sensivelmente as oportunidades de trocas afetivas essenciais para a oxigenação desse relacionamento.

Os pais deste estudo, que vivenciaram a paternidade em suas adolescências, relatam o mesmo sentimento, como dever de prover materialmente seus filhos como sua maior responsabilidade, negando, em alguma medida, a importância das trocas afetivas que devem ocorrer entre pai e filho, fonte de prazer e satisfação pessoal e contribuição para o desenvolvimento pessoal da criança.

O sentimento de responsabilidade despertado no adolescente que vivencia a paternidade fez com que um dos homens executasse alguns roubos, com o objetivo de sustentar sua família. Para ele, deparar-se com seu filho e sua família passando fome desencadeou um sentimento de dor, que o impulsionou a roubar para resolver o problema.

“eu vendo os meus filho naquele sofrimento, aí eu comecei entrar no mundo do crime, entende? Porque eu chegava em

casa, via meus pais com fome, via meus filhos com fome, então, a gente vivia preocupando muito. [...] Porque a gente chega em casa, a gente é adolescente, chega em casa e vê o filho chorando de fome. Meu pai, a vida dele era só bebe pinga, né? Aí, eu peguei a pega coisa dos outro pra ajuda dentro de casa. [...] A rouba coisa pequena. [...]" (Vico).

Cabral (2003), em seu estudo sobre a contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais moradores de uma favela no Rio de Janeiro, aponta que, segundo a literatura consultada, existem inúmeras situações associadas ao fenômeno da paternidade na adolescência como a tentativa de aborto, arranjos conjugais diversos, reconhecimento social da paternidade e o próprio ingresso ao mundo da criminalidade ou seu oposto, em outras palavras, o distanciamento da criminalidade em função da nova condição de pai.

Para essa mesma autora, o trabalho, para adolescentes da classe popular, conforma-se como um universo moral significativo em suas trajetórias, além de ser elemento importante na construção de sua identidade masculina.

Por outro lado, há entre os entrevistados aquele que afirma que a paternidade na adolescência pode ter sido sua salvação da criminalidade, uma vez que, a seus olhos, caso não tivesse vivenciado a paternidade tão precocemente, o que o levou a dedicar-se mais ao trabalho para o sustento do lar, poderia ter se envolvido com drogas ou mesmo com a criminalidade.

"Naquela época já existia as droga. Quem sabe, se talvez por incentivo, eu num poderia ter me perdido também. Ter me desencaminhado. Pois é, eu acho ... Ela me ajudado em termo ... eu pensar em ser mais home, ser mais responsável ... e hoje não me arrependo de ter é ... sido" (Mano).

Portanto, tanto o homem que verbalizou o fato de ter realizado roubos para sustentar sua família como aquele que afirmou que se não entrou para o crime por ter se tornado pai de família não se configuram sujeitos isolados, mas sim sujeitos de

fatos comuns nas vidas de adolescentes que experimentarem a paternidade, fatos esses relatados na literatura acerca da temática.

Como visto anteriormente, a ocorrência da paternidade precoce leva o jovem a abandonar seus sonhos, em função de passar a ocupar seu tempo com atividades que lhe rendam o sustento familiar, sendo, para tanto, necessário que abandone as curtições, as festas, namoradas para dedicarem-se à nova família.

“Meu sonho acabo assim ..., de percorre o mundo [...] Eu já não pude mais trabalha longe. Eu gostava de pega ... ia pra uma cidade fora e ficava lá um ano, dois ano longe. Depois que eu tive, tive que para, tive que arruma serviço ... mais próximo, fica sempre ... mais perto pra mim pode ajuda a olha e cuida” (Mano).

“Depois que ele nasceu eu comecei a dar mais atenção pra ele e pra ela, foi aí que eu me afastei das namoradas, dos amiguinhos, não tem? Por eles eu queria ta ali com eles. Ela, como mais experiente, ela sempre fazia eu estar ali” (Vico)

“... eu sempre assim, com 16 ano eu já comecei, falei: ‘não, eu vou servi o quartel. Eu quero servi o quartel’ [...] não só soldado, queria ser sargento, um tenente ... eu achava bonito [...] tanto é que, quando fui dispensado do quartel eu quase chorei lá. [...] Falei: ‘Capitão por que o senhor me dispenso?’ [...] Ele falo: ‘Você já é casado, você tem um filho, como é que você vai sustentar seu filho, sua mulher com o salário que ganha no quartel?’ Eu falei: ‘Mas num importa, eu dou meu jeito, eu quero servi o quartel’” (Rick).

Nos casos estudados, a ocorrência da paternidade na adolescência representou o abandono de sonhos e planos, abrir mão de lazer e de outras vivências importantes que faziam parte de suas vidas e de suas opções, enquanto jovens que buscavam o prazer e experiências a que eles próprios denominaram como “curtições”.

Para Levandowski (2001: 203), “a gravidez na adolescência produz um grande impacto na vida de adolescentes de ambos os sexos [...]. Ambos sofreriam com a gravidez precoce, apenas de forma diferenciada”, podendo ser possível

concluir que o efeito gerado em decorrência da experiência da gestação precoce determina conseqüências positivas e negativas para a vida de ambos.

Não cabe aqui tentar evidenciar se o rapaz ou a moça sofre mais com os impactos advindos da vivência da gestação e paternidade/maternidade na adolescência. Vale sim refletir que, a seu modo, cada um experimenta novas emoções e situações que, no caso dos homens os levam a inserir-se no mercado de trabalho prematuramente, como forma de responsabilizar-se financeiramente, pelos ônus advindos da formação de uma nova família.

Como visto, de maneira geral, ocorre a entrada precoce do adolescente que vivencia a paternidade no mercado de trabalho e concomitante a isso existe a tendência ao abandono escolar em função, não somente, das novas atividades profissionais assumidas, mas também em resposta às cobranças sociais que acabam por enfrentar no convívio com diferentes grupos.

Portanto, adolescentes acabam por abandonar suas atividades rotineiras e passam a viver situações do mundo adulto, abrindo mão de seus planos de vida e de seus sonhos, com vistas a assumir as novas responsabilidades que a eles se apresentam e que exigem respostas, independente do fato destes jovens sentirem-se ou não preparados para concretizarem ações frente às novas vivências que se apresentam.

5.3 – Adolescência: vivências e exercício da sexualidade e reprodução, a partir das relações de gênero

Segundo Vitiello (1988:1), o adolescente é o ser que se encontra em “fase peculiar de transição biopsicossocial, período este caracterizado por transformações biológicas em busca de uma definição de seu papel social, determinado pelos padrões culturais de seu meio”.

Como visto anteriormente, para Ariès (1981), a juventude é depositária de novos valores, sendo considerada o herói do século XX, representando a pureza, a força física, a espontaneidade e alegria de viver.

Na atualidade, falar em adolescência remete à compreensão ampliada do que é o adolecer e o indivíduo que vivencia a adolescência, sendo, para tanto, necessário ir além de conceitos predefinidos e estáticos, concebendo-o como indivíduo em transformação, que busca a construção de sua cidadania e o estabelecimento de seu lugar social.

Não se pretende negar as definições cronológicas, somáticas e psicológicas já estudadas e postas como verdadeiras e muito menos negar as reais transformações bio-psico-sócio-emocionais e cognitivas que ocorrem de fato. Pretende-se, sim, a ampliação da concepção de adolescência como um evento muito mais profundo e complexo, resgatando as transformações sociocomportamentais que eminentemente fazem parte desse período.

5.3.1 – O exercício da sexualidade e reprodução

A análise dos dados levantados junto aos homens que foram pais, durante suas adolescências, permitiu a identificação de falas que remetem a vivências adolescentes e aquelas relativas ao exercício da sexualidade e reprodução durante essa etapa de suas vidas.

A sexualidade, conceitualmente, corresponde a um conjunto de valores e práticas corporais historicamente legitimados que vai além da atividade sexual e sua dimensão biológica, interligado-se à dimensão íntima e relacional da subjetividade

das pessoas e suas relações corporais com seus pares e com o mundo (MANDÚ, 2001).

Segundo a autora acima citada, a sexualidade “abarcas aspectos físicos, psico-emocionais e sócio-culturais, relativos: à percepção e controle do corpo; ao exercício do prazer/desprazer e a valores e comportamentos em processos afetivos e sexuais” (MANDÚ, 2001: 62).

Partindo de tal conceito, é possível afirmar que o exercício da sexualidade na adolescência resulta, além das transformações físicas, hormonais e reprodutivas, das experiências ocorridas em seu núcleo familiar, no meio escolar e nos grupos de pertencimento entre outros, com seus valores, normas e regras.

A iniciação sexual é o grande sonho e o grande medo do adolescente, por mais que seja o momento mais almejado em sua vida o medo de não saber como agir e por tal razão não conseguir cumprir com seu papel de homem é um gerador de estresse e pavor para o jovem que já convive com outras inúmeras fontes de ansiedade.

Em nossa sociedade, como bem apontou Parker (1991), existe uma dupla moralidade vigente, onde ao homem cabe, e dele é cobrado, que ocorra a iniciação sexual precocemente, enquanto, na área da sexualidade, são estabelecidas restrições ao comportamento feminino.

Atendendo a essas cobranças sociais, mesmo refém do medo que passa a apavorá-lo, o adolescente busca sua iniciação sexual cada vez mais precocemente e, para tanto, busca sua interlocutora para mais essa etapa a ser vivenciada e vencida, podendo ocorrer sua primeira relação sexual com a namorada, amiga, colega ou mesmo com uma profissional do sexo.

(A primeira relação sexual) “Foi vontade própria da gente. Quer dizer [...] a gente fez ... fez porque gostava um do outro” (Mano).

“A primeira vez foi com ... com uma colega de meu irmão. [...] Ela era bem mais velha do que eu. Eu tava com 14 e ela ... ela tina 17 ou 18 ano. [...] Ela era uma menina ... asseada, né? Num ficava com qualquer rapaz, era cum meu irmão e cum meu primo. [...] Aí, depois da segunda vez sim, eu preveni, mas da primeira vez não” (Kliko).

“Essa primeira mulhe que eu fui no Campo Velho, eu não sabia de nada, eu cheguei, ela me explico tudinho, passo a passo, eu não sabia de nada” (Vico).

(A primeira relação) “Foi com uma colega da sala de aula [...] começamo a ter aquele namorozinho [...] um dia eu estava em casa na sala ... aí, ela foi pra lá e nois começamo. Foi a primeira vez. [...] Depois que teve a primeira, aí foi ... aí, foi seguida. Aí, foi ... foi rumando mulhe e já ... O objetivo era essa” (Rick).

Em pesquisa realizada com adolescentes, Luz e Berni (2000) identificaram que, segundo os jovens investigados, entre as primeiras carícias íntimas e a primeira relação sexual tudo acontece sem planejamento, pois os rapazes, a cada encontro, vêem a possibilidade de ocorrer a esperada relação sexual, cabendo à menina a imposição dos limites e a definição do momento para consumação do ato sexual.

O namoro aparece como uma das vivências mais significativas neste período do desenvolvimento humano. Não somente o namoro para o estabelecimento de referências afetivas, como também a busca de relacionamentos eventuais com mulheres, pois o estabelecimento de relacionamentos heterossexuais é uma forma de reafirmação da masculinidade do indivíduo que ainda está em formação.

“Eu comecei a namora cedo. Eu comecei assim, firme mesmo, namoro sério ... foi com 14 anos, eu namorei uma menina de 23 ano lá perto de casa” (Kiko).

“Eu ia muito na danceteria, beira de rio. Fim de semana que tinha muita mulher, a gente, se quer se envolver da parte da liberdade ... Eu tive toda a liberdade da minha vida, com mulher, com isso aí, eu não tive o que reclama” (Vico).

Entre os homens entrevistados, o namoro duradouro também surgiu como um favorecedor da iniciação sexual do casal adolescente, que passa a ter mais intimidade e, portanto, maior possibilidade de iniciar vida sexual.

“[...] nós começamo a ter relação, nós namoramo, uns 6 meses de namoro, depois passo a ter relação. Mas eu falava pra ela tomar remédio, vamo faze alguma coisa. Ela não concordava, não concordava, por isso ou aquilo. Ela, na realidade, não sabia. [...] Eu marquei bobeira também, né? Peguei, descuidei também. Num insisti, deixei. Aí aconteceu” (Rick).

Frente à questão da iniciação sexual, a mulher que preserva sua virgindade aparentemente é valorizada como a menina que “não é fácil” (Rick), uma menina para casar, associando tal valorização ao afeto cultivado pelo casal, elemento diferenciador dessa relação, uma vez que ocorreu a opção por aguardar pelo casamento para consumir a união sexual entre o casal.

(A primeira relação sexual do casal somente aconteceu)
“Depois do casamento. Ela era virgem. [...] as pessoas fala que queria casa por causa do sexo, que sexo nada, sexo ... sexo você arruma aí. Eu amava ela mesmo, eu gostava porque eu vi eu não era uma menina fácil” (Dan).

Em nossa sociedade, na atualidade, o início da atividade sexual fora dos limites da união conjugal favorece o questionamento do valor atribuído à virgindade feminina (CABRAL, 2003). Entretanto, o entrevistado acima ainda mantém o valor moral da virgindade, conferindo importância à castidade da namorada com quem, posteriormente, se casou e foi pai na adolescência.

Após terem sua iniciação sexual, os homens que participaram deste estudo estiveram mais alertas para novas possibilidades e oportunidades de manterem outros relacionamentos sexuais que eventualmente surgissem, uma vez

que se depararam com uma nova fonte de prazer, até então desconhecida, através de diferentes sensações a que foram apresentados.

“Ela sabia de coisa que eu nunca pensava que existia, né? Aquilo me chamou muito a atenção. Eu tive relação com essa mulhe com 14 ano, quando foi assim, quando a gente se envolveu mesmo, ela começo a me espanca. Coisa que eu não sabia faze, né? [...] no dia que eu fiquei com ela eu não sabia que existia muita coisa boa daquele jeito, né? Aí ela foi me ensinando, porque ela era uma mulhe da vida. Ela foi me ensinando aquilo e eu fui me envolvendo com ela” (Vico).

Cabral (2003: S288) afirma que a literatura em saúde coletiva tem “assinalado que a masculinidade, pelo menos na cultura sexual brasileira, é freqüentemente representada como ‘incontrolável’ e, portanto, ser homem significa ter menos controle sobre seus impulsos sexuais”.

Portanto, a prática sexual na adolescência funciona como um demarcador de águas, melhor dizendo, o adolescente apresenta um determinado padrão de comportamento sexual até que aconteça sua primeira relação sexual e, outro, após tal evento, pois passa a buscar novas experiências na procura pelo prazer e pela reafirmação de sua masculinidade.

Durante a adolescência, o jovem desenvolve elementos fundamentais para sua formação, elementos esses que lhe conferirão a maturidade necessária para vivenciar relações, seja no âmbito familiar, escolar e social como também no afetivo. No entanto, passar por esse processo de maturação pode implicar em relações homem-mulher de maneira descuidada, melhor dizendo, relações que desconsideram a manutenção da saúde do casal, principalmente a saúde sexual.

Para Mandú (2001: 63)

a saúde sexual diz respeito à qualidade das relações de homens e mulheres, no tocante às trocas corporais, ao prazer, ao erotismo, às sensações do corpo, às imagens corporais, às experiências afetivas e práticas sexuais, de forma independente da concepção e maternidade/paternidade.

De modo geral, adolescentes experimentam práticas relacionais que envolvem aprendizados frente ao exercício de suas sexualidades. No entanto, não costumam preocupar-se efetivamente com possíveis conseqüências de práticas sexuais prematuras e sem os cuidados necessários para a manutenção de sua saúde sexual.

Apesar de praticamente todos os homens entrevistados relatarem o fato de terem permanecido abertos e mais alertas para novos relacionamentos sexuais, após suas iniciações sexuais, houve quem afirmasse conceber a prática sexual em estreita relação com o amor, sendo o sexo um complemento para a relação baseada nesse sentimento, vendo-se como necessário o estabelecimento de intimidade entre o casal para que ocorra o sexo.

“... eu enxergo o sexo como uma parte do amor, eu mesmo, até hoje não sinto necessidade de sexo. Isso é uma coisa que vem em conseqüência do amor. Pra mim, eu já levo assim, quando você está com uma pessoa que você gosta” (Dan).

“... eu acho o seguinte, que o sexo é mais quando já tem uma certa convivência com a pessoa, porque o sexo é uma coisa muito íntima [...] porque um homem vai se entrega a uma mulher e uma mulher vai e se entrega para um homem, então você tem que conhece bem a pessoa, eu acho assim, se os dois se conhecem bem, já tem aquela convivência, um conhece o outro, o homem tem uma certa confiança na mulher e a mulher uma certa confiança nele, aí tudo bem” (Dog).

O estabelecimento da relação entre prática sexual e o sentimento amoroso existente entre o casal, apesar de não ter surgido como uma fala uníssona entre os homens sujeitos deste estudo, aparece como um sentimento pertinente, uma vez que, segundo suas falas, o amor que uniu o casal, levando-os ao estabelecimento de uma união conjugal, seria a válvula propulsora do relacionamento, da prática sexual e do prazer, uma vez que durante a adolescência os sentimentos vivenciados apresentam grande intensidade.

O assunto prevenção, seja relativo à gravidez ou a doenças de transmissão sexual, parece não ter sido uma preocupação para esse grupo de homens durante suas adolescências. Pelo contrário, chegaram a expressar o conhecimento da necessidade de implementá-la, mas suas atitudes demonstram o contrário.

“... o cara quando tá com esse 16 anos [...] ele nem pensa nos perigo que tem. [...] eu, naquela época, eu num preocupava cum doença” (Rick).

“Eu sabia que tinha que preveni, só que a gente num prevenia. Eu mesmo comprei, né? Na época, um tipo de remédio pra ela preveni. Só que ... no dia que a gente ... fomo pra cama, eu acho que ela num tomo e eu também num preveni” (Kiko).

Para Luz e Berni (2000), a responsabilidade pela anticoncepção e seus riscos ainda continua sendo basicamente da mulher, pois, socialmente, é dela que se espera que emanem as providências para evitar a gravidez, ficando o homem, à mercê das atitudes da mulher, caso não assumam seus próprios métodos de contracepção.

Contraopondo esses autores, considera-se que o homem, como a mulher, possui o livre arbítrio, o que lhe oferece a condição para optar, ou não, pela utilização de métodos contraceptivos, e se não o fazem, compartilham com a mulher, sua parceira sexual, a responsabilidade pela ocorrência de uma eventual gravidez em qualquer etapa de sua vida.

As práticas preventivas referentes ao exercício da sexualidade, na adolescência, estão intimamente relacionadas com os valores relativos à concepção de masculino e feminino, o que pode ser um fator gerador de riscos para ambos, pois, culturalmente, a forma como lidam com seus corpos e com o do outro, com os afetos,

desejos, frustrações e o com o ato sexual em si pode determinar a exposição ou não a problemas no âmbito da sexualidade e reprodução (Mandú, 2001).

Para essa autora,

o caráter de novidade das relações sexuais, desejos inconscientes de testar a virilidade ou a capacidade reprodutiva, cobranças do grupo em torno do início da experimentação sexual, traduções negativas da sexualidade, assim como ausência de projetos e perspectivas futuras de vida, freqüentemente implicam no descuido com a prevenção (MANDÚ, 2.01: 65).

Chama atenção o fato de se adotar ou não métodos de prevenção e proteção de acordo com a pessoa com que se estabelecem as relações sexuais, como se o fato de a mulher ser uma pessoa conhecida ou ser a namorada o isentasse de tal necessidade.

“Eu amava ela demais, amo ela demais até hoje. Então, acho que ... num precisava, né? Porque eu num tava fazendo sexo com uma pessoa que eu não conhecia e que eu tinha tirado a virgindade dela. Então, acho que ... nem tinha necessidade de eu preveni” (Kiko).

O relacionamento afetivo e amoroso estabelecido entre o casal aparece nas falas como um fator determinante para a liberação do uso de preservativo, como se o conhecer e gostar da companheira tornasse a prática sexual entre o casal segura e isenta de quaisquer riscos (relativos à gravidez e à transmissão de doenças).

Para Cabral (2003), a definição pelo uso ou não da camisinha nos relacionamentos sexuais de adolescentes passa por uma classificação moral das parceiras eleitas que são divididas em “mulheres ‘da rua’ e ‘da casa’”, classificação esta que determina a conduta a ser tomada pelo jovem.

No entanto, sabe-se que tal normatização não é rígida, ocorrendo fugas a essa regra, ou seja, o uso, ou não, do preservativo é determinado por essa regra, mas também por outros fatores como a disponibilidade pessoal para a sua

utilização, a existência de preservativo à mão, entre outros fatores que podem interferir em tal decisão.

5.3.2 – Gravidez e aborto na adolescência

Nas falas dos homens que vivenciaram a paternidade durante sua adolescência, que participaram do presente estudo, pode-se verificar que o estabelecimento de relações sexuais nessa etapa da vida é preconcebida como algo errado e que, sua ocorrência, caso ocorra uma gravidez, deve ser sanada através do estabelecimento da relação conjugal do casal envolvido.

“ ... A gente fico junto. A gente fizemo o que não devia te feito e deu o caso dela engravida e a gente teve que fica junto” (Mano).

Inúmeros são os estudos acerca da gravidez que a apontam como um problema social ou um problema de saúde pública, um desvio, um transtorno para a vida futura dos adolescentes envolvidos, estudos esses que desconsideram a percepção, a compreensão e os sentimentos em torno da gravidez dos jovens diretamente envolvidos, pois para o casal esta “pode não se configurar necessariamente como um transtorno ou uma perturbação na trajetória juvenil [...]” (CABRAL, 2003: S285).

Para o homem, a gravidez, nesta etapa do seu desenvolvimento, não aparece como uma possibilidade real, sendo vista até mesmo como um mero acidente, uma intercorrência diante de suas condições de vida naquele momento.

(A gravidez) “Foi tipo acidente, né?” (Vico).

Entretanto, frente ao surgimento da gravidez, existem homens que afirmam que desejavam ser pai, e que a ocorrência da gestação durante a adolescência não

significou um problema, mas sim a concretização de um desejo, pois parecem sentir-se mais homens ao assumir a paternidade, uma vez que além de ter a competência para gerar um filho, também visam a demonstrar competência para responsabilizar-se pelo fato.

“... aquela época também é ... eu tava querendo ter um filho [...] eu gostei da história ... eu gostei da idéia. [...] Eu acho que ela calculo isso aí, essa gravidez, eu concordei com a idéia dela, entendeu? Eu também queria no fundo, no fundo ...” (Pepe).

“Eu e ela já tinha tentado ter ... tentado ter um filho, porque era o meu sonho, eu sempre quis ter um filho, uma menina”(Dan).

Para Nolasco (2001), o machismo é um referencial por meio do qual se funda uma determinada masculinidade que tem como características a preocupação em provar que não é estéril, o desejo de ter filhos homens e a ocorrência de vivências sexuais extraconjugais, o que justifica, parcialmente esse desejo de ter filhos manifestado pelos homens que participaram deste estudo.

Dessa maneira, pode-se considerar que a vivência da paternidade ainda na adolescência é mais uma forma de evidenciar o exercício de suas sexualidades, reafirmando sua masculinidade frente ao grupo de pertencimento.

O aborto, apesar de apresentar-se como algo proibido para estes homens, não é uma possibilidade descartada. Alguns deles não conseguem nem mesmo falar a palavra – aborto - dado o peso moral que o conceito carrega. Outros afirmam que é preciso lançar mão de métodos preventivos, para que esse não seja um recurso necessário, e outros apontam o aborto como uma possibilidade cogitada, mas não concretizada.

“Num sou a favor desse tipo de ... aborto [...] se você num que te um filho, você tem que preveni” (Kiko).

“Ela ficou bastante atordoada, preocupada, ela não comentou comigo, mas a irmã dela me disse que ela queria ... que ela

tava pensando nisso (no aborto), pelos pais dela, por ser uma menina nova” (Dog).

“A gente pensou sim. (no aborto) ‘Ah, vamos fazer’ mas depois ... depois a gente parou e pensou, eu pensei bastante e falei: ‘não, não, não é possível a gente tira. Vamo, já que aconteceu, vamo assumir” (Rick).

Neste estudo, semelhante aos achados na literatura por Cabral (2003), também identifica-se que, em geral, não é a parceira grávida que fala ao rapaz adolescente acerca da possibilidade da realização de um aborto, mas sim uma irmã ou algum amigo em comum, o que significa que para tal definição o rapaz adolescente pode não ser consultado.

Por outro lado, a opção pelo aborto, quando tem a participação do jovem pode significar uma

diferenciação valorativa entre situações e/ou parceiras em que o aborto é tolerado. (...) a escolha pelo aborto poderia ser signo, por exemplo, de uma não responsabilização para os sujeitos, ou de uma falta de vigor ou de caráter perante as parceiras e outras redes sociais (CABRAL, 2003: S289).

Dessa maneira, a opção pela realização do aborto envolve vários fatores e não somente a recusa do rapaz em assumir a gravidez de sua parceira, fatores como o próprio desejo da mulher em ser mãe, a necessidade social do jovem em responsabilizar-se pelo filho e de reafirmar sua imagem masculina, e é na conjunção desses e de outros elementos, como a aceitação das famílias de origem, que a determinação pela realização ou não do aborto ocorre na gravidez que envolve adolescentes.

A prevenção da gravidez aparece como possibilidade viável a ser implementada, no entanto, apesar de todos os sujeitos do estudo relatarem a preocupação para que não acontecesse uma gravidez, nenhum buscou qualquer apoio nos serviços de saúde para a orientação, adesão e utilização de métodos contraceptivos.

Mesmo que tenham relatado algum grau de conhecimento acerca de métodos contraceptivos, como o preservativo e as pílulas anticoncepcionais, a maioria não fazia uso de camisinha e afirmara que incentivou, por diversas vezes, suas parceiras a procurarem orientação médica para a utilização de anticoncepcionais orais, responsabilizando-as, indiretamente, pela prevenção.

A preocupação com a implementação da contracepção e sua responsabilização, historicamente, na sociedade brasileira tem recaído sobre a mulher, o que Arilha (1998: 60) explica ao afirmar que: “filhos e contracepção fazem parte do universo que ao longo do tempo cristalizou-se no imaginário social como sendo do campo das mulheres”.

5.3.3 – O relacionamento com a mãe da criança

Especificamente, no que diz respeito ao relacionamento com a mãe da criança, alguns desses apontaram a gravidez como o fator determinante para a união do casal. Afirmaram estes que a namorada teria engravidado com o objetivo de manter a relação, garantindo sua permanência junto a ela.

“Eu conheci ela ... eu acho que foi assim, tipo assim ... amor a primeira vista. Muitas pessoas num ... num acredita, mas eu acredito, né? Uma pessoa chega a esse ponto ... que eu cheguei de casa com 17 pra 18 anos. Ser pai com 18 anos” (Kiko).

“... ela achou certo pega gravidez pra me segura, aí ela fez isso pra me segura, porque na minha casa tinha menina direita me procurando. ... pela criança, a gente gosta, mas por ela não. Eu nunca senti nada por ela, eu tinha dó dela, de larga dela, ela com aquela criança. Depois de saber que ela podia dar o meu filho pra alguém. [...] Então eu resolvi fica com ela, foi mais pelo meu filho. Eu achava que ele perto de nós, o meu pai me ajudaria eu a cuidar dele” (Vico).

“Por isso que eu falei, eu gostava dela, ela que achava que eu não gostava dela e teve o filho pra me segura. [...] ela era

assim ... apaixonada por mim, essa, essa gravidez, por fim ela era louca e tudo. Eu acho que pra segura ... a minha pessoa, entendeu? Ao lado dela” (Pepe).

A gravidez utilizada como instrumento para o aprisionamento do rapaz, via relação afetiva com a parceira, surge como fala comum entre os homens entrevistados. No entanto, tal afirmação deixa reticente um questionamento: teria o rapaz conhecimentos sobre os riscos que envolvem as práticas sexuais, no que diz respeito à transmissão de doenças e a ocorrência de possíveis gravidezes? E se possui tais conhecimentos, porque não implementou atitudes básicas de prevenção de maneira a não correr tais riscos?

Pode-se considerar que o adolescente assume uma postura que é resultante da cultura de gênero, acabando por delegar à parceira a responsabilidade pela prevenção da gravidez, determinando possíveis exposições do adolescente à gravidez não planejada e indesejada.

Em síntese, o estabelecimento de uma relação conjugal com a parceira grávida passa por diversos fatores, que não somente a gravidez, mas também o próprio sentimento que une o casal, o desejo de assumir o filho como forma de afirmação de sua masculinidade, ou mesmo pela vontade de vivenciar a paternidade (relatada por alguns como um sonho).

Por outro lado, também se identificou um caso em que a gravidez era o sonho do rapaz e não da menina, e que, após a separação do casal, a gravidez foi omitida pela moça como forma de punição ao ex-companheiro.

“... se fosse pela parte dela, ela não ia ... Ela ia esconder de mim ... eu não ia fica sabendo, se não fosse pelo irmão dela eu não ia fica sabendo dessa gravidez, de nada ... que diz, eu nem ia sabe que tinha uma filha” (Dan).

Sendo a gravidez usada, ou não, para a concretização do relacionamento entre os adolescentes, o fato é que, o nascimento do filho não garante a

manutenção do relacionamento, sendo possível que posteriormente ocorra a separação.

“... convivi com ela 13 anos ... nunca ergui a mão pra ela, pra nada. Nem discuti. Passamo a discuti ... de tempo, assim ... por ciúme dela por [...] acha que eu tava cum mulhe pra rua” (Mano).

“... com o tempo ela começo a bebe muito, começo a bebe muito e começo a se envolve com os próprio amigo meu que ficava dentro de casa comigo. Eu saía, ela se envolvia” (Vico).

Há, no entanto, casais que permanecem juntos anos após a vivência do processo de gravidez e paternidade na adolescência, o que demonstra que uma relação estabelecida nessa etapa da vida, não tem necessariamente curto prazo de duração.

“Hoje, pra mim ... separa da minha mulher, pra mim fica com outro tipo de pessoa, eu penso ... 20 vezes mais. [...] Ou você respeita o que você tem em casa ou você ta sujeito a tudo pra fora” (Kiko).

Tal fragmento de fala extraído das entrevistas deixa evidente que uma relação conjugal estabelecida na adolescência não se desfaz obrigatoriamente com o tempo. Parece que a possibilidade de manter-se como um relacionamento longo e harmonioso depende, em muito, do grau de maturidade dos elementos envolvidos e não necessariamente da faixa etária a que pertencem entre outros aspectos.

Apesar de a maioria dos homens entrevistados relatarem o final da relação estabelecida durante a adolescência, não existe qualquer fato que possa comprovar que possíveis relacionamentos nessa fase da vida, obrigatoriamente, não darão certo, culminando com a separação do casal.

5.3.4 – Outras vivências

Uma abordagem acerca das vivências relativas à adolescência não pode se restringir exclusivamente a questões relativas à sexualidade e reprodução nessa etapa da vida, sendo fundamental a abordagem de outras vivências para a compreensão do processo gravidez e paternidade adolescentes.

Merece atenção, entre as vivências relatadas pelos homens, a fala que diz respeito ao quadro depressivo mencionado por um dos sujeitos desse estudo. Segundo o depoimento, ele sentia muita ansiedade e angústia, tendo a necessidade de permanecer junto aos amigos, como forma de aliviar essas sensações.

“Nessa época da adolescência eu não tinha plano nenhum, porque dos 12 aos 16 anos eu sofri depressão. Tive durante quatro anos. Eu sentia muita ansiedade, muita angústia, muito aquele sentimento de sempre ta sozinho ... nessa época a minha busca era sempre a amizade. Eu sozinho, a situação minha se agrava, não podia fica sozinho, eu tinha que ta sempre ...” (Dog).

Pereira (2001: 121) afirma que:

na adolescência, como um momento especial de definições na área da sexualidade, da profissionalização, da família, podem convergir alguns desafios, aos quais nem todos as jovens podem responder positivamente, ocasionando sofrimento psíquico e determinando o surgimento de psicopatologias.

Dessa forma, as diferentes situações a que estão expostos os seres humanos, ao longo de sua adolescência, podem contribuir para o agravamento dos riscos à saúde mental do adolescente (PEREIRA, 2001).

Situações como a exposição à violência doméstica, rompimento de laços familiares, trabalho infantil e a própria gravidez precoce e não planejada podem configurar-se como geradoras de *estresse* extremo, provocando o sofrimento psíquico no jovem.

O processo depressivo, quando ocorre durante a adolescência, pode apresentar diferentes manifestações que vão desde o isolamento até a busca incessante de companhia como forma de fugir da dor existencial que está

experimentando. Assim, tal processo acaba por determinar a ocorrência de diversos sentimentos e vivências que requerem “solidariedade, amor, compreensão, diálogo, estímulo, honestidade, de forma que perceba que seus problemas tem saída e que não está sozinho” (PEREIRA, 2001: 123).

Outra vivência a ser destacada diz respeito à condução do veículo, pois saber dirigir e o livre acesso ao carro dos pais aparecem como elementos geradores de segurança para o indivíduo adolescente, como se tal condição lhe oferecesse poder e autoconfiança nas relações.

“Comecei ... ir em festa muito cedo, comecei a dirigir, comecei a dirigir muito cedo. Com 15 anos eu já tava andando de carro pra cima e pra baixo. [...] acho que ... subi pra minha cabeça ...” (Rick).

Assumir a condução de um automóvel ainda menor de idade e, portanto, sem habilitação, conforma-se como um desafio, uma forma de desacatar as normas vigentes e, ao mesmo tempo, como forma de apresentar-se de maneira diferenciada perante o seu grupo social de pertencimento. Portanto, assumir a condução de um automóvel confere ao adolescente uma autonomia que, de maneira geral, seu grupo de pertencimento não possui e o *status* de adulto, uma vez que demonstra independência de seus pais.

Para Tiba (1994), o adolescente percebe-se como ser imune a qualquer mal e por tal razão apresenta atitudes no sentido de buscar a superação de limites, de enfrentar desafios, o que, de alguma maneira, pode colocá-lo diante de situações de riscos, como no caso exposto acima, pois ainda adolescente assumia uma responsabilidade para a qual não era legalmente habilitado e para a qual não tinha maturidade.

5.4 – Influências familiares nas vivências relativas aos processos de gravidez e paternidade na adolescência

A família tem papel central no processo de adolecer, pois é em seu núcleo que ocorre a definição de grande parte dos valores que acompanharão o indivíduo adolescente pela vida. Isso, por ter a família papel primordial na transmissão cultural, uma vez que “a família prevalece na primeira educação ...” (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 1993: 237), sendo um espaço de criação da identidade social da criança e do jovem.

Frente à importância da família no processo de crescimento e desenvolvimento, em especial no adolecer, é necessário que se busque a compreensão de seu papel na ocorrência de uma gravidez durante essa etapa da vida e no assumir o exercício da paternidade.

Juntamente com a família, a igreja surge como espaço de trocas e vivências somente para um dos homens, espaço esse provisório uma vez que após os 16 anos deixou de ser um dos locais de eleição para as vivências adolescentes do entrevistado.

“A minha adolescência eu estudava, mas sempre foi ..., mais assim, na igreja (evangélica) [...] Eu sempre fui, eu sempre acatei ... tudo, mas aí, depois da ... depois de meus 15 anos pra 16 eu já saí da igreja. [...]” (Dog)

A família de origem evangélica favoreceu a participação do adolescente nas vivências da igreja da qual é membro (Igreja Assembléia de Deus), o que não prosseguiu com a chegada da maturidade, melhor dizendo, ao final da adolescência, uma vez que o abandono das atividades religiosas foi relatado, apesar de afirmar continuar fiel às suas crenças.

Sua participação na comunidade evangélica, assim como o estabelecimento da relação afetiva com a mãe de seu filho, dentro desse grupo, não

atuou como empecilho para o estabelecimento da prática sexual entre o casal, o que demonstra que jovens estão sujeitos e incorporam diferentes perspectivas sociais em relação à sexualidade e vivem segundo condições concretas e não segundo valores e regras que predominam.

No Brasil, país que concentra a maior população católica do mundo, a exemplo do que aqui ocorria durante a vigência do modelo patriarcal de família, a igreja conjuntamente com o Estado, defendia, e ainda defende, um modelo de sociedade que normatiza comportamentos apropriados relativos ao exercício da sexualidade e reprodução, desde a infância até a vida madura, dentro e fora do casamento, comportamentos que devem ser conduzidos com vistas ao preceito da igreja que postula o “crescei e multiplicai-vos” dentro da instituição do matrimônio.

Na atualidade, a diversidade religiosa ocorrida ao longo das últimas décadas favoreceu a criação de inúmeras igrejas evangélicas e pentecostais que postulam normas comportamentais rígidas.

No entanto, essas igrejas apesar de partilharem normas da igreja católica, exercem cobranças a seus seguidores que, no que diz respeito a comportamentos, devem encaminhar suas vidas com base em regras morais e respeitando os costumes e valores ali pregados. Dessa maneira, o exercício da sexualidade, em qualquer fase da vida humana é negado, sendo a prática sexual somente permitida após e no exercício do casamento, tendo em vista somente a reprodução e não a busca pelo prazer.

5.4.1 – Família de origem: influências no processo de assumir e vivenciar a paternidade na adolescência

Na sociedade brasileira, como visto anteriormente, a família tem papel determinante no processo de crescimento e desenvolvimento de seus membros e

por tal razão, ao chegar à adolescência o indivíduo traz consigo marcas de suas vivências anteriores na família, que acabam por determinar suas maneiras de agir, reagir e significar na vida.

No que diz respeito ao contexto coletivo, a formação da identidade dos indivíduos “decorre das diferentes vivências no meio social onde estão inseridos” (Luz e Berni, 2000: 38), sendo que a construção social dessa identidade resulta de aprendizagens sociais, tanto as ligadas aos exercícios de vida nos diversos círculos sociais como aquelas ligadas a idéias, valores e mitos presentes no grupo de pertencimento.

Dessa forma, a reação de um indivíduo adolescente a uma eventual gravidez dependerá, entre outros fatores, dos valores éticos, morais e crenças assimilados no interior dos diversos espaços sociais, de sua família de origem e dos grupos de pertencimento.

A reação a uma gravidez inesperada dependerá, em grande medida, do tipo de relações estabelecidas no meio familiar, se baseadas no diálogo e nas trocas ou se baseadas em relações de dominação, onde os pais detêm o poder de definição sobre a vida do filho adolescente ou, ainda, mais extremamente, se são estabelecidas relações de total independência em que a vida do adolescente segue alheia às definições familiares.

Para Levandowski (2001), o conhecimento da história familiar favorece o entendimento do contexto em que está inserido o adolescente que vivencia a gestação/paternidade e, portanto, da maneira como esse adolescente pensa, sente, valoriza, exerce ou exercerá a paternidade.

Assim, neste estudo, pode-se visualizar que, de maneira geral, entre os homens estudados, os seus pais tiveram grande influência no processo de “assumir”

a gravidez, influência essa decisiva, uma vez que favoreceu, inclusive, a união de alguns dos jovens com a mãe da criança gerada, o que pode ser observado no fragmento da fala abaixo.

“Se meus pais não falasse: ‘não, meu filho, você tem que ficar com ela por causa da criança que vai nascer, eu não tinha ligado, eu tinha deixado passa em branco. Mas como os meus pais incentivou, eu achei certo cuidar dela e da criança. Não gosto dela. Eu fiquei com ela por causa da criança” (Vico).

O que essa fala indica é que a resolução de assumir a paternidade da criança gerada, durante a adolescência, nem sempre é definida exclusivamente pelo desejo do rapaz que vivencia o processo, mas pela influência dos pais, baseada em seus valores e crenças introjetados.

Isso sugere que, pais de adolescentes parecem reproduzir comportamentos da sociedade patriarcal brasileira quando “a mentalidade dos velhos definia os padrões de comportamento dos homens mais moços” (NOLASCO, 2001: 100).

Tal postura remete à Nolasco (2001), ao afirmar que, no Brasil patriarcal, a família tinha como função a garantia dos padrões disciplinares e de punição, de maneira a assegurar os ideais de justiça e política.

Dessa forma, pais reproduzem e levam seus filhos a reproduzirem idéias e comportamentos que consideram moralmente corretos e socialmente esperados, ou seja, o estabelecimento de uma relação conjugal entre o rapaz adolescente que vivencia a gestação e a mãe da criança.

Apesar de nossa sociedade estar, na atualidade, sustentada em novos valores, ainda é possível identificar comportamentos, nas relações entre pais e filhos, que nos remetem aos valores do Brasil patriarcal, quando o desejo do patriarca, homem mais velho e detentor do poder frente à estrutura familiar e realizador das

trocas sociais, era soberano em relação aos demais membros da família, o que nos parece ainda ser uma verdade, no que diz respeito a definições para a vida dos filhos adolescentes.

“[...] meu pai resolveu pegar ela e ... levar pra casa. Eu ... na época, eu fiquei contente, né?” (Kiko)

(A opção foi) “Da minha mãe com o meu pai. Eles acharam certo eu pegar a mulher e a criança porque os pais dela não queria” (Vico)

Além da influência dos pais no estabelecimento da relação conjugal do adolescente, mostra-se de fundamental importância o apoio oferecido por eles durante o processo gestação-paternidade.

“sempre quem deu apoio pra mim foi ... a minha família mesmo. Minha mãe, meu pai ... a mãe dela” (Pepe).

“... quem me deu muita força, nessa hora, foi meu pai e minha mãe, né? Inclusive na ... na época eu fiquei morando lá com eles. Meu pai chegou em mim e falou ‘ó ... você agora, já que você quer assumir a ... a criança, você quer ela ... então vocês fica aqui em casa até vocês conseguirem resolver os seus problemas ...’” (Rick).

As famílias dos homens estudados se configuraram como os grandes apoios para a vivência desse momento inusitado, uma vez que a família oferece condições materiais e emocionais para o enfrentamento da gestação, parto e vivência da paternidade, fatores determinantes de profundas transformações na vida do jovem.

Independentemente das condições socioeconômicas das famílias de origem desses adolescentes, são elas os únicos pontos de amparo encontrados pelo jovem para o favorecimento da vivência da gestação e paternidade precoces, o que pode ser, em parte, explicável pela postura familiar de favorecer o estabelecimento da união conjugal entre o casal, apesar do despreparo do rapaz para a vida e, especificamente nos casos estudados, das jovens também adolescentes.

Chama atenção o fato de a decisão dos pais de promoverem a união do casal não passar, necessariamente, pela existência de uma gravidez, mas também, pela defesa da moral e de valores como a manutenção da virgindade, agindo como guardiões da moral e bons costumes frente à família e, por conseguinte, da sociedade.

“... meu pai resolveu pega ela e ... levar pra casa. Eu ... na época, eu fiquei contente, né? Porque ... era uma coisa assim que a gente pensava – ‘vamo, vamo espera, né?’ Ela já tinha se perdido comigo. Num tava grávida ainda, só que meu pai falou: ‘Isso é errado. Você tem que assumir’. Eu falei: ‘Não, eu quero. Então, o senhor vai, pega ela ... e traz aqui pra casa pra nois viver nossa vida’” (Kiko)

Entre os pais dos adolescentes que participaram deste estudo, além da manutenção dos valores morais através da realização da união do casal, também se mostra importante que se ‘reparassem os erros cometidos’, erros que colocavam em risco valores socialmente estabelecidos, que poderiam macular imagens e esteriótipos dos jovens envolvidos.

Portanto, a família de origem do adolescente parece agir como instrumento gerenciador dos conflitos emergidos frente ao processo de gravidez e paternidade adolescente, assim como responsável pela manutenção dos valores socialmente estabelecidos e comportamentos valorizados.

5.4.2 – Interferência familiar na relação do casal e criação do filho

Frente à eminente gravidez na adolescência, os pais do jovem pai parecem ocupar um lugar importante na concretização de um melhor desfecho, segundo seus conceitos e valores, para a questão da gravidez.

Para os pais do adolescente, entre outras preocupações, desponta a criação da criança como um elemento gerador de ansiedade e fator desencadeante

do sentimento de responsabilização pelo cuidar, educar e criar o neto, sentimento que os levam até mesmo a assumir a criação da criança em lugar dos pais, ainda despreparados.

“[...] esse filho aí, meu, quem cabou de criar foi minha mãe, a minha mulher começou a beber muito, né? E não cuidava muito, aí, a minha mãe dava de mama pra minha irmã de 4 anos e esse meu mais velho. [...] Então, praticamente, foi minha mãe que criou ele, né? Então eu não preocupava tanto com isto?” (Vico)

Frente aos valores advindos do modelo de família patriarcal, segundo o senso comum, cabe à mulher a responsabilidade pelo cuidar, criar e educar os filhos, cabendo ao homem o sustento familiar. Dessa maneira, uma vez ocorrendo uma gravidez de um filho ainda adolescente parece natural que sua mãe assumisse a responsabilidade pelo cuidar da nova criança recém-chegada ao núcleo familiar, o que pode funcionar como fator causador de *estresse* entre os jovens pais e a avó paterna que acolhe a nova família, como pode ser observado no fragmento de fala abaixo.

“Marido e mulher às vezes tem alguma discussão, alguma coisa e minha mãe entrava no meio. [...] Meu guri a gente ia corrigi ... ela entrava no meio, o guri corria pra barra dela, ela num deixava. Aí então, que dizer, começou a pegar a coisa, porque a Fulana (esposa) queria fazer uma coisa e minha mãe num deixava ... entendeu? Então, isso aí começou a ter ... as conturbações, ter discussão” (Rick)

A auto-responsabilização da avó paterna pelo neto é um fato que, segundo Lyra (1998: 121) no Seminário de Gravidez na Adolescência, decorre do silêncio acerca da paternidade adolescente que é determinado por dois fatores: primeiro o fato de o “filho ser percebido, em nossa sociedade, como ‘sendo da mãe’ e o adolescente ser, principalmente, reconhecido no papel de filho” e não no papel de pai.

A incorporada perspectiva social de gênero justifica o comportamento da mãe do rapaz que adolece ao assumir não somente a responsabilidade pelo jovem, favorecendo sua permanência junto ao núcleo familiar, como também pela criança recém-chegada, interferindo, inclusive, na relação com a companheira do jovem/mãe do neto.

A permanência do novo casal que surge a partir do processo gravidez e paternidade na adolescência, junto à família de origem do rapaz, emerge, nas falas dos homens que participaram deste estudo, como fator desencadeante de conflitos, uma vez que os pais acabam por participar da vida do casal, favorecendo a resolução de questões financeiras, mas interferindo em sua relação e na criação do filho.

“ ... dentro da casa do meu pai num podia fazer o que a gente pensava [...] se eu tinha uma ... discussão, ou uma re... alguma coisa com a minha mulher lá ... minha mãe entrava no meio ... meu pai entrava no meio. [...]” (Rick).

Da mesma forma que a família de origem (pai e mãe) é fundamental para a resolução da questão gravidez e paternidade na adolescência, também influencia profundamente a relação do casal que reside no grupamento familiar de origem, interferindo na vida em comum do jovem casal e na criação do filho.

O modelo patriarcal de organização social deixou resquícios e marcas profundas na sociedade brasileira contemporânea. De forma que, ainda hoje, é possível encontrar posturas paternas que remetem àquele modelo, como nos casos relatados pelos sujeitos deste estudo, onde fica evidente a influência dos pais para a resolução da questão gravidez precoce e paternidade adolescente.

A depender da forma como o casal encontra-se inserido na estrutura familiar de origem do adolescente, as relações estabelecidas podem gerar conflitos difíceis de serem administrados por pessoas ainda em processo de

desenvolvimento, o que pode determinar, até mesmo, o final da relação precocemente.

“ Na verdade, foi até a família dela que ... porque ela é uma menina nova, muito fácil de ser induzida, principalmente ela ... coloco na cabeça dela, foi colocando ... eu acho que foi pela família dela que a gente separou, não foi por ela própria” (Dan).

Considerando-se que o indivíduo que vivencia a adolescência encontra-se ainda no período de formação e que, ainda, não possui maturidade suficiente para enfrentar e resolver conflitos que pertencem ao universo de indivíduos adultos pode-se considerar que interferências externas ao casal podem gerar desgastes tão profundos à relação que o jovem casal não sabe lidar com tais situações que podem, até mesmo, determinar a dissolução da união conjugal.

Em síntese, o processo desenvolvido com vistas a conhecer e analisar as vivências e significados em torno da paternidade adolescente, segundo o olhar de homens que passaram por essa experiência, possibilitou o entendimento que tal vivência traduziu-se, em suas histórias de vida, como uma força motivadora e geradora de sentimentos positivos. Apesar de reconhecerem o lado positivo de tal experiência, em alguma medida, também afirmam que esse processo os impediu de implementar seus planos de vidas, assim como, em alguns casos, deixaram de experimentar vivências próprias da adolescência, o que causa algum pesar.

Com relação às suas famílias de origem, elas são apontadas como detentoras de potencial influência para resolução da questão gravidez e paternidade na adolescência, assim como, configuraram-se como elemento de sustentação e apoio para esses homens.

6 – UMA ÚLTIMA REFLEXÃO

A discussão realizada sobre os dados levantados junto aos sujeitos deste estudo remete a uma última reflexão no sentido de apontar algumas idéias que requerem novos olhares sobre elas.

Dessa maneira, que se inicie abordando uma das questões centrais do estudo, os significados atribuídos por esses homens à vivência da paternidade durante o período de suas adolescências, vale ressaltar, que tal experiência parece ter gerado o sentimento de reforço a suas masculinidades, o que pode ser identificado no relato - “me sentia mais homem” (Mano), como se a vivência da paternidade, exclusivamente, lhe conferisse o *status* de homem.

A experiência da gravidez e a paternidade na adolescência são manifestadas em suas falas como vivências positivas, geradoras de prazer e satisfação pessoal, no entanto, esses homens também se remetem ao fato de que em função dessa experiência acabaram por abrir mão de projetos que tinham para suas vidas, assim como deixaram de realizar atividades de lazer que lhes proporcionavam satisfação.

Ficou nítida a dualidade de sentimentos experimentados por esses homens, que por um lado apontaram ter vivenciado grande prazer em função da

experiência de ser pai e por outro afirmaram “[...] eu podia ter me prevenido, num ter jogado minha vida fora [...]” (Kiko).

A ambigüidade de sentimentos vivenciados pelos homens participantes deste estudo aponta a necessidade de relativização na discussão em torno da gestação e paternidade adolescentes, sendo fundamental a flexibilidade na realização de análises acerca da temática para que não se incorra no risco de rotular a experiência como negativa ou positiva, o que, em alguma medida, já vem ocorrendo nos estudos acerca da gravidez adolescente com foco nas vivências femininas.

Outro fato observado é que o jovem constrói-se no papel paterno, uma vez que não há uma definição pontual de qual seja esse papel. O que se pôde observar é que existem conceitos preconcebidos de qual sejam as funções paternas e que cada homem, no correr de sua experiência pessoal, as vivencia de acordo com o que considera apropriado para sua vida.

Retornando a Silveira (1998), é possível afirmar que, se as “verdades” preconcebidas forem lateralizadas, surge a possibilidade de vivenciar afetos de forma mais intensa, o que permitiria o estabelecimento de “vivências mais autênticas e, portanto, com mais chances de seus integrantes serem felizes” (p. 37).

Pode-se perceber que os sujeitos deste estudo apresentam posturas do pai tradicional que assume as funções de provedor familiar e gerenciador dos cuidados e da educação oferecida a seus filhos, conforme classificação de Muzio (1998), não havendo a preocupação, em geral, de estabelecer relações mais afetivas e ternas.

Para Giffin (1998), dos homens é exigida a dedicação integral ao trabalho por não terem sido preparados para assumir a criação dos filhos e ainda em função

das definições de gênero que apontam “esta esfera, não somente como desvalorizada, mas como ‘coisa de mulher’. Vendo isto, não deve surpreender que homens em geral tenham dificuldade de se aproximar à discussão de uma nova paternidade” (p. 79).

Assim, fica comprovado o pressuposto de que o exercício da paternidade varia conforme o momento histórico, a sociedade em que ocorre e, principalmente, da individualidade e subjetividade do sujeito envolvido, sendo o resultado das condições concretas de vida e dos apoios recebidos.

Ficou também comprovado que a paternidade, segundo os relatos dos sujeitos deste estudo, não sofreu, de maneira geral, transformações relativas aos papéis de gênero socialmente estabelecidos, existindo ainda a manutenção da polarização entre feminino e masculino, prevalecendo as funções socialmente estabelecidas como apropriadas para os diferentes sexos.

O que é reforçado por Barsted (1998: 69) ao afirmar que,

... tanto a maternidade como a paternidade são elementos indicadores de como homens e mulheres se inscrevem na vida social. As qualidades femininas e masculinas que definem essa inscrição são, por sua vez, construções sociais que geram modelos excludentes para uns e outras.

Com relação às implicações da vivência da paternidade adolescente no futuro dos homens entrevistados, notou-se que além de determinar a evasão escolar precoce, também os levou a acessar precocemente o mercado de trabalho, e que na atualidade, enfrentam grande dificuldade para se manterem inseridos no mercado de trabalho.

Não é possível estabelecer uma relação direta entre a paternidade adolescente e a baixa qualificação profissional, no entanto, mais uma vez recuperando o estudo realizado por Oliveira e Robazzi (2001), pode-se considerar

que a inserção precoce no mercado de trabalho diminui a possibilidade de qualificação profissional, gerando dificuldade de ascensão profissional posterior.

Com relação às vivências adolescentes, pode-se dizer que, em geral, adolescentes costumam responder às questões que a eles se apresentam a partir das interações que sofrem entre condições orgânicas e aspectos socioculturais a que se expõem ao longo de sua trajetória de vida, o que no caso específico da paternidade também é verdadeiro, uma vez que cada indivíduo respondeu a tal vivência em consonância com sua história de vida, valores assumidos e sua subjetividade.

Com relação à saúde sexual e reprodutiva, percebe-se que há uma associação estabelecida entre a existência do namoro ou reconhecimento da parceira sexual como alguém conhecida, amiga ou namorada, e que por tais razões o uso de preservativos seria dispensável. No entanto, tal fato não se restringe aos sujeitos deste estudo, a não-utilização da camisinha nas relações sexuais entre namorados e pessoas conhecidas também foi relatado por Guimarães (1994); Mandú, Corrêa e Vieira (2000), demonstrando a necessidade efetiva de intervenções na área de prevenção e contracepção.

A gravidez aparece, de maneira geral, em suas falas como um “acidente” (Vico), e não como um projeto do casal para suas vidas, apesar de um dos sujeitos afirmar que vinha pedindo a companheira para ter um filho.

Ainda com relação à ocorrência da gravidez, alguns apontam que o aborto é uma possibilidade nem sempre discutida pelo casal, apesar de alguns apontarem como possibilidade concreta.

A gravidez também é associada ao desejo da mulher prender o homem a seu lado, o que, de alguma forma, deixa transparecer a negação do rapaz na

responsabilização por sua saúde sexual e reprodutiva, uma vez que conjuntamente com a mulher optaram pela não-utilização de métodos contraceptivos e preservativos.

No que diz respeito às vivências relativas à sexualidade e reprodução durante a adolescência, nota-se que, de maneira geral, esses homens tiveram suas iniciações sexuais ainda muito novos com namoradas, amigas e até mesmo com uma profissional do sexo. No entanto, alguns estabelecem associação entre amor e sexo como complementares, demonstrando que no imaginário masculino também está presente o romantismo e a valorização dos afetos e emoções.

A maioria dos homens entrevistados relatou que estabeleceram união conjugal com suas parceiras sexuais em função da gravidez e por influência de suas famílias que apontaram a união como a melhor solução para a questão.

Dessa forma, considera-se que a família de origem, apesar de ter sofrido transformações sociais em sua estrutura na história de nossa sociedade, mantém grande influência no processo de resolução da questão junto ao adolescente, influenciando no assumir sua parcela de responsabilidade pela gestação e paternidade naquele momento.

Também ficou claro ao longo deste estudo que as condições de vida do sujeito adolescente influenciam sobremaneira no exercício de suas sexualidades e portanto na possível ocorrência de uma gravidez e paternidade nessa etapa da vida e na forma como tais experiências são percebidas e vivenciadas.

Algumas dessas uniões se mantêm, outras já se dissolveram, importa pontuar que a preservação de tais uniões depende do grau de maturidade desenvolvido pelo casal, sendo necessário além do afeto que une o casal,

companheirismo, solidariedade, maturidade, entre outros elementos, no sentido de garantir a manutenção da união conjugal.

Considera-se que não é possível, portanto, apontar a gravidez e paternidade na adolescência como uma experiência negativa ou positiva, como um problema ou como uma solução, mas é preciso pensá-la de forma ampla, como vivência que requer uma análise para além do senso comum, como fato que detém diferentes pontos a serem pensados e considerados, não cabendo uma definição pontual, única e imutável acerca de sua importância e conseqüências futuras.

A presente reflexão pretende apontar que a gravidez e a paternidade na adolescência, não necessariamente, podem ser tratadas como um problema de saúde, ou mais amplamente, como um problema social, pois podem ser uma opção do casal, ou mesmo uma intercorrência bem-vinda e assumida com tranquilidade pelo casal que a vivencia, o que possibilita a constatação de que, diante de sua ocorrência, a gravidez e a paternidade na adolescência requerem intervenções por parte dos serviços de saúde.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mergulhar no universo sócio-psico-emocional de homens que vivenciaram a paternidade durante sua adolescência levou à reflexão acerca das experiências individuais relatadas por eles e em seus desdobramentos para suas vidas e para a vida do próprio filho nascido, a partir da vivência daquela experiência.

Nas histórias relatadas, encontram-se diferentes formas de conduzir uma mesma situação, ficando claro que os valores éticos e morais, costumes e a cultura individual constituem as subjetividades de cada homem, gerando diferenças pessoais que determinam as diferentes formas de enfrentamento para uma mesma situação frente aos momentos de crise, aqui conformados pela presença da gravidez não planejada.

Compartilhar suas histórias de vida contribuiu positivamente para o crescimento pessoal da pesquisadora, pois as relações estabelecidas com esses homens possibilitou a realização de trocas significativas relativas aos seus modos de vida, às suas formas de inserção social, às trocas afetivas, aos valores culturais entre outras.

Como visto anteriormente, a aplicação da técnica de análise de conteúdo nas histórias de vida desses homens favoreceu a identificação de núcleos temáticos

e a reflexão realizada a partir de cada um destes levou a realização de algumas ponderações de fundamental importância.

Observa-se que a opção por vivenciar a gravidez e paternidade durante a adolescência deva ser uma decisão tomada pelo casal de forma livre e tendo em vista os desejos pessoais, os planos de vida e as condições socioeconômicas e emocionais de cada um como aponta Barsted (1998).

Essa tomada de decisão, conjuntamente com outros elementos que compõem a subjetividade do sujeito, seus valores ético, morais entre outros, participam da definição do tipo de exercício de paternidade que cada sujeito apresenta.

Tal exercício pode variar de um pai tradicional, que se responsabiliza, basicamente, pelo sustento e bem-estar do filho, passando pelo pai afetivo e carinhoso, que além de garantir o sustento material da criança também participa do processo de cuidar e educar, até o pai ausente ou mesmo aquele que não se admite enquanto pai.

Assumir o papel de pai ao longo da adolescência, para os homens entrevistados, parece implicar em responsabilização financeira da nova família que surgiu a partir da gravidez não planejada e precoce, havendo um certo compartilhamento de responsabilidade com a família de origem, uma vez que todos se mantiveram residindo com seus pais após as uniões conjugais.

Os sujeitos desta pesquisa apesar de relatarem participar dos cuidados prestados aos filhos, o que se pode constatar em suas falas, é que suas participações eram mais distantes, havendo uma voz corrente de que suas responsabilidades enquanto pais passavam pelo sustento familiar e raros cuidados oferecidos de maneira pontual.

Apenas um desses homens afirmou não amar, à época da gravidez, sua parceira. Os demais, ao longo de nossos encontros, enfatizaram que o que os unia às mães de seus filhos eram os sentimentos profundos que nutriam, e que foi este sentimento que os fez aceitar a união conjugal e manter seus relacionamentos por longa data.

As uniões relatadas pelos sujeitos de nossa pesquisa, em sua maioria, já não existem mais, apesar de dois casais continuarem juntos e afirmarem que não há possibilidade de separação entre eles. Tal posição assumida por esses homens possibilita a conclusão de que a manutenção da união conjugal, após a vivência de uma gestação durante a adolescência, depende, primeiramente, do grau de maturidade do casal, dos sentimentos que os une e de sua manutenção e, principalmente, do respeito mútuo desenvolvido entre o casal.

Em suas falas, os homens deixam claro que consideram que o produto final de todo esse processo é a existência do filho, que possibilita a eles a vivência de um amor maior, inexplicável, prazeroso, gerador de bons sentimentos e alegrias pessoais.

No que diz respeito às vivências mais significativas relatadas pelos homens, foram apontados os namoros como as vivências significativas, quando ocorriam as tentativas freqüentes de vivenciar suas iniciações sexuais. No entanto, tais tentativas não ocorriam exclusivamente com as namoradas, aconteciam com qualquer mulher que apresentasse qualquer comportamento em que eles identificassem uma potencial parceira sexual.

O desejo de terem suas iniciações sexuais precocemente, independente da parceira, vincula-se a uma cobrança social, uma vez que socialmente é esperado do jovem que comprove precocemente sua masculinidade por meio da realização de

práticas sexuais, masculinidade essa que é socialmente reforçada junto aos grupos de pertencimento, quando são estabelecidas múltiplas parceiras.

Tal cobrança social, ainda hoje, contraria as cobranças implementadas às mulheres, pois em algumas falas ainda é possível identificar resquícios de tabus e preconceitos valorativos da virgindade feminina, ou seja, a dupla moral sexual descrita por Parker (1991) permanece presente nas falas dos entrevistados.

Aparentemente a iniciação sexual masculina funcionou nas vidas desses homens como um divisor de águas, pois relatam uma postura sexual anterior a suas iniciações e outra, muito diferente, após a primeira relação sexual, havendo relatos de que teriam passado a permanecer mais atentos para as novas possibilidades que surgissem (para terem outros relacionamentos sexuais).

Apesar de tal disponibilidade para o desempenho sexual, aparentemente, não havia grande preocupação com a manutenção de sua saúde sexual e da parceira, uma vez que não há relatos de visitas aos Centros de Saúde ou mesmo de utilização rotineira de preservativos.

Assim, não somente a proteção contra doenças não era implementada como a prevenção de gravidezes, ficando claro em seus relatos que tal prática permanecia como uma responsabilidade feminina, não havendo qualquer envolvimento masculino neste sentido.

Diante da eminente gravidez, o aborto surgiu como uma alternativa somente entre um casal, os demais homens, ao longo de nossos encontros, não conseguiam nem ao menos verbalizar a palavra devido ao peso moral e religioso que esta carrega.

Por sua vez, a evasão escolar ocorreu em todos os casos estudados por conformar-se de maneira incompatível com o exercício de trabalhos remunerados, apesar desses terem caráter informal diante do mercado de trabalho.

O trabalho precoce também aparece como um tema com grande significado frente às condições socioeconômicas da família de origem, uma vez que, devido à baixa renda familiar a maioria dos entrevistados tinha de trabalhar para auxiliar no sustento do grupo.

A nova organização dada à vida de cada um desses homens que vivenciaram a paternidade durante suas adolescências, com a inserção do trabalho remunerado, convívio marital com sua companheira, responsabilização pelo filho levou-os a abandonar seus sonhos e planos para suas vidas, passando a buscar formas de manutenção e convivência para a nova família.

A família de origem do rapaz apresentou grande importância frente ao processo de inserção do adolescente na vivência da gestação, influenciando nas atitudes tomadas por esses jovens.

A família do jovem acaba por influenciar nas atitudes a serem tomadas frente à gravidez não planejada que se apresenta e, dessa forma, são os valores éticos, morais, culturais e suas crenças que imperam na proposta que visa à resolução da questão.

As histórias de vida relatadas evidenciam que os sujeitos desta pesquisa procedem de famílias que apresentam formas de organização que remetem ao modelo patriarcal e que, de alguma forma, ainda se reproduz nas famílias originadas a partir da gravidez e paternidade adolescentes.

Outro fato marcante diante das histórias de vida coletadas foi que esses homens, durante a vivência da gravidez e paternidade adolescentes, tiveram como

ponto de apoio emocional e financeiro somente suas famílias independentemente das condições socioeconômicas em que viviam.

No entanto, tal apoio não se restringiu, de maneira geral, ao acolhimento do casal na residência da família, pois com a chegada do neto ao núcleo familiar a mãe do adolescente passava a participar, independente da vontade dos pais, da criação da criança, muitas vezes interferindo e contrariando posturas assumidas pelo casal.

Vale lembrar que, como visto ao longo das reflexões acerca do modelo de família patriarcal brasileira, o universo feminino restringia-se às atividades domésticas e de criação e educação dos filhos, sendo, portanto, o filho uma responsabilidade da mãe. Reportando tal pensamento às análises realizadas, pode-se considerar que, em sendo o filho responsabilidade da mãe, o neto nascido de um filho adolescente, automaticamente, também é da sua responsabilidade. Tal reflexão é uma forma de compreender as atitudes maternas em relação à interferência na criação do neto, mas que não esgota as explicações possíveis.

Ao longo do presente estudo, evidenciou-se a existência de um silêncio social relativo à paternidade na adolescência, como se houvesse o desejo de negá-la por ser considerado um problema social e relativo à família, sendo que a família do rapaz, nos casos estudados, foi o maior influente no processo de favorecer o exercício da paternidade.

Evidenciou-se também que a forma como um sujeito exercita a paternidade resulta dos valores culturais assimilados ao longo da vida e que, sendo a paternidade um processo histórico e relacional, quando vivida durante a adolescência, ela ocorre impregnada das marcas da sociedade.

Dessa forma o exercício da paternidade por adolescentes pode conformar-se como uma experiência positiva, plena de emoções e que, se vivenciada em sua plenitude, cultivando os afetos, os toques, vivenciando o cuidar, educar e o trocar resultará em uma relação transformadora para esse jovem ainda em processo de desenvolvimento.

Retomando Lyra da Fonseca (1997), pode-se dizer que a paternidade na adolescência se constitui em um “não lugar” nas instituições que lidam com essa população e a busca de informações acerca da temática levou esse autor a vislumbrar a necessidade de criação de uma rede de apoio para jovens que se tornam pais durante a adolescência, apontando como fundamental a formação de uma equipe de trabalho voltada, especificamente, ao atendimento desta população.

Desta forma, considera-se necessário que se aprofunde o processo de reflexão em torno da paternidade na adolescência no sentido de favorecer o surgimento de propostas técnicas e políticas para o atendimento ao adolescente que vivência tal experiência.

Vale lembrar que, para o estabelecimento de serviços de assistência a adolescentes que experimentam a paternidade é preciso o reconhecimento da importância da questão para a vida desses homens, de maneira a que se elaborem políticas de proteção à saúde do grupo e, conseqüentemente, difunda-se a necessidade de criação de serviços multiprofissionais de atendimento a pais adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. Cap. 3, p. 195 – 274.
- ARILHA, M. Homens: entre “zoeira” e a responsabilidade. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.G.U.; MEDRADO, B. (Orgs.) **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Editora 34. 1998. p. 51 – 78.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.
- BARSTED, L.L. Contribuições do feminino para o exercício da paternidade. In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 5. p. 65 – 73.
- BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L.T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei 8.069, de 13 de julho de 1.990. Org.: VALVERDE, I.A.; LEAL, A.C. da S.; SHAN, L.S. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA EXECUTIVA. COORDENAÇÃO DA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Programa saúde do adolescente**. Bases programáticas. 2.ed. Brasília, Ministério da Saúde, 1996. 32p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA EXECUTIVA. **Datasus**. [on line] Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br> capturado em 19/05/2005.
- BRUNS, M.A. de T.; GRASSI, M.V.F.C.; FRANÇA, C. Educação sexual numa visão mais abrangente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, V. 6, n.1, p. 60 – 66, 1995.
- CABRAL, C.S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19 (Sup.2): S283 - S292, 2003. Suplemento.
- CAMPOS, G.W. de S. **Reforma da reforma**. Repensando a saúde. 2 ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.
- CORRÊA, A.C. de P. **Desvendando o conhecimento construído em busca de novos saberes sobre a saúde dos adolescentes: uma análise de teses de doutorado em enfermagem**. 2000. 197f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2000.

- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C. de S. et al. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. III. p. 51 – 66.
- DÍAZ, J.; DÍAZ, M. Contracepção na adolescência. In: SCHOR, N.; MOTA, M. do S.F.T.; CASTELO BRANCO, V. (orgs.) **Cadernos da juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde; 1999. p. 249 - 257.
- DURHAM, E.R. Família e reprodução humana. In: DURHAM, E.R. et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução Leandro Konder. 15ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ENGLE, P.; BREAUX, C. **Is there a father instinct? Fathers' responsibility for children**. The population Council/International Center for Research for Women Series, 1994.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 22ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.
- GADOTTI, M. **A dialética do amor paterno**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2003.120p.
- GADOTTI, M. Amor paterno, amor materno: o quanto é necessário, o quanto é insuficiente. Reencontro com a dialética do amor paterno. In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 7. p. 93 – 111.
- GARCIA, M.J. Elementos pa la construcción de la masculinidad: sexualidad, paternidad, comportamiento y salud reproductiva. In: BRICEÑO, L. R; MINAYO, M.C. de S.; COIMBRA JÚNIOR, C.E.A. (Orgs.) **Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales**. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2000. p. 361 – 367.
- GIFFIN, K. Exercício da paternidade: uma pequena revolução. In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 7. p. 75 – 80.
- GOMES, R. A análise dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C. de S. et al. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. IV. p. 67 – 80.
- GUIMARÃES, C.D. Mulheres, sexualidade e AIDS: um projeto de prevenção. In: COSTA, A.D.O.; AMADO, T. (Orgs.) **Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo–Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p. 249-281.
- GROSSMAN, E.; CARDOSO, M.H. de C. As bases conceituais dos documentos oficiais de atenção à saúde do adolescente. **Rev. Bras. de Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 7(2): 1-11, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. **Censo 2.000**. [on line] São Paulo (SP), 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> capturado em:18 de novembro 2003.
- LALINDE, S.P. de; SALDARRIAGA, I.E.; VÉLEZ, M.E.E. **Proyecto educativo: maternidad-paternidad como proyecto de vida de los adolescentes**. Invest. Educ. Enferm. 1998; 16(2): 89 – 107.
- LEVANDOWSKI, D.C. Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. **Estudos de Psicologia**, Natal, 6(2): 195 – 209, jul. – dez. 2001.

LOEWENSTEIN, I.; BARKER, G. De onde vem o bom pai? Reflexões a partir de uma pesquisa qualitativa com adolescentes. In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 14. p. 151 – 163.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M.J.M.; MEYER, D.E.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LUZ, A.M.H.; BERNI, N.I. de O Feminino e masculino: repercussões na saúde dos adolescentes. In: RAMOS, F.R.S.; MONTICELLI, M., NITSCHKE, R.G. (Orgs.). **Projeto Acolher**: um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro. Brasília: ABEn/Governo Federal, 2000. p. 37 – 45.

LYRA, J. Participação masculina na gravidez adolescente. In: VIEIRA, E.M., FERNANDES, M.E.L., BAILEY, P., MCKAY, A. **Seminário Gravidez na Adolescência**. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1998. p. 119 – 126.

LYRA da FONSECA, J.L.C. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S.G.U., MEDRADO, B. (Orgs.) **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998. p. 185 -211.

LYRA da FONSECA, J.L.C. **Paternidade adolescente**: uma proposta de intervenção. 1997. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo, São Paulo: 1997.

MANDÚ, E.N.T. Adolescência: saúde, sexualidade e reprodução. In: Associação Brasileira de Enfermagem - RAMOS, F.R.S. (Org.) **Adolescer**: compreender, atuar, acolher - Projeto Acolher. Brasília: ABEn, 2001. p. 61 – 76.

_____. Gravidez na adolescência: um problema? In: RAMOS, F.R.S. et al (Orgs.) **Projeto Acolher**: um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro. Brasília: ABEn/Governo Federal, 2000. p. 94-97.

_____; CORRÊA, A.C. de P.; VIEIRA, M.A. Conhecimentos, valores e vivências de adolescentes acerca das doenças de transmissão sexual e AIDS. **Rev. Bras. de Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 10(1): 74-90, 2000.

MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: SCHOR, N., MOTA, M. do S.F.T., CASTELO BRANCO, V. (orgs.) **Cadernos da juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde; 1999. p. 230 – 248.

MEYER, D.E.E. **Gênero e saúde: contribuições do pós-estruturalismo e dos estudos culturais**. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR – “FAZENDO GÊNERO”, 1998, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

MINAYO, M.C. de S et al. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 80p.

_____. Prefácio – Exercício da paternidade: síntese entre a tradição e a inovação. In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. xi - xvii.

_____. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994. 269p.

MUZIO, P.A. Paternidade (Ser Pai) ... Para que serve? In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 15. p. 165 – 174.

NOLASCO, S. Cultura brasileira, patriarcado e gênero. In: BIASOLI-ALVES, Z.M.M.; FISCHMANN, R. (Orgs.) **Crianças e adolescentes** – construindo uma cultura de tolerância. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 95 – 107.

OLIVEIRA, B.R.G., ROBAZZI, M.L. do C.C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, 9(3): 83 – 89, 2001. [on line] disponível em: <http://www.scielo.br> Capturado em: 07/06/2005

OLIVEIRA, M.A. de C., EGRY, E.Y. A adolescência como um constructo social. **Rev. Bras. De Cresc. Desenv. Hum.** São Paulo, 7(2): 12 – 21, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL de SAÚDE. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** [online] São Paulo (SP), 2003. Disponível em: <<http://www.bvdh.usp.br>> Capturado em: 03 jun. 2003.

PARCEVAL, G. **A parte do pai.** Porto Alegre: L & PM, 1986.

PARKER, R.G. **Corpos, prazeres e paixões.** A cultura sexual no Brasil contemporâneo. Tradução Maria Therezinha M. Cavallari. 2ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1991. Cap. 1 – 3. p. 13 – 107.

PEREIRA, S.M. Depressão e suicídio na adolescência. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM – RAMOS, F.R.S. (Org.) **Adolescer:** compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher. Brasília: ABEn, 2001. p. 121 -127.

REIS, A.O.A. Opacidade e visibilidade da paternidade na reprodução adolescente. **Rev. Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 5(1/2): 69 – 76, 1997.

ROCHA, C.R.M. da; FERRIANI, M. das G.C.; SOUZA, M. do S. da S. Acompanhamento do adolescente na escola. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM – RAMOS, F.R.S. (Org.) **Adolescer:** compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher. Brasília: ABEn, 2001. p. 45 – 52.

RODRIGUES, J.G. **Trabalho infantil ou escravo?** Jus Navigandi. [on line] Teresina, a. 1,n. 6, fev. 1.997. Disponível em: <http://www1.jus.com.br> capturado em: 19/05/2005

RODRIGUES JÚNIOR, O.M. Reprodução, sexo e sexualidade. In: VITIELLO, N.; RODRIGUES JUNIOR, O.M. **As bases anatômicas e funcionais do exercício da sexualidade.** São Paulo: Iglu; 1997. p. 27 – 47.

ROMANELLI, G. **Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas populares de camadas médias.** Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS, 1995.

ROSENBERG, F. Comentários sobre o painel II: conseqüências e perspectivas da gravidez na adolescência. In: VIEIRA, E.M.; FERNANDES, M.E.L.; BAILEY, P.; MCKAY, A. **Seminário Gravidez na Adolescência.** Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1998. p. 92 – 93.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20(2), p. 71 - 99, 1995.

SILVEIRA, P. O exercício da paternidade. In: SILVEIRA, P. (Org.) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Cap. 2. p. 27 – 39.

TIBA, I. **Adolescência**: o despertar do sexo – um guia para entender o desenvolvimento sexual e afetivo nas novas gerações. Içami Tiba. São Paulo: Editora Gente, 1994

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UBEDA E.M.L. **Programa de atendimento à saúde do adolescente**: a percepção dos atores sociais envolvidos. 1996. 206p. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1996.

VÍCTORA, C.G. et al. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136p.

VITIELLO, N. Caracterização biológica de adolescência. In: VITIELLO, N.; CONCEIÇÃO, I.S.C.; CANELLA, P.R.B.; CAVALCANTI, R. da C. **Adolescência hoje**. Comissão Nacional de Estudos sobre a Adolescência. São Paulo: Roca, 1988. p. 1 – 3.

APÊNDICE A**LISTA DE ARTIGOS PRODUZIDOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS ACERCA DE
PATERNIDADE ADOLESCENTE SEGUNDO A BASE DE DADOS ADOLEC**

(Capturados em <http://bases.bireme.br> em 25/03/2003)

Reis, Alberto Olavo Advícula. Opacidade e visibilidade da paternidade na reprodução adolescente. Rev. bras. de crescimento e desenvolv. Hum; São Paulo, 7(2): 69 – 76, jul – dez. 1997.

Lyra, Jorge. Participação masculina na gravidez adolescente. In: Vieira, E.M. et al. Seminário gravidez na adolescência. Rio de Janeiro, Associação Saúde da Família, 1998. p. 119 – 26.

Sánchez Salazar, Rosalba Del Socorro; Restrepo Soto, Jaime Alberto. Maternidad y paternidad adolescente. Simpósio sobre Maternidad y Paternidad Adolescente, 1, s. I, 21 – 22 mayo 1.998. s.l; Editextos; dic. 1998.

Pulido de Lalinde, Socorro; Escobar Saldarriaga, Isabel; Escobar Vélez, Maria Eugenia. Proyecto educativo: maternidad-paternidad como proyecto de vida de los adolescentes. Invest. Educ. Enferm; 16(2): 89 – 107, sept 1998. tab.

Medrado, Benedito & Lyra, Jorge. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: Schor, Néia et al. Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento. Brasília, Ministério da Saúde, ago. 1999. p. 230 – 48.

González A., Electra; Toledo, Virginia; Luengo, Ximena; Molina, Temístocles; Meneses, Ruth. Paternidad adolescente I: variables personales Del padre adolescente. Rev. Soc. Chil. Obstet. Infant. Adolesc., 6(1) 22 – 7, 1999.

México. Comisión Nacional de la Mujer. Sistema Nacional para el Desarrollo Integral de la Familia. Guia de orientación jurídica para madres y padres adolescentes. México, D.F.; DIF; 2000. 54p.

Solis Diaz, Freddy. Salud sexual y productiva de los adolescentes varones y hombres jóvenes en América Latina (Nicaragua): informe final. Managua, OPS, mar. 2000. 39p.

Levandowski, Daniela Centenaro. Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. Estudo Psicol. (Natal); 6(2): 195 – 209, jul. – dez. 2001. tab., graf.

Soane, Ana Maria Nassar Cintra. O vivido pelo adolescente frente a paternidade. 2002, 160p. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Cabral, Cristiane da Silva Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens de camadas populares do Rio de Janeiro. 2002, 127p. Dissertação (Mestrado) –

Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Levandowski, Daniela C; Piccini, César. A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos. *Psicol. Reflex. Crit*; 15(2): 413 – 424, 2002. tab.

Cabral, Cristiane da Silva Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Caderno de Saúde Pública*; Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2): S283 – S292, 2003.

Levandowski, Daniela C; Piccini, César A Paternidade na adolescência: aspectos teóricos e empíricos. *Rev. Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*; São Paulo, 14(1): 51 – 67, jan. – maio, 2004.

APÊNDICE B

QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

No desenvolvimento do presente estudo, foi utilizado o seguinte roteiro de questões norteadoras abordadas nas entrevistas:

- 1** - quais as condições de vida das famílias destes homens que vivenciaram a paternidade durante a adolescência?
- 2** - Que valores de gênero e de sexualidade têm esses homens?
- 3** - Esses homens receberam algum tipo de apoio frente à questão gestação e paternidade durante a adolescência? Em caso positivo, quem o ofereceu e qual o significado desse apoio para eles?
- 4** - Como sua família reagiu à gravidez? E os amigos dos grupos a que pertencia (igreja, escola entre outros)?
- 5** - Quais os sentimentos gerados com o processo da gravidez e paternidade? Quais conhecimentos possuíam e quais foram assimilados ao longo do processo? Quais eram seus valores acerca de sexualidade, virgindade, gravidez e paternidade/maternidade?
- 6** - Quais as implicações da vivência da paternidade durante a adolescência para sua vida? O que mudou em suas vidas em função da paternidade? Houve mudanças em seus planos de vida?

APÊNDICE C

DESCRIÇÃO DOS HOMENS QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO

Entrevista 1

Aqui será denominado **Mano**, tem 34 anos, foi pai pela primeira vez aos 15 anos de idade, estudou somente até a 6ª série do primeiro grau, afirma que não gostava de estudar, que preferia a vida livre, queria “correr o mundo”, “trabalhar de empreitada em fazenda”, aprendeu com seu pai a profissão de pintor e com ela que faz alguns ‘bicos’ para o sustento da família, atualmente está desempregado.

Com relação à vivência da paternidade na adolescência, essa aconteceu decorrente de relações sexuais estabelecidas com a então namorada por quem era muito apaixonado. Com a ocorrência da gravidez estabeleceram uma união conjugal mantida por aproximadamente 12 anos, depois se separaram e ele estabeleceu uma nova relação estável com outra mulher com quem tem outros filhos e enteados.

Sua residência é extremamente pobre, beirando a miséria, construída com madeira, havendo apenas 2 cômodos com piso de terra batida. Havia apenas um caixote, onde ele fez questão que eu sentasse, permanecendo ele todo o tempo agachado ou encostado em uma árvore do lado de fora. As condições de higiene eram precárias, ele estava lavando roupas, enquanto a mulher estava trabalhando.

Aparentemente é uma pessoa muito calma e extremamente carinhoso com os filhos de sua atual companheira, demonstra muita humildade e tranquilidade. Apesar de seu pouco estudo é uma pessoa bem situada frente às questões sociais que a ele se apresentam. Pareceu-me muito sincero em suas colocações.

Entrevista 2

Será denominado **Kiko**, tem 29 anos de idade e foi pai pela primeira vez aos 17 anos. Estudou até o 1º ano do 2º grau, mas não completou, preferiu abandonar para se dedicar ao trabalho, pois desde muito cedo participava da renda familiar com a venda de salgadinhos feitos por sua mãe e, posteriormente, entrando para o mercado formal de trabalho (com carteira assinada). Durante sua adolescência, nos finais de semana participava de bailes “fazendo o som”, seu sonho era investir nesse ramo.

A vivência da paternidade na adolescência ocorreu decorrente de relações sexuais estabelecidas com a companheira com quem mantém o casamento ainda hoje. Kiko relata que se apaixonou por sua companheira quando tinha aproximadamente 16 anos, começaram a namorar e em decorrência do namoro começaram a ter relações sexuais. Uma vez que a jovem era virgem consultou seus pais que optaram pelo estabelecimento da união conjugal entre os jovens.

Sua casa, apesar de ser de madeira, é espaçosa e tem três cômodos, é bastante ventilada, com piso de cimento e muito limpa, com a louça brilhante à vista. Tem mobília em bom estado e televisão. Afirma participar da limpeza e organização da residência, principalmente naquele momento em que estava desempregado fazendo alguns bicos como motorista de ônibus apesar de ser pintor profissional.

É uma pessoa falante, extremamente comunicativo, de boa aparência e apresentação, é bem articulado em suas falas, por falar demais gosta de se auto-elogiar, apresenta ótima auto-estima.

Entrevista 3

Aqui será denominado **Vico**, foi pai pela primeira vez aos 14 anos de idade e hoje tem 28 anos. Não completou seu primeiro grau, pouco freqüentava a escola, gostava de passar seu tempo na beira do rio, andando pelas ruas com os amigos. Freqüentava boites, “gostava de curtir a vida”. Apesar da extrema pobreza em que vivia a família não trabalhava para auxiliar no sustento familiar, preferia sair pedindo pelas ruas e, quando não conseguia, apelava para pequenos furtos que causavam grande tristeza e desespero em sua mãe.

Tinha relações eventuais com mulheres mais velhas que ele denominava “mulher da vida”, mas que, para ele, eram mulheres mais experientes, com inúmeras vivências.

A mãe do filho gerado durante sua adolescência era uma mulher com quem mantinha relações sexuais eventuais, ela a denominava de “mulher da vida” por ser bem mais velha e experiente do que ele. Segundo ele, “aprendeu muita coisa com ela”, coisas essas relativas a vivências sexuais. Não tinha relação afetiva com a parceira, afirma que somente se uniu com ela para não ter um filho na rua. Separaram-se após alguns anos e hoje tem uma nova família e outros filhos.

Seu pai era alcoólatra o que determinava inúmeros problemas de convivência familiar, inclusive havendo violência doméstica (agressões físicas), a pobreza era muito grande, a casa que em viviam foi doada pela igreja.

A casa é um barraco de madeira e lona havendo grande depósito de lixo no terreno, não tem água encanada, sendo as condições de moradia péssimas.

Ele faz reparo em eletrodomésticos e no momento está desempregado, faz bicos e segundo seu relato estão passando privações alimentares. Tem dificuldade em se expressar, sua aparência não é boa. Apresenta-se como uma pessoa insegura, calada e muito triste.

Entrevista 4

Aqui será chamado de **Pepe**, hoje tem 28 anos de idade e foi pai pela primeira vez aos 15 anos. Iniciou o segundo grau, mas não completou devido à ocorrência da gravidez de sua namorada, com quem optou por se casar ainda na adolescência, mas não permanecem juntos por opção dela, deixou claro ao longo da entrevista que ainda gosta da companheira e que a separação aconteceu por vontade dela.

No momento do estudo residia com seus pais em uma casa ampla, com excelente estrutura física e conforto, na casa percebe-se a presença de várias crianças circulando. Seus pais parecem dominadores, permanecendo todo o tempo atentos ao que estava sendo dito em nossa conversa.

Relata interesse em informática, deseja investir nesta área, mas não tem recursos financeiros para isso. No momento, está desempregado e está trabalhando junto com seu pai em uma pequena empreiteira de obras.

Pareceu-me distante, mas disposto a relatar suas experiências relativas à paternidade na adolescência.

Entrevista 5

Aqui será denominado **Dan**, foi pai aos 19 anos e hoje está com 21 anos de idade. Não completou o primeiro grau de escolaridade, começou a trabalhar cedo e mudou-se para Minas Gerais para continuar trabalhando na fábrica de sapatos onde trabalhava em Cuiabá.

Reside no momento em uma pequena casa na primeira etapa do bairro Tijucal. É uma casa pequena onde moram a mãe, o padrasto, e os irmãos, todos adultos. As condições de higienização da casa não são boas, apesar de sua mãe ser agente comunitária, pessoa extremamente boa e gentil, disposta a ajudar.

Dan pareceu reticente a toda e qualquer pergunta feita, tendo criado grande dificuldade para levantar sua história de vida. Mantém todo o tempo uma expressão

entristecida e desconfiada como que questionando minhas verdadeiras razões para estar ali.

Está desempregado e com o auxílio de sua mãe estava começando a vender sanduíches como ambulante todas as noites. Sua ex-esposa estava entrando na justiça para pedir pensão alimentícia para sua filha.

Relata ter namorado com a mãe de sua filha e se apaixonado por ela, com quem se casou, ambos ainda muito novos, ele 17 e ela 15 anos, por muito tempo brigaram porque ele desejava que ela engravidasse e ela não aceitava, o que determinou a prevenção por algum tempo. Em função de interferências da família dela acabaram por se separar, no entanto, ela já estava grávida e ele somente ficou sabendo da gravidez após retornar para Cuiabá. Apesar de tentar retomar seu casamento, sua esposa não concordou e tem dificultado qualquer aproximação entre eles e com a própria filha.

A distância de sua filha, a não-possibilidade de participar da gravidez e vivenciar a paternidade devido à distância (uma vez que ela está em Minas Gerais) é causa de grande sofrimento para ele.

Entrevista 6

Será chamado de **Dog**, hoje tem 23 anos de idade e foi pai aos 18 anos, estudou somente o primeiro grau, e não se profissionalizou, trabalha fazendo bicos e no momento está desempregado.

Durante sua adolescência era freqüentador de uma igreja evangélica (Assembléia de Deus) e durante esse período teve depressão, e sentia a necessidade de amizade para superar aquele período.

Foi na igreja que conheceu a mãe de seu filho com quem jamais teve uma vida em comum apesar de ser apaixonado por ela. Começaram a namorar e após 6 meses passaram a ter relações sexuais, com a ocorrência da gravidez sua namorada pensou em fazer um aborto, mas tal idéia não foi discutida com ele e sim com sua irmã. Os pais da jovem relutaram em aceitar o fato e não aceitaram o estabelecimento da união conjugal, mesmo porque a jovem não desejava a união por acreditar que seria um empecilho para seus planos futuros.

Em sua residência moram seus três irmãos, sua mãe e seu padrasto, a casa é de alvenaria, com quatro cômodos e condições de higiene ruins.

Apresenta-se colaborativo, receptivo e disposto a colaborar com a pesquisa, está muito voltado para si mesmo e refere ainda ter períodos de depressão.

Entrevista 7

Aqui será chamado de **Rick**, foi pai aos 18 anos de idade e hoje tem 29 anos. Estudou o segundo grau incompleto e seu grande sonho era servir o exército por se considerar bonito, acreditava que lhe conferiria *status*, mas foi recusado pelo capitão justamente pelo casamento e gravidez prematuros.

A gravidez aconteceu durante seu namoro, pensaram em fazer um aborto, mas optaram por assumir a gravidez e passaram a viver juntos, acreditava que era sua obrigação assumir a responsabilidade, até porque gostava muito da companhia com quem continua casado ainda hoje.

Residiu por longo período na casa de seus pais, mas somente teve estabilidade em sua vida conjugal depois de sair da casa de seus pais para sua casa própria, quando inauguraram um novo momento em suas vidas.

No momento está empregado, trabalhando pela tarde e noite e pela manhã auxilia nos trabalhos domésticos. A casa é de alvenaria, pequena, mas muito limpa e arejada, demonstrando muita organização e ordem.

Mostrou-se simpático e colaborativo, realizando reflexões pertinentes e análises apropriadas acerca de sua história.

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, **Profa. Ms. Aurea Christina de Paula Corrêa**, professora da Faculdade de Enfermagem e Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso, faço doutorado na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, e estou desenvolvendo a pesquisa que tem como nome – **Paternidade na Adolescência: vivências e significados no olhar de homens que a experimentaram** – onde discuto o que significou e quais sentimentos despertou e ainda hoje desperta o fato de ter sido pai em sua adolescência. Neste estudo pretendo identificar e analisar esses sentimentos e significados.

Para realizar esta pesquisa, utilizarei uma técnica chamada de história de vida que auxilia na compreensão da realidade. Nesta técnica é realizada uma entrevista prolongada, momento em que o pesquisador se aproxima do informante, estabelecendo uma relação de confiança.

Posso assegurar que esta pesquisa não representa riscos ou gerará desconfortos para seus participantes e possibilitará a compreensão de questões sobre a paternidade na adolescência favorecendo, que no futuro, sejam criados serviços de assistência ao grupo.

Necessito de seu consentimento para realização de entrevistas com você e para a divulgação dos dados levantados a partir de nossos encontros, garantindo que sua identidade será mantida em segredo, assegurando seu anonimato.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, fui informado dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa, descritos acima.

Entendo que terei garantia de que apenas dados gerais serão divulgados e ninguém além dos pesquisadores terão acesso aos nomes dos participantes desta pesquisa. Entendo, também, que tenho direito a receber informações adicionais sobre o estudo a qualquer momento, mantendo contato com o pesquisador principal. Fui informado, ainda, que a minha participação é voluntária e que se eu preferir não participar ou deixar de participar deste estudo em qualquer momento, isso **NÃO** me acarretará qualquer tipo de penalidade.

Compreendendo tudo o que me foi explicado sobre o estudo a que se refere este documento, concordo em participar do mesmo.

Assinatura do participante (ou do responsável, se menor):

CIC ou RG: _____

ANEXO A

AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

Ministério da Educação
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MÜLLER

Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Júlio Müller

Registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em 25/08/97

TERMO DE APROVAÇÃO ÉTICA DE PROJETO DE PESQUISA

REFERÊNCIA: Projeto de protocolo N° 140/CEP/HUJM/04

Solicitadas alterações	<input type="checkbox"/>
Aprovação "com pendências"	<input type="checkbox"/>
Aprovado "ad referendum"	<input type="checkbox"/>
Aprovação final	<input checked="" type="checkbox"/>
Não aprovado	<input type="checkbox"/>

O projeto de pesquisa intitulado "**Paternidade na adolescência: seus significados para homens que a vivenciaram**" encaminhada pelo(a) pesquisador(a) **Aurea Christina de Paula Corrêa**, foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HUJM em reunião realizada no dia 12/05/04, que concluiu pela sua aprovação final, tendo em vista que atende completamente aos requisitos da Resolução 196/96 do Ministério da Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos.

Cuiabá, 12 de maio de 2.004



Prof. Dra. Olga Akiko Takano
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa do HUJM

EPITÁFIO

*Devia ter ... amado mais, ter chorado mais ...
Ter visto o sol nascer ...
Devia ter arriscado mais e até errado mais ...
Ter feito o que eu queria fazer ...
Queria ter aceitado ... as pessoas como elas são ...
Cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração ...*

*O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar ...*

*Devia ter complicado menos, trabalhado menos ...
Ter visto o sol se por
Devia ter me importado menos com problemas pequenos ...
Ter morrido de amor
Queria ter aceitado a vida como ela é
A cada um cabe alegrias e tristezas que vier ...*

*O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar ...*

Sergio Brito